



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVII - Nº 43 - TERÇA-FEIRA, 10 DE ABRIL DE 2012 - BRASÍLIA-DF

| MESA DO SENADO FEDERAL | | |
|---|---|--|
| PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE María Suplicy - (PT-SP) 2º VICE-PRESIDENTE Waldeimir Moka - (PMDB-MS) | 3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) | |
| SUPLENTES DE SECRETÁRIO 1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) (1,5,6,7) 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM) | | ROS |
| 1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11. 2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 47/2011, aprovado na sessão de 03.05.11. 3. Em 28.11.2011, o Senador José Agripino deixou o mandato. 4. O Senador Waldir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011. 5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença. 6. Em 29.11.2011, vaga em virtude do Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato. 7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011. | | |
| LIDERANÇAS | | |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PTC/PV) - 26 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líder do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá (40) Scópio Soárez (20) Waldir Moka Ricardo Forray Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia (12) | Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC do B/PRB) - 25 Líder Walter Pinheiro - PT (22,27) Vice-Líderes Aécir Gurgacz Lídice da Mata (30,39) Inácio Arruda Eduardo Lopes (37,43) Líder do PT - 13 Walter Pinheiro (22,27) Vice-Líderes do PT Wellington Dias (28) Lindbergh Farias (23) Ana Rita (24) Anibal Diniz (26) Líder do PDT - 5 Aécir Gurgacz Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21) Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (30,39) Vice-Líder do PSB Antônio Carlos Valadares (29) Líder do PC do B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,41) | Bloco Parlamentar Minoría (PSDB/DEM) - 15 Líder Jayme Campos - DEM (25) Vice-Líderes Cyro Miranda (34) Flexa Ribeiro (6,32) Lucia Vânia (33) Mário Couto (35) Paulo Bauer (7,31) Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (5) Paulo Bauer (7,31) Flexa Ribeiro (6,32) Líder do DEM - 5 José Agripino (2,10,14,45,46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (25) |
| Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR) - 12 Líder Gilm Argello - PTB Vice-Líderes Blairo Maggi (19) Alfredo Nascimento (41) João Vicente Claudino Líder do PR - 6 Blairo Maggi (19) Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento (41) Vicentinho Alves (42) | Governo Eduardo Braga - PMDB (38) Vice-Líderes Gilm Argello Benedicto de Lira Lídice da Mata (30,39) Jorge Viana Vital do Rêgo | PSD - 2 Kátia Abreu - PSD (11,13) Vice-Líder Sérgio Petecão |
| PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (18) | | |

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINR Nº 001/2011, deferido na sessão de 07 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exerceu a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido Democrata (PODE) e Oficial do Lideranças Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 42230
5. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Pedro Bauer é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desligou do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador Ana Amélia exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 61/2011, lido na sessão do dia 06 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1128/2011-GSKAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o OF. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amerio licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459, ambos de 30.11.2011.
18. Senador Renan Calheiros é designado Líder do PSOL, conforme OF. GSMSR Nº 713/2011, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR, conforme OF. GLDPT Nº 001/2012 a 31/05/2012, conforme OF. S.N. - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMD Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senador Lindbergh Farias é designado Líder do PT, conforme OF. GLDRAFT Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Jayme Jannuzzi é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDRAFT Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Jayme Jannuzzi é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoría, conforme OF. S.N., lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDRAFT Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDRAFT Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDRAFT Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senador Antônio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Lídice da Mata é designada Líder do Bloco Parlamentar Minoría, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
31. Senador Randolfe Rodrigues é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoría, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoría, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senador Lucília Vânia é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoría, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoría, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoría, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Cássio Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro do Estado da Pescas e Aquicultura (OF. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme OF. GSNCM Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, conforme OF. nº 035/2012-GLDRAFT, lido na sessão 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 42240
41. Senador Aluízio Alves é designado Vice-Líder do PR, conforme OF. Leg. nº 01/2012-GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 3º Vice-Líder do PR, conforme OF. Leg. nº 01/2012-GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDRAFT, lido na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033-GSDT, lido na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Jayme Jannuzzi, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sane, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria sua formalização para leitura em Plenário.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.

| EXPEDIENTE | |
|---|--|
| Doris Mariz, Rosana Paloté Diretora do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Edificação e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial | Claudia Leite Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Administração Patrícia Freitas Portela Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia |

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

| | |
|---|-------|
| 1 – ATA DA 53^a SESSÃO, ESPECIAL, EM 9 DE ABRIL DE 2012 | |
| 1.1 – ABERTURA | |
| 1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO | |
| Destinada a comemorar os 40 anos da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), de acordo com o Requerimento nº 27, de 2012, do Senador Alvaro Dias e outros Senadores..... | 11345 |
| 1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro | |
| 1.2.2 – Fala da Presidência (Senador Alvaro Dias) | |
| 1.2.3 – Oradores | |
| Senadora Ana Amélia | 11352 |
| Sr. Gabriel de Jesus Tedesco Wedy, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) | 11354 |
| Sr. Ministro Carlos Ayres Britto, Presidente eleito do Supremo Tribunal Federal | 11359 |
| 1.3 – ENCERRAMENTO | |
| 2 – ATA DA 54^a SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 9 DE ABRIL DE 2012 | |
| 2.1 – ABERTURA | |
| 2.2 – EXPEDIENTE | |
| 2.2.1 – Mensagem da Presidente da República | |
| Nº 125, de 2012, na origem, comunicando sua ausência do País, no período de 8 a 10 do corrente, em viagem oficial aos Estados Unidos da América..... | 11361 |
| 2.2.2 – Parecer | |
| Nº 342, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Ofício nº S/57, de 2011..... | 11361 |
| 2.2.3 – Comunicação da Presidência | |
| Arquivamento do Ofício nº S/57, de 2011, cujo parecer foi lido anteriormente, tendo em vista o deferimento dos Requerimentos nºs 462, 472 e 505, de 2011-M e o registro de comparecimento dos Senadores Eunício Oliveira e Paulo Bauer no sistema de votação eletrônica do Plenário do Senado Federal nos dias 18, 19 e 20 de outubro, de 2011..... | 11365 |

| | |
|--|-------|
| 2.2.4 – Discursos do Expediente | |
| SENADORA ANA AMÉLIA – Satisfação com as declarações do Ministro Carlos Ayres Britto à revista <i>Veja</i> ; e outro assunto. | 11365 |
| SENADORA ANGELA PORTELA – Importância da implantação da Zona de Processamento de Exportação em Boa Vista. | 11370 |
| SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Insatisfação com a inércia do Governo do Distrito Federal frente aos problemas nos setores de segurança pública, educação e preservação ambiental. | 11372 |
| SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Preocupação com a liberação, pela Câmara dos Deputados, da venda de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol durante os jogos da Copa do Mundo; e outro assunto. | 11376 |
| SENADOR JOSÉ PIMENTEL – Reflexão sobre temas que estão em debate no Senado Federal..... | 11378 |
| 2.2.5 – Ofício do Procurador-Geral da República | |
| Nº 367/2012, na origem, informando que foi indeferido, pelo Ministro Ricardo Lewandowski (Relator), o pedido de compartilhamento com o Senado Federal dos dados sigilosos do Inquérito nº 3430. | 11382 |
| 2.2.6 – Discursos do Expediente (continuação) | |
| SENADOR ALVARO DIAS – Observações sobre a entrevista do presidente eleito do Supremo Tribunal Federal, Ministro Carlos Ayres Britto, concedida à revista <i>Veja</i> , e outros assuntos. | 11383 |
| SENADOR VICENTINHO ALVES – Satisfação com a eleição dos presidentes do Tribunal Superior Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal; e outros assuntos. | 11386 |
| SENADOR ANIBAL DINIZ – Comunicação de que os refugiados haitianos estão autorizados a retornar ao Brasil. | 11388 |
| 2.2.7 – Comunicações da Presidência | |
| Adoção, pela Senhora Presidente da República, em 3 de abril de 2012, e publicação e retificação em 4 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 563, de 2012, que altera a alíquota das contribuições | |

prevideciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica, institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores, o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional, o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica, o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência, restabelece o Programa Um Computador por Aluno, altera o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, e dá outras providências. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento do calendário para a tramitação da matéria. 11395

Adoção, pela Senhora Presidente da República, em 3 de abril de 2012, e publicação em 4 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 564, de 2012, que altera a Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, para incluir no Programa Revitaliza do BNDES os setores que especifica, dispõe sobre financiamento às exportações indiretas, autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos e Garantias S.A. – ABGF, autoriza a União a participar de fundos dedicados a garantir operações de comércio exterior ou projetos de infraestrutura de grande vulto, altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, e dá outras providências. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento do calendário para a tramitação da matéria. (Ofícios nºs 37/2012-PSDB/SF, 292/2012-PMDB/CD, 388/2012-PSDB/CD, 71/2012-DEM/CD e 49/2012-Bloco/PV/PPS/CD)

2.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR PEDRO SIMON – Ponderações sobre o momento de baixa credibilidade por que passa o Senado Federal. 11398

SENADOR ANTONIO RUSSO – Importância do turismo para a economia globalizada. 11399

SENADOR PAULO PAIM – Leitura do artigo do ex-Deputado Jarbas Lima sobre a perda de sua filha, publicado no jornal **Correio do Povo**; e outros assuntos. 11403

2.2.9 – Comunicação da Presidência

Constituição de Comissões Mistas, com referência ao Senado Federal, destinadas a proferir pareceres sobre as Medidas Provisórias nºs 563 e 564, de 2012. (Ofícios nºs 46 e 47/2012). 11405

2.2.10 – Comunicação

Da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC (Ofício nº 401/2012). Designação do Deputado Antonio Imbassahy para compor, como membro titular, a referida Comissão. 11411

11412

2.2.11 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 10, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 11412

2.3 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

Ata da 53^a Sessão, Especial em 9 de abril de 2012

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura

Presidência do Sr. Alvaro Dias.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 16 minutos e encerra-se às 12 horas e 42 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco/PSDB – PR) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a comemorar os 40 anos da criação da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), nos termos do **Requerimento nº 27, de 2012**.

Convidado para compor a mesa, primeiramente, o Presidente eleito do Supremo Tribunal Federal, o Exmº Sr. Ministro Ayres Britto; o Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil, Dr. Gabriel de Jesus Tedesco; o Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça Militar da União, o Exmº Sr. José Barroso Filho, representando o Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros; convidado o Exmº Sr. Henrique Nelson Calandra.

Agradecemos a presença das Sras e dos Srs. Juízes Federais que se encontram no nosso plenário e demais convidados.

Nós gostaríamos de saudar os integrantes desta Mesa, dizendo da honra em recebê-los nesta sessão especial; o Dr. Gabriel, que é o Presidente da Ajufe, e o Sr. Ministro Ayres Britto, que deve assumir brevemente a Presidência do Supremo Tribunal Federal e que oferece a esta sociedade brasileira, cansada de tanta impunidade, o alento que traz esperanças, ao afirmar, como o fez em entrevista à revista *Veja* neste final de semana: “Vou agir com brevidade. Uma vez disponibilizado o processo para julgamento, providenciarei sua inclusão na pauta em 48 horas”, fazendo referência àquele que será o julgamento da história, o julgamento do século, como diz a revista; o julgamento do mensalão, que poderá revitalizar o Supremo Tribunal Federal e as nossas esperanças nele, que poderá valorizar uma instituição onde estão fincados os alicerces básicos do Estado de direito. E as palavras do Ministro Carlos Ayres Britto, em sua entrevista de ontem, tra-

zem o alento que queremos celebrar agora, quando comemoramos os 40 anos da Ajufe.

Muito obrigado, Ministro, pela presença.

Convido todos para, de pé, cantarmos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional brasileiro.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco/PSDB – PR) – Senhoras e Senhores, a homenagem ao 40º aniversário de fundação da Associação dos Juízes Federais do Brasil é um tributo justo, legítimo e mais que oportuno.

O ato ou o efeito de associar-se como princípio universal, plenamente incorporado ao nosso ordenamento jurídico, possui um marco memorável na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Resolução nº 217, da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948: “Toda pessoa tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas”. A nossa Carta Magna, por sua vez, abriga esses princípios de forma explícita nos incisos XVI e XVII do art. 5º.

A Ajufe nasceu nos idos de setembro de 1972. Uma sociedade civil, sem fins lucrativos, de âmbito nacional, congregando os magistrados da Justiça Federal. Sua atuação, desde então, é pautada pela defesa irrestrita dos interesses gerais e regionais da magistratura brasileira.

Com sede e foro na capital federal, a Ajufe tem como escopo congregar todos os magistrados federais de primeiro e segundo graus, bem como os Ministros do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, representando-os com exclusividade em âmbito nacional, judicial ou extrajudicialmente.

Ressalvo e louvo que, entre os principais objetivos da Ajufe, figuram ostensivamente a busca permanente pelo fortalecimento do Poder Judiciário e de seus integrantes; a luta pelo aperfeiçoamento do Estado democrático de direito e pela plena observância dos direitos humanos, sem descuidar da defesa da catego-

ria, da promoção e apoio dos debates concernentes a questões institucionais e afetas aos juízes, fomentando a publicação de obras de interesse dos magistrados, proporcionando a adequada publicidade de trabalhos de cunho científico na esfera jurídica.

Num contexto histórico peculiar, após cinco anos da reinstalação da Justiça Federal, sob a convergência dessa união e da necessidade de um efetivo intercâmbio de ideias e experiências entre os juízes federais, foi criada a Ajufe. O encontro que moldou sua fundação aconteceu na cidade de Fortaleza, durante a inauguração do prédio da Justiça Federal do Ceará, por iniciativa do então Juiz Federal substituto da Seção Judiciária local, Jesus da Costa Lima, eleito o primeiro Presidente da Associação.

Na linha do tempo, julgo importante traçar um breve itinerário de sua história. Em que pese a escassez de registros referentes à gestão do segundo Presidente da entidade, Armindo Guedes da Silva, Juiz da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, sabemos que a composição das chapas para as eleições era feita por unanimidade. Nesse horizonte temporal, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 7, de 1977, que instituiu a Lei Orgânica da Magistratura Nacional. A partir de então, a ampliação do número de varas federais, de cargos de juízes federais e de juízes federais substitutos foi intensificada por diversas leis específicas. A outra gestão foi a do Juiz Federal João Gomes Martins Filho.

Eu gostaria de fazer um relato de cada gestão, mas se tornaria cansativo. Vou pedir que os Anais da Casa registrem, neste documento, o relatório da atividade de cada presidente da Ajufe nesse período.

No período compreendido entre março de 1988 e junho de 1993, a Ajufe foi presidida por Sebastião de Oliveira Lima, época na qual o presidente da Associação continuava judicando, o que impedia uma movimentação mais fluída.

A Carta de 1988 promoveu profundas mudanças na estrutura da Justiça Federal. Nesse contexto, destacamos a participação da Ajufe em inúmeras sessões da Assembleia Nacional Constituinte, tendo êxito em muitas das propostas que apresentou. Uma das alterações trazidas pela nova Constituição foi a criação do Superior Tribunal de Justiça. Também merece destaque o federalismo regional no âmbito da Justiça Federal. Para o lugar do Tribunal Federal de Recursos foram criados tribunais regionais federais nas cinco regiões geográficas do País, como órgãos de segunda instância da Justiça Federal.

A regionalização da Justiça Federal dotou a Ajufe de uma relevância ainda mais estratégica, considerando que passou a contribuir para a manutenção do caráter

nacional desse segmento do Poder Judiciário, a despeito das funções até então assumidas. Como registram os Anais da entidade, o funcionamento dos tribunais regionais federais, a partir de 1989, coincidiu com o grande aumento de demanda do Judiciário Federal.

A partir de junho de 1993, assumiu a direção da Ajufe o Juiz Edgard Silveira Bueno Filho, também com profícua gestão, como o relatório destaca.

Um novo tempo foi escrito entre os anos de 1994 e 1998. O número de sócios foi ampliado para mais de 400, bem como foi intensificada a realização de eventos e cursos no exterior. Nessa época foi lançado o informativo Ajufe.

A gestão do sexto presidente, Juiz Federal Vladimir Passos de Freitas – março de 1994 a março de 1996 –, marca o início e o aprimoramento de uma nova era. A Ajufe passou a trilhar um caminho que ultrapassou as reivindicações de classe. Dentre as várias linhas de atuação institucional de sua gestão destacamos: presença marcante em acontecimentos em todo o território nacional, a criação de vice-presidências regionais, as visitas e congressos com juízes de outros países e os cursos no exterior para juízes federais. Nessa época, a Ajufe finalmente passou a ter sua sede própria, com recursos oriundos de cursos preparatórios para concursos realizados na região Sul. Era o fim das sedes itinerantes.

A gestão do Juiz Federal Vilson Darós, sétimo presidente da Associação, está inserida numa delicada conjuntura histórica. O Poder Judiciário vivia um momento conturbado. De um lado, o Parlamento debatia as reformas constitucionais, notadamente a do Judiciário e a da Previdência; de outro, os baixos vencimentos, especialmente da magistratura federal, desencantavam os juízes e afastavam os melhores candidatos.

A Ajufe atuou firmemente para tentar reverter o cenário vivido pela magistratura nacional e, em especial, a federal. Ações judiciais foram interpostas e gestões e pedidos administrativos foram feitos, a maioria com êxito, alguns inspirando até outras entidades. Nesse tempo foi consolidada a implantação do Ajufenet, domínio virtual registrado. A sede própria em Brasília foi remodelada.

Passo em revista a gestão do Juiz Federal Fernando da Costa Tourinho Neto, que a presidiu no período de maio de 1998 a junho de 2000, sendo o oitavo presidente da entidade. Ele capitaneou a luta pela instituição do teto salarial e obteve importante vitória: a Associação conseguiu que, em mandado de segurança, fosse concedida liminar dando à magistratura federal a “parcela de equivalência salarial” com os membros do Congresso Nacional.

Atuou com grande desenvoltura no processo da reforma do Poder Judiciário, elaborando, com a participação de vários juízes, um projeto de reforma que foi apresentando à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados. À época, a Ajufe contestou, por exemplo, no STF, o critério de ocupação no STJ da vaga destinada a juízes federais.

Flávio Dino de Castro e Costa foi o nono presidente da Ajufe. Seus esforços e conquistas foram estruturados em cinco eixos: direitos e prerrogativas da magistratura; democratização do Judiciário; aprimoramento da prestação jurisdicional; qualificação e valorização dos juízes federais, e aperfeiçoamento da atuação da Ajufe.

Destacamos a luta pelo aumento dos vencimentos, ao final consolidada na apresentação de um projeto de lei pelo STF. Conseguiu, no Senado, manter na Proposta de Emenda à Constituição da Reforma do Judiciário três prerrogativas essenciais à magistratura: a vitaliciedade, a inamovibilidade do cargo e a irreduzibilidade dos vencimentos.

Esse é um registro histórico, senhores e senhoras. Uma vitória emblemática que significa a democracia e o Estado Democrático de Direito.

Ressalte-se, ainda, que foi garantida a participação dos juízes federais no Conselho Nacional de Justiça – CNJ, e o Presidente da Ajufe passou a participar das sessões do Conselho da Justiça Federal – CJF.

Não posso deixar de mencionar que a Ajufe foi a primeira entidade do País a apresentar projeto de lei à então recém-criada Comissão de Participação Legislativa da Câmara dos Deputados, com uma proposta para normatizar a informatização do processo judicial, que, em 19 de dezembro de 2006, se transformou na Lei nº 11.419/2006.

A gestão de Paulo Sérgio Domingues, décimo presidente, foi marcada por grandes lutas em defesa da magistratura. Firmou em moldura definitiva o papel de importante veículo de bandeiras institucionais da sociedade brasileira. Uma das bandeiras dessa cruzada foi o início da luta contra o trabalho escravo. Também foi relevante a participação, desde o início da criação, da TV Justiça. As transmissões iniciaram-se no dia 11 de agosto, às 16h30, entrando no ar o primeiro programa produzido pela Ajufe. Um canal aberto à cidadania.

Na gestão seguinte, de Jorge Maurique, décimo primeiro presidente, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 45/2004 – a Reforma do Judiciário –, que incorporou diversas proposições da Ajufe, como a reestruturação administrativa dos tribunais de segunda instância, com a previsão da possibilidade de criação das câmaras regionais.

Na sequência, o décimo segundo presidente da Associação, o Juiz Federal Walter Nunes da Silva Júnior, permaneceu até junho de 2008. Destaca-se, em sua gestão, a atuação da entidade no âmbito do CNJ para solucionar um dos principais entraves ao crescimento da Justiça Federal, materializado nos limites de gastos com pessoal, impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e fixados pela Resolução nº 5 do Conselho.

A Ajufe apresentou, em 2005, o Pedido de Providências (PP) nº 165, com o objetivo de elevar a participação da Justiça Federal no total de recursos destinados às despesas com pessoal e encargos do Judiciário e da União. O CNJ acolheu o pedido, arbitrando à Justiça Federal margem de expansão condizente com suas necessidades. Foram apresentadas novas propostas à Comissão de Legislação Participativa da Câmara, buscando combater a violência – como é o caso da criação do Plano de Proteção e Assistência aos Juízes em Situação de Risco –, que se transformaram no Projeto de Lei nº 2.057/2007.

Nesse período, por iniciativa da Ajufe, foi criada a Frente Associativa, formada por entidades da Magistratura e do Ministério Público Federal. A atuação conjunta da Frente, no Parlamento e no CNJ, merece destaque. Foram igualmente dirimidas controvérsias em relação a matérias em tramitação no Congresso Nacional, como a criação de varas federais, a revisão do teto remuneratório, a extinção da prescrição retroativa e a ampliação do foro privilegiado.

Em junho 2008, o Juiz Federal Fernando César Baptista de Mattos assumiu o comando da Ajufe, sendo o seu décimo terceiro presidente. Essa diretoria lutou pela independência funcional dos juízes federais de primeira instância, conseguiu a regulamentação da extensão da licença-maternidade para juízas e servidoras da Justiça Federal a um período de 180 dias e atuou no movimento pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição do Trabalho Escravo (PEC nº 438). Nessa gestão, passou a ocupar um assento no Conselho da Justiça Federal e a integrar o Conselho Superior da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.

Por fim, saúdo, mais uma vez, o Juiz Federal, Dr. Gabriel – ao nosso lado –, atual Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil, empossado em 08 de junho de 2010. Dr. Gabriel é responsável pela implantação de um novo e inovador projeto administrativo. Ele poderá fazer uso da palavra logo mais. Além de detentor de meritórios títulos acadêmicos, ele é autor de importantes obras no campo do Direito.

Antes de concluir, peço vênia aos senhores para elencar resumidamente alguns dos importantes projetos de responsabilidade social desenvolvidos pela Ajufe.

A Expedição da Cidadania é um projeto social idealizado pela Ajufe e desenvolvido em parceria com as Organizações Globo, com os Tribunais Regionais Federais e com diversas entidades, entre elas: Receita Federal, o Instituto Nacional do Seguro Social, a Caixa Econômica Federal, Prefeituras Municipais, Marinha do Brasil, Exército brasileiro, entre outros.

O projeto faz parte dos juizados itinerantes e tem como objetivo levar justiça gratuita e serviços à população residente em locais de difícil acesso. A iniciativa começou em 2009 e já foram realizadas duas etapas. Uma em Porto Murtinho, no Mato Grosso do Sul, onde foram atendidas populações ribeirinhas, e outra em aldeias indígenas de Foz do Iguaçu, no meu Estado. Foram atendidas mais de seis mil pessoas carentes dessas localidades. Além disso, as populações ribeirinhas, assim como os indígenas, receberam atendimento médico, odontológico e vacinação contra febre amarela e poliomielite.

A Cartilha de Direito Previdenciário é uma iniciativa da Ajufe, em parceria com as Organizações Globo, e é resultado das importantes atividades desenvolvidas durante o Projeto Expedição da Cidadania. Com 47 páginas, a Cartilha tem como objetivo esclarecer dúvidas de aposentados e pensionistas sobre os benefícios pagos pela Previdência Social por meio de uma linguagem simples e objetiva. Além disso, a Cartilha traz tabelas, figuras, desenhos, ilustrações e outros artifícios gráficos que facilitam o acesso e o atendimento a qualquer pessoa. Os exemplares da revista já estão sendo distribuídos a populações carentes de diversos Estados brasileiros. A Cartilha de Direito Previdenciário já está disponível no site da Ajufe.

É uma das entidades que compõem o Grupo Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, vinculado ao Ministério da Justiça. Tem como objetivos, a Encla, estabelecer diretrizes e ações para o enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e à lavagem de dinheiro por meio do comércio e a regulamentação das técnicas especiais de investigação.

A propósito, lembro que o governo norte-americano, por meio do Departamento de Estado, elaborou uma lista de países potencialmente suscetíveis à lavagem de dinheiro proveniente do tráfico internacional de drogas. No relatório anual, que será encaminhado ao Congresso dos Estados Unidos nos próximos dias, o Brasil figura na categoria dos chamados Estados de Alto Risco, ao lado de países como Afeganistão, Austrália, China, Ilhas Cayman, Japão, Rússia, Uruguai, Reino Unido, Zimbábue e os próprios Estados Unidos.

A despeito do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf, atuar em sintonia com as normas

internacionais e integrar o Gafi (Grupo de Ações Financeiras), órgão sediado em Paris e criado em 1988 nos desdobramentos da Conferência das Nações Unidas contra o tráfico ilícito de drogas, o Brasil ostenta uma posição preocupante no quesito de país potencialmente suscetível à lavagem de dinheiro proveniente do tráfico internacional de drogas. Nesse contexto, vale registrar que o próprio Gafi declarou, no início de 2010, que o Brasil não combate a lavagem de dinheiro.

A Ajufe é uma das entidades parceiras do Conselho Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo – Conatrae, que busca extirpar definitivamente do Brasil o trabalho escravo. Fruto de cinco anos de incansável trabalho do Conatrae, o plano tem como uma de suas principais metas a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 438/2001, que prevê a expropriação de fazendas onde for comprovada a exploração do trabalho em condições análogas à de escravo e destinação das terras para a reforma agrária.

Perdoem-me por me alongar, mas estou concluindo agora, Senadora Amélia.

Deixo de citar outras meritórias iniciativas da Ajufe no campo social.

Parabéns aos 40 anos da Ajufe, quato décadas de uma atuação exemplar. Felicito a todos os seus integrantes e associados.

Muito obrigado. (Palmas.)

SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTO DO SR. PRESIDENTE ALVARO DIAS

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Foi com enorme satisfação que, com o apoio dos meus pares, apresentei à Mesa Diretora do Senado e vi aprovado pelo plenário da Casa o requerimento que propugnou a realização da presente sessão especial. A homenagem ao quadragésimo aniversário de fundação da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) é um tributo justo, legítimo e mais que oportuno.

O ato ou efeito de associar-se como princípio universal, plenamente incorporado ao nosso ordenamento jurídico, possui um marco memorável na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela resolução 217 A da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948: “Toda pessoa tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas”. A nossa Carta Magna, por sua vez, abriga esses princípios de forma explícita nos incisos XVI e XVII, do Art. 5º.

A Ajufe nasceu nos idos de setembro de 1972: uma sociedade civil sem fins lucrativos, de âmbito nacional, congregando os magistrados da Justiça Federal. Sua atuação desde então é pautada pela defesa

irrestrita dos interesses gerais e regionais da magistratura brasileira.

Com sede e foro na capital federal, a Ajufe tem como escopo congregar todos os magistrados federais de primeiro e segundo graus, bem como os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), representando-os com exclusividade em âmbito nacional, judicial ou extrajudicialmente.

Ressalto e louvo que, entre os principais objetivos da Ajufe, figurem ostensivamente a busca permanente pelo fortalecimento do Poder Judiciário e de seus integrantes; a luta pelo aperfeiçoamento do Estado Democrático de Direito e pela plena observância dos direitos humanos, sem descuidar da defesa da categoria, da promoção e apoio dos debates concernentes a questões institucionais e afetas aos juízes, fomentando a publicação de obras de interesse dos magistrados, proporcionando a adequada publicidade de trabalhos de cunho científico, na esfera jurídica,

Num contexto histórico peculiar, após cinco anos da reinstalação da Justiça Federal, sob a convergência dessa união e da necessidade de um efetivo intercâmbio de ideias e experiências entre os juízes federais, foi criada a Ajufe. O encontro que moldou sua fundação aconteceu na cidade de Fortaleza, durante a inauguração do prédio da Justiça Federal do Ceará, por iniciativa do então juiz federal substituto da Seção Judiciária local, Jesus da Costa Lima, eleito o primeiro presidente da Associação.

Na linha do tempo, julgo importante traçar um breve itinerário de sua história. Em que pese a escassez de registros referentes à gestão do segundo presidente da entidade, Armindo Guedes da Silva, juiz da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, sabemos que a composição das chapas para as eleições era feita por unanimidade. Nesse horizonte temporal, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 7/1977, que instituiu a Lei Orgânica da Magistratura Nacional. A partir de então, a ampliação do número de varas federais e de cargos de juízes federais e juízes federais substitutos foi intensificada por diversas leis específicas.

A próxima gestão foi a do juiz federal João Gomes Martins Filho, da 7ª Vara Federal de São Paulo. Ele presidiu a Ajufe de 1978 até 1988, tornando-se o presidente que por mais tempo esteve no comando da Ajufe. É mister destacar seu esforço para a realização do primeiro Encontro Nacional dos Juízes Federais, na capital paulista. O evento teve a primazia de sediar a primeira reunião entre os associados da entidade desde sua fundação.

No período compreendido entre março de 1988 e junho de 1993, a Ajufe foi presidida por Sebastião de Oliveira Lima, época na qual o presidente da As-

sociação continuava judicando, o que impedia uma movimentação mais fluída. Arcando ele próprio com os encargos logísticos de viagens, suas eventuais ausências na vara repercutiam negativamente junto à direção do então Tribunal Federal de Recursos.

A Carta de 1988 promoveu profundas mudanças na estrutura da Justiça Federal. Nesse contexto, destacamos a participação da Ajufe em inúmeras sessões da Assembleia Nacional Constituinte, tendo êxito em muitas das propostas que apresentou. Uma das alterações trazidas pela nova Constituição foi a criação do Superior Tribunal de Justiça. Também merece destaque o federalismo regional no âmbito da Justiça Federal. Para o lugar do Tribunal Federal de Recursos foram criados tribunais regionais federais nas cinco regiões geográficas do País, como órgãos de segunda instância da Justiça Federal.

A regionalização da Justiça Federal dotou a Ajufe de uma relevância ainda mais estratégica, considerando que passou a contribuir para a manutenção do caráter nacional desse segmento do Poder Judiciário, a despeito das funções até então assumidas. Como registram os anais da entidade, o funcionamento dos tribunais regionais federais, a partir de 1989, coincidiu com o grande aumento de demanda do Judiciário Federal,

A partir de junho de 1993, assumiu a direção da Ajufe o juiz Edgard Silveira Bueno Filho. Ele foi o quinto presidente da Associação, permanecendo até março de 1994. Na sua gestão foi realizada a mudança no Estatuto da entidade. Até aquele momento, a atuação era direcionada para a aproximação dos associados - que ainda eram poucos -, e para a reivindicação salarial. A sede funcionava na vara em que atuava o presidente ou em uma sala do fórum. A Ajufe não abrigava estrutura administrativa nem corpo funcional, contando apenas com uma secretaria. A atuação da entidade não tinha grande presença na mídia e a comunicação com os associados era feita apenas pela Revista Ajufe.

Um novo tempo foi escrito entre os anos de 1994 e 1998. O número de sócios foi ampliado para mais de 400, bem como foi intensificada a realização de eventos e cursos no exterior. Nessa época foi lançado o informativo Ajufe.

A gestão do sexto presidente, juiz federal Vladimir Passos de Freitas, março de 1994 a março de 1996, marca o início e aprimoramento de uma nova era: a Ajufe passou a trilhar um caminho que ultrapassou as reivindicações de classe. Dentre as várias linhas de atuação institucional de sua gestão destacamos: presença marcante em acontecimentos em todo o território nacional, a criação de vice-presidências regionais, as visitas e congressos com juízes de outros países e os cursos no exterior para juízes federais. Nessa épo-

ca, a Ajufe finalmente passou a ter sua sede própria, com recursos oriundos de cursos preparatórios para concursos realizados na Região Sul. Era o fim das sedes itinerantes.

A gestão do juiz federal Vilson Darós, sétimo presidente da Associação (1996/1998), está inserida numa delicada conjuntura histórica. O Poder Judiciário vivia um momento conturbado. De um lado, o Parlamento debatia as reformas constitucionais, notadamente, a do Judiciário e a da Previdência; de outro, os baixos vencimentos, especialmente da magistratura federal, desencantavam os juizes e afastavam os melhores candidatos.

A Ajufe atuou firmemente para tentar reverter o cenário vivido pela magistratura nacional e, em especial, a federal. Ações judiciais foram interpostas e gestões e pedidos administrativos foram feitos, a maioria com êxito, alguns inspirando até outras entidades.

Nesse tempo foi consolidada a implantação do Ajufenet, domínio virtual registrado com o endereço eletrônico www.ajufe.com.br, imperativo do advento da sociedade da informação. A sede própria em Brasília foi totalmente remodelada com recursos próprios da entidade, sendo inaugurada no dia 17 de maio de 1996,

Passo em revista à gestão do juiz federal Fernando da Costa Tourinho Neto, que presidiu a Ajufe no período de maio de 1998 a junho de 2000, sendo o oitavo presidente da entidade. Ele capitaneou a luta pela instituição do teto salarial e obteve importante vitória: a Associação conseguiu que, em mandado de segurança, fosse concedida liminar dando à magistratura federal a “parcela de equivalência salarial” com os membros do Congresso Nacional.

A Ajufe atuou com grande desenvoltura no processo da reforma do Poder Judiciário, elaborando, com a participação de vários juizes, um projeto de reforma que foi apresentando à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados. À época, a Ajufe contestou, por exemplo, no STF, o critério de ocupação no STJ da vaga destinada a juizes federais.

Flávio Dino de Castro e Costa foi o nono presidente da Ajufe (junho de 2000 a junho de 2002). Seus esforços e conquistas foram estruturadas em cinco eixos: direitos e prerrogativas da magistratura; democratização do Judiciário; aprimoramento da prestação jurisdicional; qualificação e valorização dos juizes federais; e aperfeiçoamento da atuação da Ajufe.

Destacamos nesse período a luta pelo aumento dos vencimentos dos juizes, ao final consolidada na apresentação de um projeto de lei pelo STF. A Ajufe também conseguiu, no Senado, manter na proposta de emenda à Constituição da reforma do Judiciário, três prerrogativas essenciais à magistratura: a vitali-

ciedade, a inamovibilidade do cargo e a irredutibilidade dos vencimentos. Esse é um registro memorável, Sr. Presidente. Uma vitória emblemática que dignifica a democracia e o Estado Democrático de Direito.

Ressalta-se ainda, que foi garantida a participação dos juizes federais no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o presidente da Ajufe passou a participar das sessões do Conselho da Justiça Federal (CJF).

Não posso deixar de mencionar que a Ajufe foi a primeira entidade do País a apresentar projeto de lei à então recém-criada Comissão de Participação Legislativa da Câmara dos Deputados, com uma proposta para normatizar a informatização do processo judicial que, em 19 de dezembro de 2006, se transformou na Lei nº 11.419/2006.

A gestão de Paulo Sérgio Domingues, 10º presidente, da entidade (junho de 2002 a junho de 2004) foi marcada por grandes lutas em defesa da magistratura. Nesse período, a Ajufe firmou em moldura definitiva seu papel de importante veículo de bandeiras institucionais da sociedade brasileira. Um das bandeiras dessa cruzada foi o início da luta contra o trabalho escravo. Também foi relevante a participação da Ajufe desde o início da criação da TV Justiça. As transmissões iniciaram-se no dia 11 de agosto de 2002 e às 16h30 entrou no ar o primeiro programa produzido pela Ajufe. Um canal aberto à cidadania.

Na gestão seguinte, de Jorge Maurique, 11º presidente da Ajufe (junho de 2004 a junho de 2006), foi aprovada a Emenda Constitucional nº 45/2004 – a reforma do Judiciário –, que incorporou diversas proposições da Ajufe, como a reestruturação administrativa dos tribunais de segunda instância, com a previsão da possibilidade de criação das câmaras regionais.

Na sequência, assumiu o 12º presidente da Associação, o juiz federal Walter Nunes da Silva Júnior, que permaneceu até junho de 2008. Destaca-se, em sua gestão, a atuação da entidade no âmbito do CNJ para solucionar um dos principais entraves ao crescimento da Justiça Federal, materializado nos limites de gastos com pessoal, impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e fixados pela Resolução nº 5 do Conselho. Para superar esse obstáculo, a Ajufe apresentou, em 2005, o Pedido de Providências (PP) nº 165 com o objetivo de elevar a participação da Justiça Federal no total de recursos destinado às despesas com pessoal e encargos do Judiciário e da União. O CNJ acolheu o pedido, arbitrando à Justiça Federal margem de expansão condizente com suas necessidades. Foram apresentadas novas propostas à Comissão de Legislação Participativa da Câmara, buscando combater a violência - como é o caso da criação do plano de pro-

teção e assistência aos juizes em situação de risco -, que se transformaram no Projeto de Lei nº 2,057/2007.

Nesse período, por iniciativa da Ajufe, foi chada a Frente Associativa, formada por entidades da Magistratura e do Ministério Público Federal. A atuação conjunta da Frente, no Parlamento e no CNJ merece destaque. Foram igualmente dirimidas controvérsias em relação a matérias em tramitação no Congresso Nacional, como a criação de varas federais, a revisão do teto remuneratório, a extinção da prescrição retroativa e a ampliação do foro privilegiado.

Em junho 2008, o juiz federal Fernando César Baptista de Mattos assumiu o comando da Ajufe, sendo o seu 13º presidente. Essa diretoria lutou pela independência funcional dos juizes federais de primeira instância, conseguiu a regulamentação da extensão da licença-maternidade para juízas e servidoras da Justiça Federal a um período de 180 dias e atuou no movimento pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição do Trabalho Escravo (PEC nº 438). Nessa gestão, a Ajufe passou a ocupar um assento no Conselho da Justiça Federal e a integrar o Conselho Superior da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).

Por fim, saúdo mais uma vez o juiz federal Gabriel Wedy, atual presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), empossado em 8 de junho de 2010. O Doutor Gabriei Wedy é responsável pela implantação de um novo e inovador projeto administrativo para a Ajufe. Ele poderá fazer uso da palavra logo mais. Além de detentor de meritórios títulos acadêmicos, ele é autor de importantes obras no campo do direito.

Antes de concluir, peço vénia aos Senhores para elencar resumidamente, alguns dos importantes projetos de Responsabilidade Social desenvolvidos pela Ajufe.

- A *Expedição da Cidadania*: é um projeto social idealizado pela Ajufe e desenvolvido em parceria com as Organizações Globo, com os tribunais regionais federais e com diversas entidades, dentre elas a Receita Federal, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a Caixa Económica Federal, as prefeituras municipais, a Marinha do Brasil e o Exército brasileiro, entre outros. O projeto faz parte dos juizados itinerantes e tem como objetivo levar justiça gratuita e serviços à população residente em locais de difícil acesso. A iniciativa começou em 2009 e já foram realizadas duas etapas: uma em Porto Murtinho (MS), onde foram atendidas populações ribeirinhas; e outra em aldeias indígenas de Foz de Iguaçu. Foram atendidas mais de seis mil pessoas carentes dessas localidades. Além disso, as populações ribeirinhas, assim como os indígenas, re-

ceberam atendimento médico, odontológico e vacinação contra febre amarela e poliomielite.

- A *Cartilha de Direito Previdenciário*: é uma iniciativa da Ajufe, em parceria com as Organizações Globo, e é resultado das importantes atividades desenvolvidas durante o projeto *Expedição da Cidadania*. Com 47 páginas, a cartilha tem como objetivo esclarecer dúvidas de aposentados e pensionistas sobre os benefícios pagos pela Previdência Social, por meio de uma linguagem simples e objetiva. Além disso, a cartilha traz tabelas, figuras, desenhos, ilustrações e outros artifícios gráficos que facilitam o acesso e o entendimento a qualquer pessoa. Os exemplares da revista já estão sendo distribuídos a populações carentes de diversos estados brasileiros. A *Cartilha de Direito Previdenciário* já está disponível no site da Ajufe.

- A Ajufe é uma das entidades que compõem o grupo Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), vinculado ao Ministério da Justiça. A ENCCLA tem como objetivos estabelecer diretrizes e ações para o enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e à lavagem de dinheiro por meio do comércio, e a regulamentação das técnicas especiais de investigação.

- A propósito, lembro que o governo norte-americano, por meio do Departamento de Estado, elaborou uma lista de países potencialmente suscetíveis à lavagem de dinheiro proveniente do tráfico internacional de drogas.

- No relatório anual da *International Narcotics Control Strategy*, que será encaminhado ao Congresso dos EUA nos próximos dias, o Brasil figura na categoria dos chamados “Estados de alto risco”, ao lado de países como Afeganistão, Austrália, China, Ilhas Cayman, Japão, Rússia, Uruguai, Reino Unido, Zimbábue e EUA.

- A despeito do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) atuar em sintonia com as normas internacionais e integrar o Gafi (Grupo de Ações Financeiras), órgão sediado em Paris e criado em 1988 nos desdobramentos da Conferência das Nações Unidas contra o tráfico ilícito de drogas, o Brasil ostenta uma posição preocupante no quesito de país potencialmente suscetível à lavagem de dinheiro proveniente do tráfico internacional de drogas.

- Nesse contexto, vale registrar que o próprio Gafi declarou no início de 2010 que o Brasil não combate a lavagem de dinheiro.

- A Ajufe é uma das entidades parceiras do Conselho Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), que busca extirpar definitivamente do Brasil o trabalho escravo. Fruto de cinco anos de incansável trabalho do Conatrae, o plano tem como uma de suas principais metas a aprovação da Proposta de Emenda

à Constituição (PEC) nº 438/2001, que prevê a expropriação de fazendas onde for comprovada a exploração do trabalho em condições análogas à de escravo, e destinação das terras para a reforma agrária.

Deixo de citar outras meritórias iniciativas da Ajufe no campo social. Parabéns aos 40 anos da Ajufe, 4 décadas de uma atuação exemplar. Felicito a todos os integrantes e associados dessa Associação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco/PSDB – PR) – Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, que é representante do Rio Grande do Sul e fala pela Liderança do Partido Progressista.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS). Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão especial de homenagem aos 40 anos da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), Senador Alvaro Dias, eu queria cumprimentá-lo pela iniciativa oportuna que teve ao promover esta sessão especial.

Sr. Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), meu conterrâneo Gabriel Wedy; Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça Militar da União, Exmº Sr. José Barroso Filho, representando o Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Juiz Henrique Nelson Calandra; caro Ministro Ayres Britto, Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, eleito Presidente da Suprema Corte do nosso País, V. Ex^a terá um desafio gigantesco pela frente nos seus sete meses. Sobre seus ombros pesa uma enorme responsabilidade.

Eu também endosso aqui, caro Ministro Ayres Britto, as referências estimuladoras, esperançosas, alvissareiras até, das suas palavras concedidas à revista *Veja*, na entrevista às Páginas Amarelas, já mencionadas aqui com muito senso de oportunidade pelo Senador Alvaro Dias. Isto é o que realmente move a esperança dos brasileiros: que magistrados da sua estirpe e da maioria do corpo de magistrados do nosso País têm a responsabilidade de não frustrar aquilo que nós esperamos, que é impedir a impunidade. Então, confiamos também em V. Ex^a e o cumprimentamos por essa entrevista, que foi uma espécie de alento em plena semana da Páscoa, que tem muito significado e simbolismo para todos nós.

Aproveito a oportunidade, já que o senhor está assumindo, para, politicamente, junto com o Senador Alvaro Dias, fazer um pedido em nome de milhares de aposentados da Varig/Aerus, em relação ao julgamento que se aguarda, no Supremo Tribunal Federal, de uma questão que diz respeito à vida de muitas pessoas. É uma questão social muito séria, Ministro. Eu diria que, se do ponto de vista político o mensalão é a referên-

cia e é o julgamento do século, como bem definiu a revista *Veja*, do ponto de vista social, este julgamento do Aerius é realmente a questão que estamos aguardando e que está nas mãos da Ministra Cármem Lúcia. Então, nós também gostaríamos de que essa questão fosse definida.

O Senador Alvaro Dias, Senador Paulo Paim e eu temos nos dedicado muito a essa causa, por conhecer...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco/PSDB – PR) – Quero dizer, Senadora Ana Amélia, que é muito oportuna essa intervenção de V. Ex^a na presença do futuro Presidente do Supremo Tribunal Federal. Colocamos nas mãos dele as nossas...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Esperanças.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco/PSDB – PR) – ... maiores esperanças de solução.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Temos certeza de que, embora haja autonomia dos relatores das matérias, pela importância social desse julgamento no Supremo Tribunal Federal, não tenho dúvida de que a sensibilidade de todos os magistrados será benéfica para corresponder à esperança desses milhares de pessoas, até porque, neste mês, está encerrando a validade da mísera aposentadoria que elas estão recebendo, num acerto que foi feito no âmbito do Governo. Então, reforço as palavras do Senador Alvaro Dias.

Mas estou usando a tribuna nesta manhã para também prestar uma homenagem à Associação dos Juízes Federais (Ajufe), entidade que comemora os 40 anos de existência, data que celebramos nesta sessão especial, requerida pelo Senador Alvaro Dias. Eu o faço, também, em nome do Partido Progressista e do nosso competente e dedicado Líder, Senador Francisco Dornelles.

Dentre os Poderes da União, o Judiciário é o responsável pela mediação de conflitos entre os cidadãos e também entre os cidadãos e o Estado. É o Judiciário que garante a segurança da sociedade, através da aplicação de penas aos que transgridem as normas que regem o bom convívio social. Garante também o respeito aos direitos individuais de cada brasileiro, fazendo com que todos sejam iguais perante a lei.

Cito, aqui, o francês Fustel de Coulanges, que nos relatou, na obra *A Cidade Antiga*, de 1864, os primórdios de nossa antiguidade clássica, analisando a formação religiosa da família e, por consequência, da própria sociedade. Para o autor, o pai, líder máximo de cada família, era o juiz, o sacerdote, aquele que, em vida, tinha a função maior e sagrada de delimitar a terra, o direito do trabalho e todos os limites das famílias que ali viviam.

Entre gregos e romanos, desde o princípio, a lei surgiu naturalmente, como parte da religião. Os antigos códigos das cidades reuniam um conjunto de ritos, de prescrições litúrgicas, de orações e, ao mesmo tempo, de disposições legislativas.

O culto ao Deus único e, mais tarde, a necessidade de formação de uma sociedade geraram as revoluções sociais e um novo alicerce para a criação de leis e instituições, como direitos e garantias aos cidadãos, que compõe, hoje, nossa sociedade. Nesse contexto, o papel do juiz, e não mais somente o do pai de família, assumiu importância fundamental.

O juiz é hoje um cidadão investido de autoridade pública, com poder para exercer a atividade jurisdicional, julgando os conflitos de interesse que são submetidos à sua apreciação. Um cidadão com senso crítico, responsabilidade, capacidade de reflexão, equilíbrio emocional e incontestável conhecimento das leis.

Lembrando as raízes da Justiça, quero homenagear o trabalho do juiz nesse processo democrático que vivemos hoje, compromissos, aliás, que compõem seus mais importantes objetivos, no caso, da Associação dos Juízes Federais do Brasil, a Ajufe, que foi fundada em 20 de setembro de 1972.

É uma sociedade civil, sem fins lucrativos e de âmbito nacional, que congrega os magistrados da Justiça Federal. Apesar de não ser filiada a nenhuma outra entidade nacional de representação de juízes, defende a permanente colaboração entre tais órgãos, em defesa dos interesses gerais e regionais da Magistratura brasileira.

Com sede e foro em Brasília, a Ajufe tem por finalidade congregar todos os magistrados federais de primeiro e segundo graus, bem como os ministros do Superior Tribunal de Justiça, STJ, e do Supremo Tribunal Federal, STF, aqui tão bem representados pelo Ministro Ayres Britto, desempenhando essa função com exclusividade em âmbito nacional, judicial ou extrajudicialmente. Entre seus objetivos principais, estão a busca pelo fortalecimento do Poder Judiciário e de seus integrantes e a luta pelo aperfeiçoamento do Estado democrático de direito e pela plena observância dos direitos humanos.

Atualmente, a entidade é presidida pelo Juiz Federal Gabriel Wedy, meu conterrâneo, do Rio Grande do Sul, e a entidade também já teve outros presidentes igualmente gaúchos, e faço questão de mencioná-los: Vilson Darós e Jorge Maurique também presidiram a entidade.

A sociedade evoluiu e a cada dia se mostra mais complexa. Um Poder Judiciário independente, com juízes independentes, é precondição para o estabelecimento de uma verdadeira e forte democracia.

Destaco aqui também a importância do Conselho Nacional de Justiça nesse processo de independência. Em pouco mais de seis anos de existência, o CNJ já proporcionou conquistas muito importantes. A proibição do nepotismo e a regulamentação do teto salarial dos magistrados são exemplos concretos da atuação do Conselho.

Também há avanços de transparência e gestão nos tribunais. O CNJ monitora e divulga números relacionados aos gastos e à estrutura do Judiciário, promove a informatização dos processos, estabelecendo metas de desempenho e fiscalizando a execução de obras e contratações.

Tudo isso aperfeiçoa os serviços que são entregues à população, com custos menores para o contribuinte – quem, enfim, paga essa conta –, e estimula a grande maioria de juízes honestos e trabalhadores a dedicarem-se ainda mais ao complexo ofício de julgar conflitos.

Aliás, Rui Barbosa, eminent jurista, político, diplomata, escritor e um dos intelectuais mais importantes do seu tempo disse: "A força do direito deve sempre superar o direito da força".

A Justiça Federal brasileira tem por competência o julgamento das ações nas quais a União Federal, suas autarquias, fundações e empresas públicas federais figurem na condição de autoras, ou réis, e outras questões de interesse da Federação previstas no art. 109 da Constituição Federal, disputa sobre direitos indígenas, crimes cometidos a bordo de aeronaves ou navios, crimes praticados contra bens, serviços ou interesses da União. A Justiça Federal brasileira está regulamentada pela Lei nº 5.010, de 1966.

Mas eu gostaria de fazer aqui, caro Presidente Gabriel Wedy, um registro especial para uma área da Justiça Federal que tem enorme importância social, que são os Juizados Especiais das Pequenas Causas ou Juizado Especial Federal Cível e Criminal. No âmbito da Justiça Federal, esses Juizados Especiais só vieram a ser instituídos na Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2011, abrangendo causas de até 60 salários mínimos nas ocasiões em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, réis, assistentes ou oponentes. Além das pessoas físicas e microempresas, as pequenas empresas também podem demandar como autoras nesses Juizados Especiais Federais. É admitida a pluralidade das partes do Juizado Especial Federal; porém, não se admitem quaisquer outras modalidades de intervenção de terceiros.

Essa decisão foi uma grande modernização da Justiça brasileira no âmbito da jurisdição federal, que proporcionou, eu diria, um alcance social, que temos

que, cada vez mais, fortalecer, elogiar e auxiliar, no que for possível, nesta Casa.

Felictito, portanto, a Associação dos Juízes Federais pelos 40 anos de existência, lembrando a importância do Poder Judiciário para a nossa sociedade como um dos pilares do poder democrático e, sobretudo, como certeza de uma sociedade mais justa e equilibrada.

Quero saudar aqui os integrantes do TRF da 4ª Região, com sede em Porto Alegre, que também tem a abrangência dos Estados de Santa Catarina e Paraná, do Senador Alvaro Dias, na pessoa da Presidente, uma mulher, Marga Barth Tessler. E, como falo aqui em nome do nosso grande Líder Francisco Dornelles, não posso deixar de mencionar também o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Rio de Janeiro, do meu querido Francisco Dornelles, que, casualmente, para minha satisfação, também é comandada por uma mulher, a Maria Helena Cisne.

Vejo muitas mulheres participando desta cerimônia. E, como Senadora, representante do Rio Grande do Sul, alegra-me muito o empoderamento das mulheres em todas as áreas, não apenas no âmbito político, mas especialmente no Poder Judiciário, dada a relevância que tem. E do Tribunal Regional Federal da 4ª Região veio uma figura ilustre do Poder Judiciário brasileiro, que presidiu o Tribunal Regional Federal da 4ª Região e chegou à Suprema Corte, a primeira mulher a galgar esse posto, a Ministra Ellen Gracie, que chegou, inclusive, à Presidência do Supremo Tribunal Federal.

É assim que, como mulher, tenho a grata alegria de fazer essa referência e essa citação também pelo fato de hoje tanto o Tribunal Regional Federal da 4ª Região quanto o da 2ª Região igualmente serem comandados por mulheres. Fico muito feliz nessa condição e renovo os cumprimentos de êxito na missão que tem a Ajufe, na pessoa do seu Presidente, Gabriel Wedy.

Cumprimento novamente o Senador Alvaro Dias pela iniciativa desta homenagem, e especialmente o nosso Ministro Ayres Britto, que nos tem dado, a cada dia, um grande elixir de esperança. Como jornalista, ouvi uma frase sua num encontro em que se debateram as tentativas de cerceamento à liberdade no âmbito da comunicação. V. Exª cunhou uma frase que repito sempre: "A liberdade é a nossa fé, e a Constituição, a nossa Bíblia".

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco/PSDB – PR) – Obrigado à Senadora Ana Amélia.

Registrarmos a presença também no plenário do Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Sr. Renato Sant'Anna.

Muito obrigado pela presença.

Queremos agradecer a todos os senhores juízes e às senhoras juízas que nos honram com sua presença aqui.

Passamos a palavra ao Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), Dr. Gabriel de Jesus Tedesco Wedy.

O SR. GABRIEL DE JESUS TEDESCO WEDY –

Exmº Sr. Senador Alvaro Dias, autor do requerimento em homenagem aos 40 anos da Ajufe, que preside esta sessão solene; Exmº Sr. Presidente eleito do Supremo Tribunal Federal, Ministro Carlos Ayres Britto; Exmºs Srs. Ministros do Superior Tribunal de Justiça José de Castro Meira e Massami Uyeda; Exmº Sr. Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho, Renato Henry Sant'Anna, que nos honra muito com sua presença aqui; Exmº Sr. José Barroso Filho, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados Militares do Brasil, representando, neste ato, o Presidente da AMB, Henrique Nelson Calandra; Exmª Srª Senadora Ana Amélia Lemos; Srs. Senadores; Srs. Deputados; Srs. Presidentes de Associações e Entidades de Classe; autoridades presentes; senhores jornalistas; estimados colegas; valorosos funcionários da Ajufe; demais presentes, é uma honra para a Ajufe receber esta tão alta homenagem e distinção do Senado da República.

Meu agradecimento especial e de coração a este brilhante representante do Estado do Paraná, Senador Alvaro Dias, pela propositura do requerimento em homenagem aos 40 anos da Ajufe. V. Exª tem prestado grandes serviços não apenas para o seu moderno Estado do Paraná, de caráter progressista e desenvolvimentista, mas para a República, como todos nós aqui podemos testemunhar, com seu perfil atuante, proativo e altruísta.

Marca a história recente deste Senado a recondução de nosso País à democracia, que viceje entre nós como "o menos pior dos regimes", como afirmou o estadista Winston Churchill. Em verdade, o premiê britânico apropriou-se, sem redundância, com propriedade, do afirmado pelo filósofo grego Aristóteles, muito antes, em seu clássico *A Política*.

No mesmo sentido, manifesto também a honra de ter conosco o Presidente eleito do Supremo Tribunal Federal, Ministro Carlos Ayres Britto, que congrega em torno de si, talvez como nenhum presidente antes na história do Supremo Tribunal Federal, o apoio de toda a Magistratura e de servidores do Judiciário brasileiro, para busca de uma justiça de vanguarda, arejada, que possa levar para a população brasileira uma justiça mais barata, uma justiça mais rápida, acessível e transparente, e que, no aspecto criminal, combatá a impunidade e a corrupção em nosso País.

V. Ex^a, Ministro Ayres Britto, guarda em seu espírito a visão do estadista, como foi o grande Chief Justice, John Marshall, nos Estados Unidos da América.

O nosso Presidente, Ministro Carlos Ayres Britto, homem de diálogo, estabelecerá, com o apoio integral de toda a Magistratura brasileira, as conversações necessárias dentro do espírito de harmonia e independência entre os Poderes – com nascedouro em Aristóteles, mas sistematizada por Montesquieu em seu clássico *O Espírito das Leis* –, com a Presidente Dilma, com o Presidente do Senado, com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia, no sentido do fortalecimento de nossa democracia e de nosso regime republicano. Regime republicano marcado necessariamente por um Poder Judiciário modelar, transparente e independente, próximo ao povo, em especial os mais humildes, e não distante dele.

É importante avançar. Os Poderes da República precisam caminhar unidos, com diálogo e harmonia, pelo bem do Brasil. O contato direto, pessoal e constante entre os seus Chefes, nesta encruzilhada histórica em que se encontra a Justiça brasileira, é mais do que uma necessidade: é um dever do homem público para com a nossa República.

Venho a esta Casa e lembro-me de ilustres conterrâneos do Rio Grande que dela fizeram parte e deram grande contribuição para o Brasil, como Caxias, Osório, Visconde de Pelotas, Gaspar da Silveira Martins, Pinheiro Machado, Ramiro Barcellos, Getúlio Dornelles Vargas, Alberto Pasqualini, Paulo Brossard de Souza Pinto. A importância desta Casa também se denota porque grandes figuras gaúchas, Senadora Ana Amélia, importantes para a República e para a história do Brasil, aqui não chegaram, como Assis Brasil, Pedro Moacir, Maurício Cardoso, João Neves da Fontoura, Lindolfo Collor, Oswaldo Aranha e nosso ex-Governador do Rio de Janeiro, Líder da Campanha da Legalidade em 1961, Leonel de Moura Brizola.

Hoje, aqui, o velho Rio Grande, maragato, mas também chimango, que garantiu as fronteiras de nosso Brasil na lança, no cavalo e na ponta de adaga, posteiro de nossa Pátria, está bem representando pelos ilustres Senadores Ana Amélia Lemos, Paulo Paim e nosso decano, Senador Pedro Simon.

Pois bem, em 20 de setembro de 1972, cinco anos após a reinstalação da Justiça Federal, durante a inauguração da sessão judiciária do Ceará, começava a ser escrita a história da Associação dos Juízes Federais do Brasil, a nossa Ajufe. Foram anos difíceis no início, mas, aos poucos, e graças ao trabalho dedicado de todos os seus ex-presidentes, diretores, associados e funcionários, a entidade cresceu e tornou-se referência como representante dos magistrados federais brasilei-

ros no Brasil, na América Latina e demais países, com protagonismo internacional na defesa da democracia e de um Judiciário independente.

Num primeiro momento, a atuação tinha como objetivo apenas aproximar os juízes federais. Com o tempo, a linha de atuação tornou-se mais abrangente. Para além de defender os direitos e prerrogativas da magistratura, para garantir para a sociedade um Poder Judiciário independente, a Ajufe passou a defender com vigor o regime republicano, a democracia e as mais legítimas causas sociais do povo brasileiro.

O crescimento da entidade é mérito de todos os associados. Atualmente somos mais de 2.100 magistrados englobando aí os juízes federais, desembargadores federais e os Ministros do STJ e do STF.

Não posso deixar de destacar a atuação de todos os ex-Presidentes que, apesar das dificuldades enfrentadas, nunca se desanimaram e sempre trabalharam em defesa da magistratura e de nosso Estado democrático de direito. Faço questão de citá-los um a um, com gratidão e admiração: Jesus Costa Lima, Armindo Guedes da Silva, João Gomes Martins Filho, Sebastião de Oliveira Lima, Edgard Silveira Bueno Filho, Vladimir Passos de Freitas, Vilson Darós, Fernando Tourinho Neto, Flávio Dino de Castro e Costa, Paulo Sérgio Domingues, Jorge Antonio Maurique, Walter Nunes e Fernando Mattos.

A atuação da Ajufe foi constante, para além de defender os direitos e prerrogativas dos juízes, passou a abraçar causas importantes em defesa da sociedade. Foi através da decisão de um juiz federal, por exemplo, José Márcio Moraes, que a União Federal foi condenada a indenizar a família do jornalista Herzog no regime militar. Tendo sido este talvez o primeiro grande golpe sofrido pelo regime autoritário nos anos de chumbo.

A Ajufe passou a defender a redemocratização do Brasil e contribuiu com ato social efetivamente nos debates que culminaram na redação final da Constituição Federal de 1988. A nossa Constituição Cidadã, que trouxe imensos avanços democráticos no que tange aos direitos e garantias individuais do cidadão brasileiro e os remédios jurídicos constitucionais para garantí-los.

Também com a nossa Carta Política de 1988 nos aproximamos de todas as regiões de nosso País com a descentralização da Justiça Federal. Foram criados cinco Tribunais Regionais Federais que temos até hoje. Essa foi outra grande luta, que só vencemos graças à ajuda firme e importante do extinto Tribunal Federal de Recursos e de seus Ministros e a compreensão de sua necessidade junto às cúpulas dos Poderes da República.

Conseguimos, também, com o apoio dos Ministros do agora Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal da Cidadania, que o Presidente da Ajufe, na gestão do Presidente Tourinho Neto, passasse a participar obrigatoriamente do Conselho da Justiça Federal. Conquista importante, porque essa parceria interiorizou a Justiça federal no País, deu à sociedade o processo informatizado e agora se aproxima da população mais carente com a criação dos cargos de juiz das turmas recursais e com estudo para ampliação dos cinco TRFs existentes, que em breve se tornará anteprojeto de lei para ser enviado ao Congresso Nacional.

Uma das alterações trazidas pela nossa Constituição também refere-se à criação do Superior Tribunal de Justiça, órgão de jurisdição nacional, com competência para dar a última palavra em matéria infraconstitucional. Ao Superior Tribunal de Justiça coube a missão de controle da inteireza positiva, da autoridade e da uniformidade de interpretação da lei federal.

No entanto, o processo de regionalização ocorreu com bastante comedimento, em função do receio de sua pulverização.

Com isso, foram criados apenas cinco Tribunais Regionais Federais. A Segunda Região engloba os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo; a Terceira Região, São Paulo e Mato Grosso do Sul; a Quarta Região, Rio Grande do Sul, como sede, Paraná e Santa Catarina; a Quinta Região, Pernambuco, como sede, tendo ainda Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. E a Primeira Região tem 14 unidades da Federação, sendo a mais ampla da Justiça Federal brasileira, com sede no Distrito Federal.

O funcionamento dos tribunais, a partir de 1989, coincidiu com o grande aumento da demanda do Judiciário Federal, devido ao advento dos planos econômicos, momento em que houve o crescimento exponencial da demanda judicial no âmbito federal.

Bandeiras sociais foram muitas defendidas pela Ajufe na década de 90. Todavia, a defesa de nossas prerrogativas como garantias da sociedade não foram esquecidas. Depois, no início do Governo do Presidente Lula, houve o Projeto de Reforma da Previdência, que exigiu outra intensa mobilização da magistratura para que aqui não se repetisse o fracasso da privatização da Previdência Social como ocorreu no Chile e Argentina, acompanhado dos correspondentes escândalos envolvendo os fundos de pensão.

Ao final, conseguimos evitar o grande prejuízo que se pretendia trazer não aos juízes, mas à sociedade, com a violação do texto constitucional que vincula o princípio da vitaliciedade a aposentadoria com provenientes integrais do juiz como defendido por um saudoso

membro desta Casa. Refiro-me ao Senador baiano, o Águia de Haia, Ruy Barbosa.

Não podemos deslembra que a aposentadoria da magistratura na maior democracia liberal do mundo, os Estados Unidos da América, é pública e integral há mais de 200 anos e não se tem notícia de pretensões de alterá-la como constatei ano passado em visita que fiz a Cortes Federais daquele exemplar país.

Esta não é uma garantia do juiz, mas uma garantia da sociedade possuir um juiz independente para julgar com imparcialidade as suas causas. Durante a sua vida, o juiz não faz poupança e não pode exercer qualquer outra atividade remunerada, apenas uma de magistério, chegando à situação de não poder nem mesmo ser escolhido síndico do prédio onde mora. E as limitações não param por aí, mas seria enfadonho citá-las. Estamos evidentemente vigilantes e preocupados com o futuro da Magistratura e do País ao analisar o Funpresp. Entendemos que este deva ser mais bem debatido e amadurecido para que possa ter os seus melhores êxitos para a coletividade.

Em 2004, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 45, que trata da Reforma do Judiciário, a qual incorporou diversas proposições de vanguarda sugeridas pela Ajufe.

A Ajufe, buscando a transparência máxima para o Judiciário brasileiro, foi na época muito incomprendida por alguns setores mais conservadores. Entre as nossas proposições estavam: a criação da súmula vinculante, a criação do Conselho Nacional de Justiça, a vedação do nepotismo, a criação do teto remuneratório moralizador do serviço público marcada pelo regime do subsídio e a reestruturação administrativa dos tribunais de segunda instância.

Tivemos o desafio de começar a discutir estatísticas, a conclusão da Reforma do Judiciário, reformas infraconstitucionais, além da consolidação dos nossos projetos sociais. Sem dúvida alguma, a fixação do teto salarial apoiada pela Ajufe e a adoção do regime do subsídio foram importantes medidas moralizadoras para dar transparência à remuneração do funcionalismo público e conter gastos crescentes do Estado brasileiro.

Essa medida, sugerida e apoiada pela Ajufe, gerou uma economia de bilhões de reais aos cofres da União nos últimos anos. Os cofres da União que, aliás, também contam em média com aportes de R\$10 bilhões anuais arrecadados por juízes federais nas Varas de execuções fiscais de todo o Brasil. Apenas no ano de 2009, foram arrecadados pelos juízes federais R\$11,6 bilhões.

Segundo o relatório "Justiça em Números" do Conselho Nacional de Justiça, a Justiça federal brasileira

é superavitária em cerca de R\$5 bilhões anuais, sem contar os valores referentes aos depósitos judiciais.

Infelizmente, contudo, o art. 37, inc. X, da Constituição Federal, que lutamos tanto para construir em benefício das contas públicas e dos princípios constitucionais da moralidade e publicidade, não tem sido cumprido, e a Magistratura acumula perdas inflacionárias no seu subsídio que ultrapassam 35% nos últimos sete anos.

Isso ocorre, embora o Texto Constitucional seja claro e diga que a revisão do teto remuneratório do funcionalismo público deva ser geral e anual, como ocorre, aliás, com todas as categorias profissionais do País.

A responsabilidade pelo descumprimento do Texto Constitucional que prevê um teto moralizador, reajustado anualmente, que vem gerando uma economia de bilhões de reais aos cofres públicos nos últimos anos, não é de nenhum dos Poderes do Estado. É uma anomalia constitucional que precisa ser sanada urgentemente, com aprofundamento do diálogo efetivo, fraterno e franco entre os Poderes do Estado, com os olhos na Constituição, sem deixar de considerar que vivemos em um regime presidencialista, e que a participação ativa da Presidenta da República é fundamental neste momento.

A responsabilidade positiva de Sua Excelência, a Presidenta Dilma Rousseff, nesta construção harmônica e fraternal é indelegável como Chefe de Governo e não admite outorga de mandato para nenhum outro membro do Poder Executivo.

Assim devem ser as democracias mais saudáveis; e é isso que os juízes federais esperam da Presidenta da República, na qual tanto confiamos, para a construção de uma agenda positiva com o líder maior do Poder Judiciário brasileiro aqui presente Ministro Carlos Ayres Britto e com a Presidência do Senado da República.

A Ajufe, por outro lado, não é mais patrimônio dos seus associados, mas, sim, faz parte do patrimônio do povo brasileiro e carrega sempre nas suas atividades a luta por um Brasil melhor, mais ético, com menos corrupção, menos impunidade e menos desigualdade social.

A Ajufe é uma instituição republicana preocupada, acima de tudo, com a sociedade, com o Estado democrático de direito e a Magistratura Federal. A atual gestão da Ajufe, como as anteriores, tem procurado responder, com êxito, o desafio de equilibrar a luta pelas causas específicas da Magistratura com a luta pelas causas de toda a sociedade que, no fundo, são as mesmas, porque sem juízes independentes não temos democracia.

Como demonstra a nossa luta contra o trabalho escravo e a nossa atuação nos Juizados Especiais Federais que hoje se notabilizam, como a Justiça dos aposentados e dos trabalhadores brasileiros mais despossuídos.

Desde 2002, os juízes federais dos Juizados Especiais Federais foram responsáveis pelo pagamento de R\$28 bilhões à população mais carente, que litiga nas causas de até 60 salários mínimos, beneficiando 18 milhões de brasileiros, números estes similares aos do Bolsa Família. Estas decisões dos juízes federais se notabilizam com indiscutível prática de distribuição de renda em nosso País.

Da mesma forma, a Ajufe fez campanha contra o foro privilegiado e o nepotismo, em defesa da ética e da probidade na Administração Pública. Participamos da campanha da Ficha Limpa, mas com responsabilidade, porque os parlamentares devem ter suas garantias não apenas preservadas, mas fortalecidas para uma democracia forte e consolidada. Os parlamentares, como os juízes, são agentes políticos do Estado, e essa condição não é um privilégio, mas a garantia da sociedade de independência destes Poderes que sustentam a democracia brasileira dentro do sistema dos freios e contrapesos imortalizados pelo *leading case* da Suprema Corte Americana [*Marbury Vs Madison*, 1803].

Hoje, contudo, é preciso ampliar a Justiça Federal, porque o Segundo Grau está obsoleto, gerando grande atraso no julgamento de processos dos Tribunais e nas Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais. A Justiça Federal de Primeiro Grau quintuplicou nos últimos anos; no Segundo Grau, não ocorreu o mesmo. Precisamos criar os quatro novos TRFs previstos na PEC nº 544, que tramita na Câmara dos Deputados, e criar os Tribunais Regionais Federais de Minas Gerais, Paraná, Amazônia e Bahia, sem prejuízo da ampliação do número de desembargadores nos atuais cinco Tribunais Regionais Federais.

Precisamos aprovar o Projeto de Lei nº 1.597/2011, que tramita nesta Casa desde a última semana e cria os 225 cargos de juiz das Turmas Recursais em todos os Estados da Federação para levar Justiça rápida aos mais pobres que buscam o seu direito à saúde e às aposentadorias, muitas vezes sonegadas nas imensas filas do SUS e do INSS, que levam ao sofrimento de nosso povo madrugadas adentro.

Este projeto visa a levar Justiça ao aposentado e ao cidadão mais pobre do País, que não podem mais esperar três anos para uma decisão, pelo fato de não existir hoje o cargo de juiz das Turmas Recursais. Com a aprovação do PL nº 1.597/2011, conseguiremos decidir estas ações em até no máximo seis meses,

atendendo a grande massa de desassistidos do País. Como dizia o imorredouro tribuno e Senador Rui Barbosa: "Justiça atrasada não é Justiça, mas injustiça qualificada e manifesta".

Essas medidas vêm em benefício da sociedade, que precisa de um processo mais célere e rápido. Precisamos de estrutura no Segundo Grau para alcançar esta meta. Isso se faz fundamental. Sem a criação de uma estrutura adequada nos Tribunais e Juizados é impossível atendermos às metas do Conselho Nacional de Justiças, metas que são importantes e fundamentais porque dão uma radiografia da Justiça brasileira.

Sem a ampliação da Justiça Federal no Segundo Grau e a criação do cargo de juiz das Turmas Recursais ficará muito difícil para o Poder Judiciário continuar a dar vazão à demanda. Basta observar o crescimento demográfico da população brasileira: de 100 milhões de habitantes, em 1989, para 200 milhões, em 2012, sem que a estrutura da Justiça Federal no Segundo Grau tenha sido ampliada.

Resumidamente, para atender aos mais necessitados, a aprovação do PL nº 1.597/2011 e da PEC nº 544 são fundamentais. Enquanto a Justiça do Trabalho e a Justiça Estadual possuem tribunais em todos os Estados do País, a Justiça Federal possui tribunais em apenas cinco Estados da Federação, em contradição ao princípio constitucional do amplo acesso à Justiça.

É inadmissível que um advogado entre com um recurso no longínquo Oiapoque e tenha que sustentar as suas razões, há milhares de quilômetros, em Brasília, ou que o Estado de Minas Gerais, com a segunda maior distribuição de processos do País, não tenha o seu Tribunal Regional Federal.

E na Amazônia? Área de cobiça internacional por nossas riquezas naturais e marcada por crimes ambientais e desmatamento, zona pela qual entra 90% do narcotráfico internacional, é inexplicável que não exista também a presença da Justiça Federal de Segundo Grau neste Estado. Assim também ocorre com o Paraná, Estado do Senador Alvaro Dias, e a Bahia.

Essa medida, é bem verdade, deve ser tomada sem prejuízo do necessário aumento do número de desembargadores dos atuais cinco Tribunais Regionais Federais, paralisados praticamente há vinte anos, com sede em Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal.

É humanamente impossível um desembargador conseguir julgar 1.500 processos por mês para atender à crescente distribuição de recursos.

Estamos participando, de outro lado, ativamente, nesta Casa, da reforma do Código de Processo Civil, para levar um processo mais célere, levar um processo mais barato para a população brasileira. Também

estamos atuando de forma firme na elaboração do novo Código de Processo Penal, adequado aos novos tempos para bem combater a corrupção, o crime organizado e à lavagem de dinheiro.

Estamos consolidando a informatização do processo no âmbito da Justiça Federal para que possamos atingir plenamente o processo mais célere, o processo sem autos, o processo virtual, ecologicamente correto, o processo do futuro. Hoje, com o processo eletrônico, a Justiça Federal está aberta 24 horas para a sociedade brasileira.

Outras bandeiras da Ajufe, como a defesa da liberdade de imprensa, nos obrigou emitir nota pública em defesa dos jornalistas equatorianos, condenados pela Justiça daquele país, e à condenação do jornal *El Universo*, obrigado a indenizar em US\$40 bilhões por haver tecido críticas ao governo do Presidente Rafael Correa.

A liberdade de imprensa ao lado da independência dos Poderes do Estado são garantias constitucionais que são pilares da democracia. Sem Judiciário independente e imprensa livre não temos democracia. Desde o célebre *leading case* da Suprema Corte Americana (*Near Vs Minnesota*, 1931), resta fixado jurisprudencialmente nas modernas democracias esta garantia constitucional à liberdade de imprensa, tão importante para todos nós e reassegurada no Brasil pela Magna Carta de 1988.

Queremos também estancar a evasão de nossos quadros, motivado pelas perdas inflacionárias em nosso subsídio e reintroduzir no Texto Constitucional o adicional por tempo de serviço, e apenas isso, a fim de garantir o conceito de carreira de Estado, para entusiasmar e atrair aqueles candidatos mais qualificados que optem por seguir ao sacerdócio da Magistratura.

Tem havido, de fato, grande evasão dos quadros da Magistratura para outras atividades, como advocacia e áreas privadas. Então, o adicional por tempo de serviço, que hoje vem sendo aplicado nas empresas privadas em todo o mundo, deve ser, por uma questão de fortalecimento da Magistratura brasileira, reintroduzido no Texto Constitucional. Temos duas proposições que preveem isso: a PEC nº 02 e a PEC nº 05, que tramitam nesta Casa.

Estamos preocupados também com a PEC nº 505, que permite que o juiz perca a vitaliciedade por decisão administrativa. Ora, como um juiz pode perder o cargo por decisão administrativa? Que independência terá para julgar um empresário, um banqueiro, um líder internacional do narcotráfico, um líder do PCC ou uma figura proeminente da República?

Nos últimos anos, juízes sofreram atentados contra a vida; seis foram assassinados: quatro juízes

e dois promotores. A última vítima foi a Juíza Patrícia Acioli, assassinada pelo crime organizado em uma via pública no Rio de Janeiro, com 25 tiros de calibre 45, pelo simples fato de estar prestando justiça e combatendo organizações criminosas.

É por isso que também defendemos a criação do órgão colegiado de juízes para julgar o narcotráfico internacional, o crime organizado e o porte de arma aos agentes de segurança do Poder Judiciário.

Está tramitando nesta Casa o PL nº 03, de 2006, que garante a segurança para os juízes que processam e julgam o narcotráfico internacional e o crime organizado. Este Projeto de Lei propõe medidas semelhantes às adotadas na Colômbia para o combate às Farc e às que foram utilizadas pela justiça pública Italiana no combate a Cosa Nostra, na Sicília, após o assassinato dos Juízes Falconi e Borsellino. É de lembrar-se que, na Itália, mil mafiosos foram presos após ser garantida a criação de segurança para os juízes criminais e a instituição do órgão colegiado.

O julgamento de Palermo foi um êxito. Todavia, nos assusta lembrar que a Operação Mão Limpas foi instaurada na Itália após o assassinato de dois juízes; e aqui no Brasil, nos últimos sete anos, já foram seis assassinatos. Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça, mais de 200 Magistrados encontram-se jurados de morte atualmente. É outro fato para a reflexão que, na construção de uma agenda positiva para o Poder Judiciário, precisa ser enfrentado. E esta necessidade pode ser lembrada por frase do ex-Senador e Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, Paulo Brossard de Souza Pinto, ao comentar a segurança dos juízes no País atualmente: "Quando o juiz tiver medo de decidir, ninguém mais pode dormir tranquilo".

A Ajufe confia na solução para as dificuldades e confia no diálogo propositivo e solidário para resolvê-las. Temos grandes homens à frente dos Poderes do Estado e uma grande massa de magistrados ávida por colaborar.

Enfim, hoje é um dia de alegria para a Magistratura Federal brasileira na comemoração dos 40 anos da Ajufe.

Este momento aponta para um futuro promissor que permita a adoção de uma agenda positiva para a Justiça brasileira dentro de um diálogo constante entre os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Advocacia, Ministério Público, imprensa e demais setores da sociedade.

O maior cliente da Justiça brasileira é o cidadão brasileiro, a este devemos prestar contas, e todos unidos levar a ele uma Justiça mais rápida, acessível e que, no aspecto criminal, não admita a impunidade e a corrupção. É em benefício dele, sua excelência o povo

brasileiro, que devemos envidar os nossos máximos esforços para atendê-lo com uma prestação jurisdicional eficiente e de vanguarda.

Agradeço muito, em nome da Magistratura Federal brasileira, ao Senado da República, a Casa da democracia, pela homenagem.

Estamos sempre à disposição desta Casa para os grandes debates atinentes à Justiça, à democracia e ao regime republicano.

Muito obrigado a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado ao Dr. Gabriel pelas palavras generosas a respeito da atuação do Senado.

Quero saudar, mais uma vez, a presença do Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Dr. Massami Uyeda, e do Dr. José de Castro Meira, também Ministro do Superior Tribunal de Justiça, e o Dr. José Barroso Filho, que representa o Dr. Henrique Nelson Calandra, Presidente da AMB.

E, com satisfação, convido para fazer uso da palavra o Ministro Ayres Britto, próximo Presidente do Supremo Tribunal Federal.

O SR. CARLOS AYRES BRITTO – Obrigado, Excelência, Senador Alvaro Dias, que preside esta Mesa de trabalhos e a quem agradeço pelas referências carinhosas, elogiosas, enfim, assim como faço com a eminent Senadora Ana Amélia, quando da ocupação da tribuna. Também saúdo o Dr. José de Castro Meira, querido amigo, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, que se faz acompanhar de sua esposa, D. Terezinha. Também cumprimento o Massami Uyeda, do mesmo Superior Tribunal de Justiça. Cumprimento as pessoas presentes, os Parlamentares, os jornalistas. E, em especial, cumprimento os três Presidentes de Associações: o Presidente Nelson Calandra, da AMB, se faz representar pelo eminent Juiz José Barroso Filho; Dr. Renato Santana, pessoalmente presente, na linguagem de Pontes de Miranda, a Anamatra – Associação dos Magistrados Trabalhistas; e o Dr. Gabriel Wedy, que é o Presidente da Ajufe e que acaba de nos brindar com um magnífico discurso de estadista. Aliás, os discursos aqui proferidos foram de primeira linha, de exel-sa qualidade e que nos transmitiram, Senador Alvaro Dias, Senadora Ana Amélia, preciosas lições de vida.

Eu apenas digo da minha alegria pessoal e da minha honra profissional e institucional de me fazer presente a este ato de solenidade dos 40 anos da criação da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), essa entidade que congrega a Magistratura Federal brasileira e que se notabiliza pelo cumprimento de uma agenda de trabalho que ombreia a defesa das prerrogativas da classe com a defesa das

instituições republicanas brasileiras em um ponto de equilíbrio elogiável.

O Presidente Wedy congrega em torno de si os dois outros Presidentes de Associações de Magistrados, em uma demonstração de que o trabalho conjugado, uma administração compartilhada, é o caminho de afirmação da magistratura nos dias que correm, sobretudo para que ela, magistratura brasileira, em torno de uma agenda proativa ou positiva, continue muito bem a servir ao Direito, à Constituição e, por desdobramento, a toda sociedade brasileira.

Presidente Wedy, acho que a nossa meta não é propriamente uma meta, é a nossa, digamos assim, função, é a nossa atividade essencial: cerrar fileiras em torno da Constituição de 1988. Podemos até dizer que, diante dela, o apreço que ela devotou à magistratura brasileira, se fosse seguido, observado, pela sociedade como um todo, pela imprensa, pelos outros dois Poderes – me permito dizer –, estaríamos numa situação institucional mais afirmativa e de maior desenvolvimento.

A Constituição profissionalizou a magistratura brasileira; a Constituição revelou por ela o apreço que merece esse Poder da República que vela pelo equilíbrio dos outros dois Poderes, porque, se o Judiciário não governa, evita o desgoverno; e que, digamos, cotidianamente, esse Poder Judiciário vitaliza essa Constituição, tira a Constituição do papel, incorpora a Constituição ao nosso cotidiano.

Daí, Sr. Presidente, esse compromisso da Ajufe no combate ao nepotismo, ao foro especial, que termina sendo, na prática, um foro privilegiado, à corrupção, que, segundo Ulysses Guimarães, é o cupim da República – a metáfora é procedente –, em favor da Ficha Limpa, em prol da liberdade de imprensa, enfim, uma magistratura serviente à Constituição Federal, como lhe cabe.

Os Srs. Senadores, os Srs. Parlamentares, em geral, os chefes do Poder Executivo, todos eleitos pelo povo, têm a sua legitimidade assim decolada, obtida pela voz das urnas, por efeito do voto popular. Nós, da magistratura, temos a nossa legitimidade afirmada pelo nosso modo de investidura. Basta lembrar que os juízes federais, os juízes, em geral, se submetem a um concurso como requisito de investidura, os desembargadores e ministros judiciais têm de preencher requisitos de notabilidade, de saber jurídico e de reputação ilibada. Enfim, a nossa legitimidade decola desse modo de investidura, porém, sobretudo, pelo exercício de cumprimento diário da Constituição.

Nós nos legitimamos na medida em que somos fiéis a uma Constituição que é a mais democrática de toda a história do Brasil, a mais axiológica, a mais comprometida com valores que dão propósitos e grandeza à vida individual e coletiva aqui, no Brasil. Esta é a Constituição das constituições, que tem o mérito ímpar de fazer da democracia a sua própria menina dos olhos. O princípio dos princípios, o valor dos valores e, numa linguagem bíblica, o cântico dos cânticos na Constituição brasileira é a democracia, a democracia com seu conteúdo republicano, com seu conteúdo federativo, com esses princípios hoje eminentes da transparência, da visibilidade e do controle do poder em todos os níveis, inclusive do Poder Judiciário. Essa democracia, enfim, que realiza o conceito lincolniano insuperável: o governo do povo, pelo povo e para o povo.

Na companhia da Constituição, Presidente Wedy, Presidente Renato, Dr. José Barroso Filho, nem devemos perguntar aonde vamos chegar. Chegaremos a um bom caminho, chegaremos a um bom destino, chegaremos àquele Brasil dos nossos mais dourados sonhos: um Brasil progressista, um Brasil transparente, um Brasil socialmente justo, um Brasil sem nenhuma espécie de preconceito, um Brasil mentalmente arejado e espiritualmente evoluído.

O caminho é este: observar a Constituição fidelmente e traçar as políticas públicas legislativas, executivas e judiciais a partir das prioridades que a própria Constituição estabeleceu, ou seja, converter as políticas públicas da Constituição em políticas públicas de governo e de administração. Não há outro caminho: é fazer da Constituição o nosso breviário, a nossa Bíblia, a nossa profissão de fé. É uma Constituição que faz o Brasil primeiro-mundista e que nos motiva e nos entusiasma a praticá-la cotidianamente.

Sr. Presidente da Mesa, obrigado pela honra da presença nesta histórica sessão de homenagem aos 40 anos da Ajufe. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco/PSDB – PR) – Registro também, com satisfação, a presença do Dr. Carlos Eduardo, que é Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

Agradecendo mais uma vez a presença de todos, encerramos esta sessão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco/PSDB – PR) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 42 minutos.)

Ata da 54^a Sessão, Não Deliberativa em 9 de abril de 2012

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura

Presidência do Sr. Cristovam Buarque e da Sra. Ana Amélia.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 5 minutos e encerra-se às 17 horas e 57 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 125, de 2012**, na origem, da Senhora Presidente da República, comunicando sua ausência do País no período de 8 a 10 de abril, em viagem oficial aos Estados Unidos da América.

É a seguinte a Mensagem:

MENSAGEM Nº 125

Senhores Membros do Senado Federal,
Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do País no período de 8 a 10 de abril de 2012, em viagem oficial aos Estados Unidos da América.

Brasília, 5 de abril de 2012. – **Dilma Rousseff.**

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Sobre a mesa, parecer que será lido.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 342, DE 2012

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Ofício “S” nº 57, de 2011 (nº 22/2011, na origem), do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, que solicita que sejam justificadas as faltas dos Senadores, Ciro Nogueira, Eunice Oliveira, Jarbas Vasconcelos e Paulo Bouer, que farão parte da delegação brasileira à 125^a Assembléia da União Interparlamentar que será realizada em Berna – Suíça, no período de 14 a 21 de outubro de 2011.

RELATOR: Senador **BLAIRO MAGGI**

I – RELATÓRIO

Esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional examina o Ofício “S” nº 57, de 2011, de 23 de agosto de 2011, de autoria do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, que tem o Senador Ciro Nogueira como Primeiro Vice Presidente. Por meio do ofício, é encaminhada a relação dos Senadores que farão parte da delegação brasileira à 125^a Assembléia daquele colegiado e solicita sejam justificadas as faltas dos participantes no período de 14 a 21 de outubro do corrente ano.

Segundo informa o referido documento, o encontro se realizará em Berna, Suíça, de 16 a 20 de outubro do corrente. Do anexo enviado constam os nomes dos seguintes Senadores: Ciro Nogueira, Eunicio Oliveira e Jarbas Vasconcelos.

Encaminhado à Mesa Diretora, o Ofício em pauta foi distribuído a esse colegiado para exame, nos termos do art. 40, § 4º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Posteriormente, em aditamento àquele expediente, foram recebidos pela Presidência do Senado os Ofícios 25~~e~~ 29, de 1º e 12 de setembro de 2011, respectivamente, com o fim de incluir os nomes dos Senadores Paulo Bauer e Eduardo Braga na delegação brasileira, bem como de também justificar as suas faltas. Tendo em vista que o assunto já tramitava no Senado Federal sob a forma do Ofício “S” nº 57, de 2011, foram os demais expedientes encaminhados também a este colegiado para que fosse realizada a sua juntada ao processado.

Coube a mim a elaboração de parecer, conforme distribuição feita pelo Presidente desta Comissão, em 13 de setembro de 2011.

Cabe registrar, no âmbito deste relatório, a não inclusão do nome do Senador Eduardo Braga na ementa do processado, equívoco cometido, possivelmente, por haver sido o ofício que solicita a justificação de suas faltas, juntado posteriormente à matéria.

II – ANÁLISE

Primeira a ser criada dentre as assembleias parlamentares internacionais, a União Interparlamentar (UIP), de âmbito mundial, foi fundada em 1889 e reúne hoje mais de cento e trinta parlamentos nacionais e sete parlamentos regionais. Está voltada para o diálogo interparlamentar mundial, para a busca da paz e da cooperação entre os povos e do firme estabelecimento da democracia representativa.

No cenário de globalização e conformação de agrupamentos econômicos em que vivemos, a influência dos parlamentos nas relações internacionais tende a ampliar-se, em razão da crescente participação de legisladores em organizações parlamentares de âmbito regional e internacional.

Assim sendo, a solicitação que ora se examina não esbarra em quaisquer óbices quanto à sua juridicidade, regimentalidade e oportunidade.

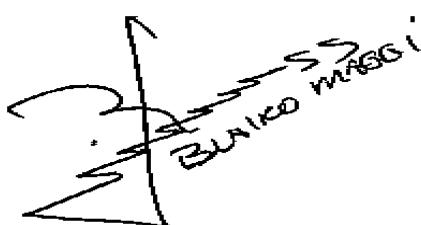
A ativa participação de membros do Senado Federal em tal fórum propicia-lhes a oportunidade de praticarem a chamada “diplomacia parlamentar”, contribuindo, por meio do mútuo conhecimento das respectivas realidades nacionais, para a aproximação entre os países, sempre visando à troca de experiências e à harmonização de leis.

É importante observar, ademais, que o Congresso Nacional, na condição da instituição parlamentar detentora das mais avançadas tecnologias em matéria de informática e de comunicação, muito poderá contribuir para o aperfeiçoamento das instituições da democracia representativa em países de menor desenvolvimento relativo, por meio de projetos de cooperação técnica e do compartilhamento de experiências voltadas à transparência das instituições parlamentares.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela aprovação da solicitação contida no Ofício nº 57, de 2011.

Sala da Comissão, 6 de outubro de 2011.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Bruno Maggi". The signature is fluid and cursive, with some loops and variations in thickness.

, Presidente

, Relator

Senado Federal
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PROPOSIÇÃO: OFÍCIO "S" N° 57, DE 2011

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 06/10/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

| | |
|--|---|
| PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR | |
| RELATOR: SENADOR BLAIRO MAGGI | |
| TITULARES | SUPLENTES |
| BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB) | |
| ANIBAL DINIZ (PT) | 1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT) |
| EDUARDO SUPLICY (PT) <i>Eduardo Suplicy</i> | 2 - JORGE VIANA (PT) |
| VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) <i>Vanessa Graziotin</i> | 3 - LINDBERGH FARIA (PT) |
| SÉRGIO SOUZA (PMDB) <i>Sérgio Souza</i> | 4 - MARCELO CRIVELLA (PRB) |
| BLAIRO MAGGI (PR) | 5 - CLÉSIO ANDRADE (PR) <i>Clésio Andrade</i> |
| CRISTOVAM BUARQUE (PDT) | 6 - ACIR GURGACZ (PDT) |
| ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB) <i>Antônio Carlos Valadares</i> | 7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB) |
| BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV) | |
| JARBAS VASCONCELOS (PMDB) | 1 - LOBÃO FILHO (PMDB) |
| LUIZ HENRIQUE (PMDB) | 2 - ROMERO JUCÁ (PMDB) |
| VALDIR RAUPP (PMDB) | 3 - ANA AMÉLIA (PP) |
| VITAL DO REGO (PMDB) | 4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB) |
| PEDRO SIMON (PMDB) <i>Pedro Simon</i> | 5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB) |
| FRANCISCO DORNELLES (PP) <i>Francisco Dornelles</i> | 6 - EDUARDO AMORIM (PSC) |
| BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM) | |
| ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB) | 1 - AÉCIO NEVES (PSDB) |
| PAULO BAUER (PSDB) | 2 - CYRO MIRANDA (PSDB) <i>Cyro Miranda</i> |
| JOSÉ AGRIPIINO (DEM) | 3 - CLOVIS FECURY (DEM) |
| PTB | |
| FERNANDO COLLOR | 1 - MOZARILDO CAVALCANTI |
| GIM ARGELLO | 2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B) |
| PSOL | |
| RANDOLFE RODRIGUES | VAGO |

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 342, de 2012**, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o **Ofício nº S/57, de 2011**.

Tendo em vista o deferimento dos Requerimentos nºs 462, 472 e 505, de 2011-M e o registro de comparecimento dos Senadores Eunício Oliveira e Paulo Bauer no sistema de votação eletrônica do Plenário do Senado Federal nos dias 18, 19 e 20 de outubro de 2011, o **Ofício nº S/57, de 2011**, vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Temos oradores inscritos. A Senadora Ana Amélia, que aqui está, é a primeira inscrita. (*Pausa*)

Eu chamo a Senadora Ana Amélia, porque a Senadora Vanessa não está no plenário neste momento. Ela deve estar chegando.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Senador Cristovam Buarque, que, nesta tarde, preside a sessão no Senado Federal; Senador Vicentinho Alves; Sr^{as}s e Srs. Senadores; Senadora Angéla Portela; nossos telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado; servidores desta Casa, trago à tribuna hoje dois temas relevantes e tenho a convicção de que V. Ex^a, Senador Cristovam, partilha das minhas apreensões e das minhas preocupações. Todos os Senadores – penso – também concordam com o que vou dizer agora.

Um dos temas teve repercussão altamente positiva, encorajadora, alvíssareira e estimulante; o outro é negativo, assustador e preocupante. A notícia boa, caro Presidente Cristovam Buarque, foi a entrevista do futuro Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ayres Britto, nas páginas amarelas da revista *Veja*. E a triste e má notícia foi o saldo de mortos e feridos no feriado de Páscoa. Só em Brasília, que o senhor governou com tanta dedicação, foram seis mortos e 58 feridos, alguns, inclusive, em estado muito grave.

O Ministro Ayres Britto vai assumir a Presidência do Supremo Tribunal Federal, o que vai acontecer no próximo dia 19 deste mês, e nos deu uma preciosa declaração, assumindo um posicionamento corajoso e firme, que a sociedade aplaude e saúda. Sinto-me confortada pela declaração do Ministro do Supremo Tribunal Federal, que, hoje pela manhã, prestigiou uma sessão especial comemorativa aos 40 anos da Associação dos Juízes Federais (Ajufe), porque, como todo brasileiro, quero ver as denúncias de irregularidades apuradas com rigor.

Em 2005, o Brasil foi sacudido por um grande escândalo de corrupção e uma grave crise política enfrentada no então governo do Presidente Lula. Desde aquele ano, nós e também, tenho certeza, o Governo

Federal e o Congresso Nacional esperamos que os responsáveis pelo esquema de compra de votos de parlamentares sejam exemplarmente punidos.

Naquele ano de 2005, já vivíamos os primeiros bons ventos econômicos, os primeiros resultados positivos de uma política econômica, a bem da verdade, herdada pela estabilização do Plano Real, de Fernando Henrique Cardoso, e bem conduzida pelo sucessor, resultando em crescimento positivo para o País. Aqueles resultados positivos não deveriam encobrir, Presidente Cristovam Buarque, ações de corrupção. O crescimento econômico é positivo sempre para as contas públicas, para os investimentos sociais e para a sociedade brasileira, mas jamais deve representar trampolim para o enriquecimento de autoridades que usam o Poder Público para obter vantagens pessoais.

O tempo passou, e o medo de ver mais esse crime prescrito é concreto e toma conta de boa parte da sociedade brasileira.

Vale lembrar aqui também o trabalho exemplar feito, à época, pelo Senador Delcídio do Amaral, que foi o Presidente da chamada CPI dos Correios, e também pelo Deputado Osmar Serraglio, do PMDB do Paraná, ainda hoje Deputado – o Senador Delcídio é nosso colega no Senado –, um trabalho exemplar de garimpagem, de levantamento, tanto que a denúncia foi acolhida pelo Ministério Pùblico Federal.

Agora, o Ministro Ayres Britto não vê motivos para o medo de que haja a prescrição desse rumo-rosso processo. Para o Ministro, é possível colocar em votação o processo do mensalão em apenas 48 horas. Vou repetir: para o Ministro, é possível colocar em votação o processo do mensalão em apenas 48 horas. Vejam, Sr^{as}s e Srs. Senadores: poderemos conhecer as penas para os responsáveis pela compra de votos de parlamentares exatamente nesse tempo em que o Ministro-Presidente está prevendo para o exame dessa matéria tão complexa.

Vale lembrar aqui que foi do Ministro Ayres Britto o voto que iniciou o debate sobre o projeto Ficha Limpa e que foi ele o Ministro-Relator do processo que proibiu o nepotismo no serviço público.

O Poder Judiciário têm dado sinais importantes à sociedade. Lembro aqui a Lei da Ficha limpa, considerada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal, e a manutenção da independência do Conselho Nacional de Justiça, outra relevante decisão do Supremo Tribunal. São decisões que garantem transparéncia para a gestão pública e que mostram o quanto ágil pode, quando quer, ser a Justiça.

A celeridade do Judiciário não pode causar sentimento diferente: sentimo-nos confortados e animados quando percebemos que juízes e ministros da Su-

prema Corte do País reforçam a importância de uma Justiça eficiente.

Na entrevista que concedeu à revista *Veja*, o Ministro Ayres Britto, a certa altura, indagado sobre uma declaração feita pelo ex-Presidente Lula de que o Judiciário era uma caixa-preta, respondeu – vou ler, textualmente, a resposta do Ministro Ayres Britto –:

O Judiciário, nunca, jamais, em tempo algum, pode se nivelar a poderes que têm caixa-preta. Não pode se nivelar a quem age sob o signo da caixa-preta. Que outros setores do poder público façam isso é uma coisa. O Judiciário jamais poderá permitir esse tipo de arranjo. Hoje, o foco está sobre o Judiciário, mas a maior de todas as caixas-pretas, contra a qual o Judiciário tanto luta, é o caixa dois. E o caixa dois é caixa-preta, uma terrível caixa-preta. O Judiciário nunca praticou o caixa dois.

Essa é a declaração textual do Ministro Ayres Britto nas páginas amarelas da revista *Veja*.

Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a, vários outros Senadores e eu, nesta Casa, temos falado muito sobre isso. Inclusive, na votação da nova lei eleitoral, tentamos avançar sobre o financiamento público de campanha, que seria o caminho e o remédio para acabar com este mal, com esta doença, que é o caixa dois que vigora nas campanhas eleitorais. Não avançamos muito em relação a essa matéria. Lamento profundamente que o Senado não tenha avançado no Congresso Nacional em relação a esse assunto.

É compreensível até, caro Presidente Cristovam Buarque, Sr^{as}s e Srs. Senadores, que a sociedade tenha uma dificuldade enorme de entender que o dinheiro público vai ser usado em uma campanha eleitoral, quando falta dinheiro para o hospital, para o atendimento de emergência, para a segurança pública, para o transporte, para a educação. É natural essa sensação, exatamente pelas carências que existem em setores relevantes como esses. Mas esse seria um caminho mais adequado de seriedade a se impor nas regras, para se evitar a gastança que se faz nas campanhas eleitorais milionárias, evitando-se aí a formação de caixa dois, que acaba também servindo para o enriquecimento ilícito em muitos casos rumosos que temos acompanhado aqui. Agora mesmo, estamos acompanhando um deles aqui.

Quando vemos os crimes de corrupção sem a apuração correta e sem o julgamento dos responsáveis, temos a sensação de impunidade, quase como se os Poderes da República admitissem a ação livre dos corruptos e dos corruptores.

O desvio de dinheiro para a compra de votos ou para o pagamento de propinas no serviço público impede investimentos em setores essenciais para a nossa sociedade. Dinheiro desviado é menos investimento para a saúde e para a educação, esta última área tão cara para V. Ex^a, Sr. Presidente.

O tema educação, Sr^{as}s e Srs. Senadores, leva-me à segunda nota do dia, desta vez uma nota negativa, a que me vou referir agora.

Mas volto ainda às declarações do Ministro Ayres Britto, que, quando indagado sobre os desafios que terá no comando da Suprema Corte de nosso País e sobre as prioridades que terá nos próximos sete meses, diz o seguinte:

O desafio é este, mas com os pés no chão, porque eu tenho caneta, e não vara de condão. Não sou milagreiro. As coisas não passarão por uma transformação radical como em um passe de mágica. O que eu pretendo é praticar um modelo de administração compartilhada, com participação não só dos meus Pares no Supremo, mas também de toda a Magistratura. Nesses sete meses, quero estabelecer como prioridade aquilo que é prioridade na Constituição. Pretendo fazer valer leis vitais para a sociedade, como a Lei da Ficha Limpa, a Lei da Improbidade Administrativa e a Lei Maria da Penha, tão essencial porque sai em defesa das mulheres e no combate a este mal terrível do patriarcalismo, do machismo e da brutalidade doméstica.

Em sua declaração, o Ministro Ayres Britto, indagado também sobre qual o papel do Judiciário no processo de depuração da atividade política, respondeu:

Minha prioridade das prioridades será o combate à corrupção. Na Constituição, está dito que os atos de improbidade importarão em perda da função pública, em indisponibilidade dos bens, em suspensão dos direitos políticos, em resarcimento ao Erário. É preciso fazer valer a Constituição. Como dizia Ulysses Guimarães, o cupim da República é a corrupção. (...)

Aliás, essa frase foi repetida pelo Ministro Ayres Britto hoje, pela manhã, na sessão de homenagem aos 40 anos da Ajufe.

Continua ele:

Como dizia Ulysses Guimarães, o cupim da República é a corrupção. É a principal fragilidade estrutural do País. É pela corrupção que falta dinheiro para programas sociais de

primeira grandeza, como a moradia, o transporte, a assistência à infância e à adolescência. Combater a corrupção e o crime do colarinho branco tem de ser prioridade das prioridades.

Encerro a leitura da declaração do Ministro Ayres Britto, com a seguinte pergunta: "Como garantir que as instituições do País funcionem em sua plenitude?". O Ministro responde:

Eu não sou ingênuo, mas também não sou um pessimista. Hoje, a transparência se tornou um pilar da democracia. A cultura do biombo, da coxia e dos bastidores foi excomungada pela Constituição. O Brasil atravessa um período excelente de santa curiosidade social pelas coisas do poder. É por essa razão também que instituições como a Polícia Federal, por exemplo, têm de agir de modo equânime, sem selecionar seus alvos por conveniência. Da mesma forma, o Ministério Público, se começar a agir voluntaristicamente, vai se ver obrigado a recuar diante da reação da imprensa e da sociedade. A imprensa, a meu ver, é a grande novidade transformadora do Brasil.

Eu gostaria, inclusive, caro Presidente, que os Anais desta Casa transcrevessem neste meu discurso a íntegra da entrevista que o Ministro Ayres Britto concedeu à revista *Veja*, publicada nas páginas amarelas. Eu, como jornalista, agradeço ao Ministro essa declaração de fé no papel e na importância que a imprensa livre e responsável – vou repetir: livre e responsável –, sobretudo responsável, tem em relação à democratização em nosso País e à consolidação da lei democrática.

Esse foi o dado altamente positivo desta Páscoa de 2012, caro Presidente Cristovam Buarque. Isso é confortador, é alentador, é estimulante. Isso nos traz muita esperança.

Após a nota positiva, meu caro Senador Cristovam Buarque, trago notícia da verdadeira mortandade, da carnificina no trânsito brasileiro.

Por falta de educação no trânsito, por falta de educação dos nossos motoristas, vivenciamos hoje uma verdadeira guerra nas ruas e nas estradas brasileiras. Todos os anos, depois de um feriado grande, como o da Páscoa, temos de contabilizar as mortes no trânsito, quase como se estivéssemos contabilizando as vítimas de uma guerra ou de uma batalha.

O feriado da Páscoa, que acabamos de usufruir, foi o mais violento dos últimos anos. No Ceará, 54 pessoas ficaram feridas, e dez morreram em acidentes. No meu Estado, o Rio Grande do Sul, pelo menos 17 pessoas morreram em acidentes nas estradas no fe-

riadão de Páscoa. No Distrito Federal, foram registrados 50 acidentes ao todo, mas o número de mortes foi maior do que no ano passado: seis pessoas perderam a vida nos quatro dias do feriado, e 58 ficaram feridas.

A conclusão, Sr^{as}s e Srs. Senadores, é uma só: o trânsito está cada vez mais violento, porque os motoristas não estão respeitando os limites de velocidade, não estão respeitando as leis, nem a sinalização, e não estão sequer tendo respeito à sua própria vida e à vida de suas famílias.

A mesma impunidade que combatemos nos crimes de corrupção, estamos vivenciando nas estradas brasileiras. O nosso Código de Trânsito, na teoria, parece perfeito, um dos mais modernos do mundo, mas, na prática, não tem apresentado resultados positivos.

Uma crônica do jornalista Alexandre Garcia trata muito bem dos problemas da nossa cultura no trânsito, expressa, na manhã de hoje, no *Bom Dia Brasil*. O motorista não reconhece que, quando está dirigindo o carro, deve ser responsável pelas pessoas que estão nas ruas ou em situações inferiores a ele. O motorista de caminhão precisa ter atenção com o carro de passeio. O motorista do carro de passeio deve cuidar do ciclista e do pedestre. É o que está escrito no art. 29 do Código de Trânsito: o veículo maior é responsável pelo veículo menor. Quem está dirigindo um veículo motorizado é responsável pelo pedestre e pelo ciclista.

O que vemos hoje é a lei do mais forte sobre o mais fraco, superando todos os códigos de educação e de convivência e, eu diria até, Senador, de civilidade. Todos os dias, novos carros saem às ruas, com novos motoristas, muitos dos quais despreparados, dirigindo irresponsavelmente embriagados e matando impunemente.

O Superior Tribunal de Justiça acaba de anular o bafômetro como prova para criminalização da morte no trânsito. É lamentável o que está acontecendo! Mais do que mudar as leis de trânsito, criar novas regras para multas e reforçar a fiscalização, precisamos investir na educação dos motoristas.

Essa verdadeira guerra no trânsito brasileiro deixa resultados impressionantes: primeiro, a dor eterna causada pela perda de um familiar, de uma pessoa querida, uma dor que jamais irá cessar; e, depois, a perda material, com os custos sociais dessa violência.

Pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostrou que, todo ano, o Brasil gasta mais de R\$22 bilhões com os acidentes nas estradas. Vou repetir, Senador Cristovam: R\$22 bilhões é o custo com acidentes nas nossas estradas. Esse é o valor usado para pagar o atendimento médico às vítimas e os prejuízos com a interrupção do trabalho, decorrente da ausência da vítima na empresa,

muitas vezes, por tempo indeterminado. Srs e Srs. Senadores, esses mais de R\$22 bilhões, mais que o orçamento de um Ministério, poderiam ser investidos na prevenção de doenças, na construção de escolas, na educação dos brasileiros.

Quando desrespeita as leis de trânsito, o motorista está enviando essa pesada conta para toda a população brasileira, que, todo o ano, paga o custo de uma verdadeira guerra nas estradas.

Ou nós nos educamos mais para o trânsito, ou vamos continuar vendo essa reprodução de uma história e de uma crônica triste anunciada do aumento da mortandade no trânsito brasileiro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SR^a SENADORA ANA AMÉLIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Mensalão será o julgamento do século

Em entrevista exclusiva a VEJA, o próximo presidente do STF diz que vai julgar o processo do mensalão neste ano e rebate as críticas ao Judiciário

O ministro Carlos Ayres Britto, do Supremo Tribunal Federal, parece atrair causas de grande repercussão. Foi dele o voto que abriu o debate sobre a necessidade de políticos terem ficha limpa para se candidatar — um marco de progresso no processo político brasileiro. Ele também relatou processos determinantes para a sociedade, que resultaram na proibição do nepotismo no serviço público e na liberação da união civil entre pessoas do mesmo sexo e de pesquisas com células-tronco. Sergipano de Propriá, poeta, vegetariano e praticante de meditação, Ayres Britto assume no próximo dia 19 a presidência do STF. Ficará no cargo até novembro, quando completa 70 anos, e terá no julgamento do mensalão, o maior escândalo de corrupção da história brasileira, a missão mais difícil e, certamente, a mais marcante de sua carreira.

O senhor terá apenas sete meses no comando do Supremo, mas deve presidir o julgamento mais complexo da corte, o mensalão. Como está se preparando para isso?

Eu já venho estudando o processo, como todos os demais ministros. Já tenho até urna minuta de voto. Tenho aqui um quadro separando, como fez o Ministério Público, os denunciados e os respectivos núcleos, o político, o financeiro e o publicitário. Todos os réus estão nesse quadro. Os ministros já estão estudando o processo. Tenho certeza de que cada um deles, sem exceção, está procurando cumprir seu dever com isen-

ção. O meu papel, nesse caso, é duplo. Serei julgador, mas também presidente. Esse deverá mesmo ser o julgamento mais importante da história do Supremo em termos de direito penal.

Alguns ministros defendem a ideia de que o processo do mensalão comece a ser julgado já a partir do mês de maio. Para quando o senhor, como novo presidente da corte, pretende marcar o julgamento?

O que me cabe é marcar a data tão logo o processo seja liberado para pauta. Quem libera é o ministro-revisor, Ricardo Lewandowski. Estamos em ano eleitoral e, como a imprensa já anunciou com base em uma declaração do próprio ministro Lewandowski, há o risco de prescrição. Então, é evidente que eu, como presidente, vou agir com toda a brevidade. Uma vez disponibilizado o processo para julgamento, providenciarei sua inclusão na pauta em 48 horas.

Pela análise que o senhor já fez, é concreta a possibilidade de prescrição dos crimes?

Em tese, se todos os réus forem condenados, e o forem pela pena máxima, não há o menor risco de prescrição. A possibilidade de prescrição existe, porém, para os réus que pegarem a pena mínima. Estamos fazendo estudos detalhados sobre essa e outras questões. Todavia, repito, estou

falando em tese.

Que desafios especiais esse julgamento impõe?

É um julgamento incomum pelas circunstâncias em que o Ministério Público diz que os crimes ocorreram, pelo número de protagonistas e pela quantidade de imputações. Tudo isso concorre para tomar o processo incomum. Há uma pressão, compreensível, da imprensa e da sociedade para que os fatos sejam postos em pratos limpos e com todo o rigor. Está certa a sociedade. Mas cada um de nós tem de se afastar das pressões e estudar o processo. A fase da denúncia foi ultrapassada, vencida. Havia elementos para receber a denúncia porque a materialidade dos crimes de formação de quadrilha, corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro estava bem documentada. Mas isso é página virada. De lá para cá, o que incumbia ao Ministério Público era fornecer as provas daquilo que alegou, debaixo do contraditório, da ampla defesa e com robustez. A nós, ministros, agora caberá julgar.

O ministro Cezar Peluso, atual presidente do STF, disse que as críticas recentes ao Judiciário tinham o objetivo de atacar a credibilidade da instituição. O senhor concorda?

O diagnóstico que eu faço do Judiciário no Brasil é favorável. Em um plano macro, não tenho dúvida de que, do ponto de vista do preparo, nenhum outro po-

der ombreia com o Judiciário. É também o mais devotado dos poderes, no sentido de vestir a camisa, não ter hora para trabalhar. É o poder que mais resiste ao canto da sereia da prepotência, da demagogia e do enriquecimento fácil. O quadro psicossocial não é dos melhores por causa da dita crise em torno do Conselho Nacional de Justiça, o CNJ, mas erram os que pensam que o Poder Judiciário pode passar muito bem sem o CNJ, e erram os que pensam que o CNJ pode passar muito bem sem o Judiciário. O Judiciário é um continente e o CNJ é um dos conteúdos desse continente.

Houve exagero da ministra Eliana Calmon, corregedora do CNJ, quando ela disse que existem “bandidos de toga” e “vagabundos” no Judiciário?

Em essência, a ministra quis dizer que o Judiciário também incide em desonestade. Ela não está errada. O Judiciário, mesmo sendo aquele poder do qual mais se exige fidelidade à ética, não é vacinado contra disfunções. Mas são fatos isolados. A ministra Eliana quis fazer um alerta para apertar os cordéis do controle. Em essência ela está certa. Eu só não usaria as palavras que ela usou para não facilitar o terrível erro da generalização.

Quando era presidente, em 2003, Lula afirmou que o Judiciário era uma caixa-preta. Ainda é?

O Judiciário nunca, jamais, em tempo algum, pode se nivelar a poderes que têm caixa-preta. Não pode se nivelar a quem age sob o signo da caixa-preta. Que outros setores do poder público façam isso é uma coisa. O Judiciário jamais poderá permitir esse tipo de arranjo. Hoje o foco está sobre o Judiciário, mas a maior de todas as caixas-pretas, contra a qual o Judiciário tanto luta, é o caixa dois. E caixa dois é caixa-preta. Uma terrível caixa-preta. O Judiciário nunca praticou caixa dois.

Até 2001, para processar deputados federais e senadores, o STF precisava ter autorização do Congresso. Essa exigência caiu. Por que o Supremo demora tanto a julgá-los?

A demora existe, é verdade. Primeiro, porque o processo penal é sempre delicado. Mesmo quando o inquérito já começa no Supremo, são muitas as idas e vindas. Além disso, só há pouco tempo o Supremo passou a recrutar juízes auxiliares para fazer interrogatórios, acompanhar diligências e inquirição de testemunhas. O Supremo já está se aparelhando para corrigir isso.

Quais são os desafios de ser juiz no Brasil de hoje?

Ser juiz não tem sido fácil porque, mesmo com a devoção dos magistrados à causa pública, o Judiciário não anda satisfeito. A magistratura de base, sobretudo, se sente desprestigiada pela sociedade e pelos outros

poderes porque sua carreira está deixando de ser remuneratoriamente atraente. Hoje, o Poder Executivo e o Poder Legislativo são mais atraentes, oferecem melhores condições financeiras que o

Judiciário. Mesmo nos tribunais superiores tem sido assim. Veja quanto ganha um ministro do Supremo e compare com o que ganha um senador, um deputado federal ou os ministros da presidente Dilma, que fazem parte, e não são poucos, de conselhos de estatais.

Quais serão suas prioridades nos próximos sete meses?

É preciso fazer do breve o intenso, na linha de Vinicius de Moraes naquele poema Soneto de Fidelidade: “Que não seja imortal posto que é chama, mas que seja infinito enquanto dure”. O desafio é esse, mas com os pés no chão, porque eu tenho caneta, e não vara de condão. Não sou milagreiro. As coisas não passarão por uma transformação radical como em um passe de mágica. O que eu pretendo é praticar um modelo de administração compartilhada, com participação não só dos meus pares no Supremo, mas também de toda a magistratura. Nesses sete meses, quero estabelecer como prioridade aquilo que é prioridade na Constituição. Pretendo fazer valer leis vitais para a sociedade, como a Lei da Ficha Limpa, a Lei de Improbidade Administrativa e a Lei Maria da Penha, tão essencial porque sai em defesa das mulheres e no combate a esse mal terrível do patriarcalismo, do machismo e da brutalidade doméstica.

Qual o papel do Judiciário no processo de depuração da política nacional?

Minha prioridade das prioridades será o combate à corrupção. Na Constituição está dito que os atos de improbidade importarão em perda da função pública, indisponibilidade dos bens, suspensão dos direitos políticos, resarcimento ao Erário. É preciso fazer valer a Constituição. Como dizia Ulysses Guimarães, o cupim da República é a corrupção. É o principal ponto de fragilidade estrutural do país. É pela corrupção que falta dinheiro para programas sociais de primeira grandeza como a moradia, o transporte, a assistência à infância e à adolescência. Combater a corrupção e o crime do colarinho-branco tem de ser a prioridade das prioridades.

Como garantir que as instituições do país funcionem em sua plenitude?

Eu não sou ingênuo, mas também não sou um pessimista. Hoje, a transparência se tornou um pilar da democracia. A cultura do biombo, da coxia e dos bastidores foi excomungada pela Constituição. O Brasil atravessa um período excelente de santa curiosidade social pelas coisas do poder. É por essa razão também que instituições como a Polícia Federal, por exemplo,

têm de agir de modo equânime, sem selecionar seus alvos por conveniência. Da mesma forma, o Ministério Público, se começar a agir voluntaristicamente, vai se ver obrigado a recuar diante da reação da imprensa e da sociedade. A imprensa, a meu ver, é a grande novidade transformadora do Brasil.

Certas práticas consideradas normais em Brasília o assustam?

Eu gosto muito da cidade. Mas, do ponto de vista político, eu já vim vacinado para entender que o núcleo do poder é cheio de dificuldades de convivência. Há muito jogo de influência, e nesse jogo ninguém pode desconhecer que circula muito dinheiro, correm muitos interesses políticos e econômicos. Mas eu internalizei muito a postura das garças, que vivem em ambientes enlameados, nos manguezais e brejos, mas quando vão pousar executam uma coreografia tão cuidadosa que conseguem preservar a alvura de suas penas. Observava isso em Sergipe, onde morava antes de vir para cá. Não vejo Brasília só por esse prisma negativo, mas reconheço que há práticas que põem em conluio o poder político e o poder econômico. Nessas ocasiões, aqui e ali, em que sinto que a relação tende à promiscuidade, eu me louvo no exemplo das garças de Aracaju.

Logo depois de ser escolhido para o Supremo, o senhor se disse “convictamente petista” e que o PT era o partido que mais admirava pelo “compromisso visceral” com a ética administrativa. O senhor ainda partilha dessa opinião?

Essa resposta eu não posso lhe dar porque eu tenho, para julgar, ações em que o PT é parte. Posso falar do meu ponto de vista pessoal... Depois desses anos como ministro do Supremo, nada como o livro da vida para ensinar a virar páginas. Minha militância hoje é exclusivamente constitucional. Separei as coisas, e o fato de ser egresso do PT não prejudica em nada a minha imparcialidade no julgamento dos processos. Não permito que a antiga identidade ideológica se reflita nos meus votos.

Até que ponto a Justiça pode ser suscetível às questões sociais?

O juiz tem de conhecer a realidade das pessoas. Até para se perguntar se, no lugar das pessoas, especialmente em matéria penal, ele se comportaria de outro modo. Isso não significa que ele deva ser refém da sociedade, vassalo da opinião pública. Mas deve, sim, auscultar os anseios populares, coletivos, para ver se é possível formatá-los em decisões técnicas. Quando isso acontece, o juiz concilia a Justiça com a vida. O Judiciário, por ser o mais formal dos poderes, o mais ritualístico, tende a repetir mais do que inovar.

E aí ele se desumaniza, porque perde contato com a realidade palpitante da vida.

O senhor avalia bem o governo da presidente Dilma?

Como cidadão, acho que ela tem se saído bem no plano social.

O que muda com um poeta na presidência do Supremo?

Algumas pessoas dizem que sou romântico, quixotesco. Mas eu sou um otimista. Ser poeta não atrapalha. Só ajuda. O poeta se aloja mais vezes no lado direito do cérebro, que é o da sentimentalidade, o que abre os poros da inteligência racional, para humanizá-la.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra, pela ordem de inscrição, à Senadora Angela Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque; Srs. Senadores, Sr^sas Senadoras, venho aqui, hoje, nesta segunda-feira, para tratar de um assunto de grande relevância para o nosso País e nosso Estado, uma vez que estamos observando o grande interesse do Governo Federal, da Presidente Dilma Rousseff, em instalar 23 Zonas de Processamento de Exportação até 2014.

Nós, que somos da região Norte, Senador, consideramos esse projeto de extrema importância e relevância na geração de emprego e renda para as pessoas que moram nas nossas capitais.

Eu vou me deter na Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Boa Vista, a ser implantada às margens da BR-174, numa área de 166 hectares no sentido Venezuela. Criada por força do decreto assinado pelo então Presidente Lula e aprovada pelo Conselho Nacional de ZPEs, em 2010.

Os esforços do Governo Federal dão sentido a esse no nosso pronunciamento na medida em que evidenciam duas básicas ações que considero muito relevantes. Uma delas é estimular os prefeitos para que acelerem ou retomem as obras de infraestrutura das ZPEs, já definidas, obviamente, com o apoio do Governo Federal. Em Boa Vista, pelo menos, capital do Estado de Roraima, há necessidade de um aporte financeiro, de uma ajuda do Governo Federal, para que a estrutura básica da ZPE possa ser implantada. Outra medida é interceder junto a esta Casa para que sejam discutidas e aprovadas propostas que visam a ampliar o percentual de tudo o que é produzido numa ZPE para ser destinado ao mercado interno.

Por enquanto, as atenções do Governo Federal se voltam para as ZPEs de Senador Guiomard, no Acre; Bataguassu, no Mato Grosso do Sul; Parnaíba,

no Piauí; São Gonçalo do Amarante no Ceará; Jaboatão dos Guararapes em Pernambuco e Barcarena, no Estado do Pará.

Nós gostaríamos muito que a ZPE de Boa Vista também estivesse entre as prioridades do Governo Federal, e ainda teremos a oportunidade de levar essa proposta para a Ministra Gleisi Hoffmann, para ver a possibilidade de incluir também a ZPE de Boa Vista nesse rol de prioridades de ZPEs que deverão ser instaladas até 2014.

De todas essas ZPEs, somente a do Acre dispõe de infraestrutura básica pronta, mas sabe-se que o Governo aposta mais na ZPE de Bataguassu; a única entre as 24 ZPEs, espalhadas pelo Brasil, que não pertence ao Poder Público, mas a um grupo de empresários.

Considero válidas as preferências do Governo Federal pelas seis ZPEs citadas aqui, mas quero destacar a ZPE de Boa Vista por um fator que nos é muito caro: a importância que nós, roraimenses, damos ao projeto de desenvolvimento econômico de Roraima, no contexto da região Norte.

Estou empenhada na concretização desse projeto, Senadora Ana Amélia, porque ele é muito importante para a inclusão social, para o desenvolvimento econômico do meu Estado e do nosso Município de Boa Vista.

Eu sou signatária, juntamente com meus colegas de Bancada, os Senadores Jorge Viana (PT-AC) e Aníbal Diniz (PT-AC), de um Projeto de Lei do Senado, o PLS nº 526/2011, apresentado ainda ano passado, que propõe a alteração da Lei nº 11.508/2009, que disciplina o funcionamento das ZPEs em nosso País.

De acordo com a Lei nº 11.508/2009, as empresas devem destinar 80% de sua produção ao mercado externo. Já a parcela dos 20% da produção, que é comercializada no mercado doméstico, deve pagar integralmente os impostos que são cobrados sobre as importações.

Então, assentadas no princípio de respeito às peculiaridades locais, nossa proposta visa a reduzir de 80% para 60% o limite mínimo destinado às exportações, que é exigido das empresas a serem instaladas nas ZPEs. Então, nesse caso, o percentual mínimo de 40% restantes de produção das empresas a serem instaladas na ZPE, ao longo da BR-174, poderia ser destinado ao mercado interno, promovendo sobremaneira o desenvolvimento regional.

A nossa proposta teve base no argumento do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministro Fernando Pimentel, que, numa audiência pública realizada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), afirmou que a retração ocorrida no mercado internacional tem prejudicado as exportações

brasileiras. Essa retração, advertiu-nos o ministro, tornou ainda mais improvável que empresas instaladas nas ZPEs consigam atingir o patamar mínimo de 80% das exportações.

Então, diante de tão preocupante situação, não nos restou outra alternativa senão a de adotarmos o princípio da igualdade e propor a redução das disparidades regionais no processo de instalação das ZPEs.

A adoção da redução de 80% destinada às exportações para a casa dos 60% acaba com a regra única estabelecida para todo o território nacional. Essa regra limita qualquer possibilidade de interesse de empresários investirem numa ZPE situada na faixa de fronteira da região Norte.

Cabe dizer aqui, Srs. Senadores, que, na luta por mudanças nas normas das ZPEs, não estamos sozinhos. A Senadora Lídice da Mata já tinha apresentado o Projeto de Lei nº 764, de 2011, propondo, entre outras mudanças, o aumento do percentual de venda da produção das ZPEs de 20% para 40% para o mercado interno. Simpático ao projeto da Senadora Lídice da Mata, o Palácio do Planalto fez chegar à Senadora a informação de que tal proposta contava com o apoio da Presidenta Dilma Rousseff.

Eu penso que estamos no caminho certo. Eis, portanto, o momento que deve ser aproveitado para concretizar a vontade política do Governo e dos Parlamentares em favor de um novo marco regulatório para as ZPEs, as Zonas de Processamento de Exportação

Da minha parte, Senadores, considero exequível a alternativa que apresentamos, posto que é capaz de servir de estímulo ao desenvolvimento econômico da nossa região, tão castigada pela política de governos que sempre relegaram o norte do País ao segundo, terceiro e quarto plano.

Em fase de análise na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo desta Casa, o projeto que apresentamos tem gerado uma enorme expectativa em nosso Estado, em nosso Município de Boa Vista. Isso porque somente com a efetivação desta ZPE serão criados inicialmente cerca de 10 mil empregos diretos. Só na iniciativa privada, atuante em nosso Estado. E precisamos muito. As famílias de Roraima precisam de projetos que visem à geração de emprego e renda para as famílias de Roraima, para os jovens de Roraima, para aquelas pessoas que estão ali, naquele rincão do nosso País, lutando por uma vida melhor.

Faz-se necessário dizer que tal mudança na lei das ZPEs considera o momento de crescimento econômico por que passa o nosso País, que, alheio à crise internacional, cria uma nova classe média, que corresponde a mais de 50% do público consumidor.

De olho nesse empreendimento, que terá capacidade para 200 indústrias, investidores nacionais e estrangeiros já estão procurando a Prefeitura Municipal de Boa Vista. E quero aqui falar da importância e da dedicação do nosso Prefeito, Iradilson Sampaio, que tem envidado esforços no sentido de implantar essa Zona de Processamento de Exportação em nossa capital.

Esses empresários querem se informar sobre todo o processo de implantação dessa ZPE, que, por seu caráter de área delimitada, permitirá às empresas produzir bens destinados à exportação, recebendo incentivos tributários, cambiais e administrativos.

Um desses incentivos é a suspensão da exigência de imposto, como o IPI, Imposto sobre Produtos Industrializados; a Cofins, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social; e o Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM).

Sra Presidenta, enfim, eu gostaria aqui de falar da importância da implantação dessa ZPE na nossa capital de Boa Vista. Ela é de grande interesse público. E quero reforçar aqui que os desejos da população de Roraima corroboram com os objetivos das ZPEs de atrair investimentos estrangeiros, criar empregos e corrigir as desigualdades regionais.

De acordo com números da Junta Comercial do Estado, em 2011, existiam 20.710 empresas, sendo 84% delas situadas na própria capital.

Cabe ainda lembrar que, aliada ao empreendimento da ZPE de Boa Vista, também estão sendo construídas duas importantes obras: a da central de abastecimento e a do abatedouro para animais de pequeno porte, que vão dar suporte a esse importante projeto.

Como podemos perceber, a ZPE de Boa Vista é mais uma alternativa que estamos colocando num projeto maior de alavancar o desenvolvimento do nosso Estado. Então, é nosso empenho dar continuidade às discussões sobre a importância do desenvolvimento de Roraima no contexto regional, e a discussão e a aprovação desse projeto é de fundamental importância nesta Casa para nosso País e para nosso Estado de Roraima.

Era isso, Sra Presidenta.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Angela Portela, o Sr. Cristovam Buarque deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Ana Amélia.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senadora Angela, todas as iniciativas como as ZPEs, as Zonas de Processamento de Exportação, são extremamente válidas, especialmente em regiões

deprimidas, como é o caso da região Norte, no seu Estado de Roraima.

Então, cumprimento V. Ex^a pela abordagem desse tema, defendendo interesse do seu Estado.

O próximo orador inscrito é o Senador Rodrigo Rollemberg, em permuta com o Senador Alvaro Dias.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sra Presidenta Senadora Ana Amélia, Srs e Srs. Senadores, quero registrar, inicialmente, que eu imaginava subir a esta tribuna, no mês de abril de 2012, mês que Brasília comemora 52 anos, para tratar de outro tema, para tratar de avanços obtidos no Distrito Federal, pelo Governo do Distrito Federal, com o apoio da sociedade do Distrito Federal, mas, infelizmente, subo a esta tribuna, muito a contragosto, na tarde de hoje, para registrar o sentimento majoritário, o sentimento quase unânime da população de Brasília com o que vem acontecendo com a nossa cidade. Uma imagem de tristeza, de deceção e de indignação com tudo o que vem acontecendo com a nossa cidade.

Espero que todas essas questões sejam reversíveis, porque a degradação da qualidade de vida no Distrito Federal atingiu tal monta que penso se ainda teremos condições de reverter essa situação.

Estamos vivendo no Distrito Federal uma sensação de abandono. Para qualquer área que possamos olhar no Distrito Federal, vamos encontrar uma situação que beira a tragédia.

Na segunda-feira da semana passada, realizei uma audiência pública, um ciclo de debates que estamos fazendo sobre o Distrito Federal e o Entorno, sobre a área de segurança pública. Naquela ocasião, o representante da Secretaria de Segurança Pública trouxe dados oficiais que mostram a violência no Distrito Federal em 2011, em comparação com 2010.

Quero lembrar que 2010 foi o ano mais difícil da história política do Distrito Federal. Tivemos quatro governadores no período de um ano. E, ainda assim, Sra Presidenta, Srs e Srs. Senadores, dados oficiais da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal mostram que tivemos um aumento de 13% no número de homicídios, em relação a 2010; de 26% em relação aos estupros; e de 33% no que se refere ao tráfico de drogas. Houve 722 homicídios ao longo do ano de 2011. Mas o que é mais trágico, mais preocupante, assustador, é que tudo indica que, em 2012, vamos superar os números vergonhosos de 2011, porque, apenas no mês de março, nós tivemos, no Distrito Federal, 88 homicídios. É um cenário de guerra, um cenário de guerra civil.

E o que é mais grave, Sra Presidente, Srs e Srs. Senadores, é que nós não estamos vendo, por parte do

Governo do Distrito Federal, nenhuma ação que possa indicar o enfrentamento dessa situação, a superação dessa situação. Em plena crise, em vez de o Governador reunir uma equipe de crise – seus principais secretários, seus principais assessores –, convocar a bancada, convocar quem entender importante para resolver o problema, o Governador, simplesmente, viajou.

Mas a situação não é chocante apenas no âmbito da Segurança Pública. Na semana passada, recebi no meu gabinete diversos servidores do Ministério da Agricultura preocupados com os constantes assaltos a mão armada, roubos de todo tipo, no estacionamento do Ministério, aqui na Esplanada. Informações de todos dão conta de que temos cracolândias hoje espalhadas por todo o Distrito Federal. É uma situação de completo abandono.

Na semana passada, o Senador Aloysio chegou e comentou comigo que na quadra dele uma pessoa tinha sido assassinada; agora, foi na 413 sul. Ou seja, a violência está em toda a parte, está em todos os lugares. E nós não estamos vendo, infelizmente, nenhuma ação no sentido de combater isso.

E não é só, Senador Cristovam: estamos há 30 dias com a greve dos professores. Na semana passada, preocupado, eu buscava me colocar à disposição para encontrar uma solução tanto para a greve dos professores como para o movimento “Operação Tartaruga”, da Polícia Militar. Coloquei-me à disposição do Governo do Distrito Federal. Liguei mais de uma vez para o Secretário de Negociação, o Secretário de Administração do GDF e, pasmem, as reuniões que tinham sido marcadas pelo Governo com a categoria foram adiadas para esta semana, como se mais três, quatro, cinco dias não fizessem a menor diferença.

Segundo informações do Sindicato dos Professores, os professores estão em greve porque o Governo assinou um acordo no ano passado, diga-se de passagem, o Secretário de Administração à época, hoje Secretário de Educação, em que, entre outras coisas, se compromete a duas coisas: até setembro de 2011, apresentar uma proposta de plano de carreira para os professores, escalonado para março de 2012, 2013 e 2014; e apresentar um plano de saúde. Nada disso foi apresentado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador, desculpe interrompê-lo, mas quero informar a presença neste plenário de alunos e professores do 5º ano do Ensino Fundamental da Escola Classe 5 do Paranoá, aqui do Distrito Federal. São os seus futuros eleitores, seus amigos. Eu o interrompi porque V. Ex^a estava abordando exatamente o assunto do ensino aqui no Distrito Federal.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – É com muito gosto, Sr^a Presidenta, que recebemos aqui os alunos e os professores da escola do Paranoá.

Quero registrar também a falta de iniciativa para tentar resolver um problema que há trinta dias afeta milhares de crianças no Distrito Federal. País que não têm com quem deixar essas crianças. E o que percebemos é a falta de iniciativa.

Registro que a Bancada do Distrito Federal, por várias vezes – e falo como coordenador da Bancada –, se colocou à disposição do Governador do Distrito Federal para intermediar um acordo, abrir o diálogo com essas categorias. E, pasmem, um ano e quatro meses depois de iniciado o Governo, o Governador do Distrito Federal não convocou uma única vez a Bancada do Distrito Federal para colaborar com o que for possível, com o que estiver ao alcance da nossa Bancada.

Mas quero mostrar aqui, Sr^{as} e Srs. Senadores,... Poderia ser só, mas infelizmente não é só. Quero que prestem atenção nestas três fotos publicadas na sexta-feira, na capa do caderno Cidades, do Distrito Federal. E quero aqui também chamar a responsabilidade da União, não apenas do Distrito Federal. Estas invasões estão na Área de Proteção Ambiental do Descoberto e na Floresta Nacional, que é uma unidade de conservação administrada pelo Governo Federal, pelo ICMBio, e, pasmem, estão em uma Área de Proteção Ambiental responsável por 70% do abastecimento da água do Distrito Federal.

Quero registrar aqui o meu apoio à reivindicação dos trabalhadores rurais, para que tenhamos uma proposta de assentamento dos trabalhadores rurais, mas não podemos concordar com que o Governo do Distrito Federal permita a invasão de uma Área de Preservação Ambiental responsável pelo abastecimento de 70% da água que abastece a população do Distrito Federal.

Mas, Senador Cristovam, se V. Ex^a perguntar a qualquer empresário das diversas administrações regionais do Distrito Federal vai observar que todos têm uma grande dificuldade. Se alguém quiser construir um prédio hoje vai ter uma dificuldade enorme de conseguir o alvará, a licença em uma administração regional. Os empresários não legalizam o seu empreendimento porque não conseguem alvará para funcionar. Sou testemunha, assim como V. Ex^a, do compromisso do Governador Agnaldo de que só indicaria administradores regionais residentes nas cidades.

E quero registrar: sou autor de uma proposta de emenda à Constituição que garante eleição direta de administradores regionais. Estou cada vez mais convencido de que, independente do que podemos mudar na forma dessas administrações, devemos ter admi-

nistradores eleitos, e não indicados. Pois bem, estou com a relação aqui de 30 administradores das diversas regiões administrativas, e 13 sequer moram nas cidades que administram. Como terão condições de conhecer os problemas das cidades? Isso é um desrespeito aos moradores dessas cidades, cidades antigas, cidades com população expressiva, com quadros capazes de administrá-las. No entanto, das 30 regiões administrativas, 13 são administradas por pessoas que não moram na cidade.

Quero registrar também que, até a primeira semana de dezembro do ano passado, o Governo do Distrito Federal ficou inadimplente. Tentamos, por várias vezes, na condição de coordenador da Bancada, conseguir recursos para o Distrito Federal. Só foram resolver isso no final do ano. E, repito: por várias vezes. Por várias vezes, pessoalmente, entrei em contato com o Governador Agnelo. Na oportunidade, sugeri que ele convocasse a Bancada, colocasse as dificuldades do Distrito Federal e do Governo do Distrito Federal e o que precisava da Bancada, com o intuito de ajudar. Estou aqui no intuito de querer ajudar minha cidade. Agora, estou me sentindo até impotente para ajudar, porque, todas as vezes em que oferecemos ajuda, não fomos atendidos. Eu não consigo entender o que pode ter passado na cabeça do Governador Agnelo para ter se isolado como se isolou, depois de uma campanha que fizemos juntos. Todos juntos. Já na transição, poderia buscar a contribuição do Senador Cristovam na área da educação e a nossa contribuição em outros setores em que tivemos experiência no GDF e no próprio Governo Federal. Mas não. O Agnelo, depois da eleição, resolveu trocar os aliados. E, hoje, aqueles que foram adversários anteriormente passaram a ter muito mais espaço – não sei por que motivo – no governo do que os aliados históricos.

Ouço o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador Rodrigo Rollemberg, apenas para me solidarizar com a sua preocupação com o Distrito Federal. Eu também tenho a mesma sensação: a de que estamos com desgoverno no Distrito Federal, da mesma maneira como estivemos em 2010, e que o atual Governo não se diferencia dos anteriores. Nós temos um governo de propagandas. Tudo o que o senhor está dizendo, se alguém ligar a televisão e passar a propaganda do Governo achará que o senhor está falseando a verdade. Quem olha a propaganda parece que nós estamos em um paraíso de segurança, de saúde e de educação. Nós sabemos que não é verdade a propaganda, mas este é um governo de propaganda, e é um governo também de escândalos. Ninguém imaginava, depois de tudo o que nós passamos, Senadora Ana Amélia,

em 2010, que em 2011 e 2012, nós iríamos continuar com o mesmo esquema de escândalos envolvendo o Governador. E, terceiro, o que caracteriza este Governo, além de propaganda e escândalo, é a obra de um estádio de futebol. Não há mais nada para mostrar. O senhor, assim como eu, fomos às ruas para pedir votos para o Governador Agnelo. Fico feliz de ouvir sua autocrítica, assim como minha autocrítica. Nós oferecemos ao povo um novo caminho. Que novo caminho é esse? De escândalo, propaganda e uma obra. Não é um novo caminho, é um caminho velho, de certa maneira menos competente do que a gente via no passado. O que está acontecendo com a educação é uma vergonha completa, é um abandono das coisas. O Governador prometeu um programa de erradicação do analfabetismo. Prometeu, porque eu exigi, que na Copa do Mundo, na frente do aeroporto de Brasília haveria uma placa dizendo a quem aqui chegasse: "Você está entrando num território livre do analfabetismo". Não se vê. Prometeu quatro cidades com horário integral ao longo dos seus quatro anos, e ninguém fala nisso. Prometeu que não haveria escândalos, e é só o que temos. E, hoje, o descontentamento geral dos servidores, como os da educação e os da polícia, e o Governador diz que não tem condições de atender. Mas ele assinou um documento dizendo que ia atender a essas reivindicações que aparecem agora. Não são reivindicações novas. Ou ele mentiu quando disse que ia atender, prometendo para ganhar votos, ou ele está descumprindo agora. Ele precisa escolher: não cumpre compromissos ou é incompetente, porque não sabia o que assinava. Com os PMs a mesma coisa. Temos uma greve de professores e um estado de quase greve da Polícia Militar. Tudo isso faz com que estejamos aqui preocupados. Só queria não aceitar a ideia da pergunta se ainda temos condições de reverter tudo isso. Eu também me faço essa pergunta, mas não quero mantê-la. Acho que a gente não deve deixar essa ideia de que não temos condições de revertê-la. O Distrito Federal tem. Pode ser que o Governo atual não tenha, mas o Governo atual vai passar, como os outros. Nós temos que trabalhar para que o próximo, se é que o povo ainda vai acreditar em algum, não seja como os anteriores e muito menos como o que está aí, que prometeu e não cumpriu, que prometeu um caminho novo e está num caminho velho, esburacado, com o seu Governo emperrado, destruindo Brasília. O Senador Aloysio falou que houve um assassinato na quadra onde ele mora. Este último fim de semana foi na minha, Senador, numa entrequadra ao lado de onde moro, em que um senhor jovem, trinta e poucos anos, foi assassinado por bandidos que passaram ali e, fugindo, deram um tiro nele. Ele nada tinha a ver

com nada, com nada, com nada! Ao lado do seu filhinho, de quatro ou cinco meses, e da sua esposa, ele foi assassinado. Esse é um quadro que não é o que esperávamos que fosse acontecer. Para concluir, estou de acordo: o mais grave é que a gente não vê o Governador se mobilizando. Eu soube que ele passou o fim de semana longo da Semana Santa fora do Brasil. O que a gente vê é que não convida as lideranças da cidade para discutir um plano de salvação da cidade. Nós vamos ter de ter um plano para salvar esta cidade. Talvez o seu discurso seja um dos pontos iniciais para levarmos isso adiante.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Apenas para completar: o Senador Cristovam se refere a um funcionário de carreira do Banco Central do Brasil, assassinado friamente, na sexta-feira, na Asa Norte. Ele tinha 31 anos e completaria 32 no domingo. Ele era pernambucano. Foi enterrado, com a tristeza da família, em Pernambuco, no próprio domingo. Apenas para complementar a informação do Senador Cristovam a respeito dessa trágica morte. O Presidente Alexandre Tombini enviou, de próprio punho, uma mensagem à família da vítima.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Cristovam. Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

O que me move é um profundo sentimento de amor por esta cidade.

O Sr. Anibal Diniz (Bloco/PT – AC) – Senador Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senador Anibal.

O Sr. Anibal Diniz (Bloco/PT – AC) – Estou ouvindo, com bastante atenção, o pronunciamento de V. Ex^a. Quando aborda a questão da violência aqui, em Brasília, realmente, isso é algo que assusta a todos e causa certa perplexidade, por se tratar da capital de todos os brasileiros, onde está a concentração do Governo Federal e do Governo do Distrito Federal. Então, temos duas capitais numa capital: a capital da República e a capital do Distrito Federal. Compreendo que o pronunciamento que V. Ex^a faz nesta tarde merece uma atenção especial do GDF e, ao mesmo tempo, também cabe uma reflexão aqui entre nós, porque, onde as lideranças não se entendem, o risco de haver um desgoverno é muito grande. Eu estou ouvindo de V. Ex^a e também do Senador Cristovam Buarque que não há uma conversa, um entendimento entre a equipe do Governo do Distrito Federal, os Senadores e a bancada federal. Isso eu acho bastante preocupante, porque acredito que tem de haver uma ação também

da parte da Bancada Federal do Distrito Federal no sentido de chegar a esse entendimento, porque, se não, parece que a responsabilidade está concentrada. Sei que o Governador Agnelo é um Governador do meu Partido, do Partido dos Trabalhadores, e a temos procurado sempre externar solidariedade no sentido de transferência de experiência, seja na área de segurança, seja na área da educação, onde...

(Interrupção do som.)

O Sr. Anibal Diniz (Bloco/PT – AC) – ...conseguimos avanços significativos no Governo do Acre. E fazemos questão, na medida do possível, de partilhar essas experiências. Uma das coisas que mais me assustam quando se trata de um governo que foi instituído com o objetivo de promover mudança é que as lideranças signatárias do mesmo projeto começam a falar outra linguagem. Acho que aí temos um ponto extremamente preocupante, porque, querendo ou não, vocês pediram votos para o Governador Agnelo e o Governador Agnelo pediu votos para vocês. Então, foi uma junção de esforços que resultou na constituição das lideranças do Governo do Distrito Federal. Acredito que é chegado o momento de juntar esforços e buscar o entendimento para fazer a coisa avançar, porque, realmente, não podemos simplesmente assistir a que as coisas estejam acontecendo nesses termos e não haja uma tomada de posição. V. Ex^a dá o primeiro passo ao fazer este pronunciamento, e imagino que o passo seguinte seja a busca de entendimento para que alguma coisa seja feita também da parte do Governo do Distrito Federal.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senador Anibal, V. Ex^a sabe o respeito que tenho por V. Ex^a. Quero registrar que sempre estarei aberto ao diálogo em benefício do Distrito Federal. Registrei aqui que, por várias vezes, coloquei-me à disposição. Talvez, agora, da tribuna do Senado, eu seja ouvido.

Quero registrar que o que me move é um profundo sentimento de amor por esta cidade. Tudo que eu tenho na minha vida, que eu construí na minha vida eu devo a Brasília, e jamais me recusarei a ajudar a cidade.

Também quero registrar que amigo é aquele que fala a verdade. Estou aqui como representante da população do Distrito Federal, expressando o sentimento da população do Distrito Federal, que hoje é um misto de indignação, de vergonha, de tristeza com tudo que vem acontecendo com o Distrito Federal.

(Interrupção do som.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Apenas para concluir, Sr^a Presidente.

Quero registrar, de público, que, mais uma vez, na condição de coordenador da Bancada do Distrito

Federal, coloco a Bancada do Distrito Federal completamente à disposição do Governador, para intermediar, junto aos movimentos sociais, alternativas para esta crise.

É importante que o PT nacional comprehenda a importância que tem o Distrito Federal, para que possa auxiliá-lo. O Governo está precisando de ajuda. Brasília está precisando da ajuda de todos, de todos os que queiram ajudar nossa cidade a sair desta crise profunda.

Quero registrar, finalmente, Senador Cristovam, que tenho fé. Eu tenho fé em que o Distrito Federal vai conseguir superar todo esse momento de dificuldade. O Distrito Federal já superou tanta coisa e nós, Distrito Federal, Brasília, somos a maior demonstração da capacidade de realização do povo brasileiro, que, num determinado momento da história nacional, pôde reunir gente como Juscelino Kubitschek, como Oscar Niemeyer, como Lúcio Costa, como Israel Pinheiro e como milhares de pioneiros que construíram esta cidade.

Mais do que nunca, precisamos resgatar o sonho dos pioneiros, que construíram Brasília com o sentimento de que estavam construindo um novo Brasil. Esse sentimento precisa ser resgatado.

O meu desabafo na tarde de hoje é com o objetivo de ajudar, mais uma vez, minha cidade a sair deste momento de imensa dificuldade que está vivendo com essa apatia geral que tomou conta do Governo do Distrito Federal.

Muito obrigado, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Rodrigo Rollemberg, como moro aqui há 34 anos e como cidadã brasiliense que me considero, fico apreensiva com as declarações de V. Exª em todos os campos, especialmente na área de segurança e, de certa forma, do descuido que a nossa bela Capital está recebendo no cuidado urbanístico da cidade.

Então, compartilho com V. Exª das preocupações, tanto quanto com as do Senador Cristovam Buarque, que está inscrito para uma comunicação inadiável e a quem eu convidou para fazer uso da tribuna.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu quero falar, Senador Ana Amélia, sobre dois assuntos que aconteceram num período de, no máximo, uma semana e que devem ser suficientes para abrir muito os nossos olhos.

Por um lado, a Câmara dos Deputados autorizou a venda de bebidas em estádios de futebol, venda de cerveja durante os jogos da Copa. Essa decisão, que ainda vai passar por aqui, é muito grave, Senador Aloysio, por um lado, porque vai permitir algo que a gente

estava conseguindo impedir, que é a venda de bebidas alcoólicas durante um evento chamado jogo de futebol, que, em muitos lugares, inclusive no Brasil, tem sido um espaço de violência. E a violência, a gente sabe, é muito incentivada pelo consumo de álcool por uma quantidade grande de pessoas. Além disso, significa uma submissão muito grande à Fifa, à federação internacional de futebol que faz com que a gente mude a lei que prevalece aqui já há algum tempo para servir a um evento futebolístico.

Creio que o Aloysio – permita-me chamá-lo assim, porque a gente se conhece há tantas décadas – se lembra quando a gente dizia: “Basta de intermediário. Lincoln Gordon para presidente!”. Eu acho que a única coisa que mudou agora é que, em vez de Lincoln Gordon, a gente deve dizer “Joseph Blatter para presidente”. Basta de intermediário! É isto o que está acontecendo: uma submissão a algo negativo. Se fosse positivo vender bebida, a gente deveria autorizar para sempre. E não só nesse interregno, nesse período espremido da Copa do Mundo.

Outra coisa que me preocupa muito, Senador, é a decisão no STJ de que o estupro de menores, as chamadas prostitutas infantis e menores de idade, não seja considerado estupro. Isso é de uma gravidade muito forte! Primeiro, se foi uma interpretação do juiz ao fazer isso, é grave. Mas se não foi uma interpretação pessoal, é mais grave ainda, porque, se ele não errou, é a lei que diz isso. Eu não vou emitir juízos de valores se ele acertou ou se ele errou. O que eu quero dizer é que, se ele errou, é grave. Mas, se ele acertou, é mais grave ainda!

Isso vem, Senadora Ana Amélia, também nesse período de preparação da Copa do Mundo. Não que tenha a ver uma coisa com a outra, do ponto de vista da decisão do juiz. Nada a ver. Não é como a venda de cervejas, que foi uma decisão imposta. Não. Essa não foi, mas juntam-se, e a mensagem que se passa ao mundo é de que aqui se pode beber em estádio de futebol e que temos meninas prostitutas. Temos. Não precisava nem dizer se era ou não estupro. É um recado de que existe isso e de que os que vierem aqui não serão considerados estupradores. É como se a gente tivesse Copa, copo e corpo. Nós vamos ter a Copa, nós vamos ter o copo, e também aqueles que chegarem aqui vão poder usar os corpos das nossas meninas, se quiserem pagar por isso, porque pagando não é estupro.

Essa é uma situação que nos deve envergonhar profundamente, Senador Diniz. Nós temos de nos preocupar que este é o recado que estamos passando ao mundo. “Venham para cá que vão beber”. “Venham para cá que aqui existe essa coisa absurda, duas palavras

que nunca deveriam vir juntas: prostituição e menor". Nós passamos o recado de que existe e que não é estupro. E isso sendo comemorado como o maior evento da face da Terra, que é a chamada Copa do Mundo.

Eu creio que é difícil a gente saber exatamente o que fazer neste momento no que se refere a esse clima que está sendo criado – de uma Copa com copo e com corpo –, mas a gente tem que, pelo menos, manifestar a preocupação da gente. Eu vou tentar aqui no meu voto. Não serei favorável à venda de cerveja no estádio. E, se fôssemos a favor, então era para sempre e não só durante o período de um joguinho de uma Copa ou de um evento internacional.

Segundo, é preciso que a gente trabalhe melhor as leis para que não seja possível que um juiz, agindo de uma maneira certa do ponto de vista legal, cometa um erro do ponto de vista moral, que inclusive, talvez, ele não possa evitar por ele próprio, porque ele tem que fazer de acordo com a lei, e não de acordo com o juízo de valor que ele tem. Não estou aqui criticando o juiz, porque, talvez, de fato, pela interpretação que ele faz da lei – e ele é o intérprete da lei; não sou eu –, a lei permitiria essa maneira de ver. Isso é muito grave e exige de nós uma posição clara na hora em que vier aqui a Lei da Copa, tentar trabalhar as leis que protegem as nossas crianças para que coisas como essa não possam acontecer.

Essa é a minha fala, Senadora, mas o Senador Aloysio me pediu um aparte.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP)

– Meu prezado amigo, Senador Cristovam Buarque, a lei brasileira, o Código Penal Brasileiro considera que relação sexual de maior com menor de 14 anos implica em estupro, em violência. Presume-se o uso de violência quando há relação sexual nessa circunstância. A lei não mudou. Essa é a lei em vigor atualmente. Não sei se era na época em que ocorreu o fato que causou esse que está na origem desse julgamento que deixou a todos perplexos. Agora, de qualquer maneira, não se cogita mudar o Código Penal Brasileiro por causa da Copa. O Código Penal está aí. Presume-se o emprego de violência na relação sexual com menor de 14 anos. Agora, em compensação, para efeito da bebida, sim, vai-se mudar uma lei brasileira. Vão-se mudar leis estaduais por causa da Copa do Mundo, por causa da Fifa. V. Ex^a há de lembrar-se de que recentemente houve um episódio na Comissão de Relações Exteriores, que foi objeto de decisão unânime entre nós, da Comissão. A Comissão estava examinando alguns acordos internacionais que haviam sido negociados, firmados pelo Poder Executivo e que ainda não haviam sido homologados pelo Congresso. Eles estavam aqui, sob o exame do Senado. Eram acordos com a Espanha, com

a Guiana, com a Arábia Saudita – e há mais alguns com a República Dominicana. São acordos que tratam de intercâmbio entre os nossos países sobre informações sigilosas. Acontece que, entre a negociação do acordo, a sua assinatura pelo Presidente da República e o exame por nossa Comissão, mudou a lei brasileira, a que disciplina a classificação dos documentos sigilosos. O que fez a nossa Comissão? Recomendou ao Itamaraty, à Presidência da República que, diante da mudança da lei brasileira, era necessário renegociar os acordos firmados anteriormente à sua vigência. Isso foi feito, inclusive, com o assentimento, com a concordância de ponto de vista do próprio Ministério das Relações Exteriores. Então, nós vamos mudar os acordos já firmados com a Espanha, com a Arábia Saudita, com a Guiana – e também futuramente com a República Dominicana –, porque mudou a lei brasileira. No entanto, em relação à Copa do Mundo, à Fifa, muda-se a lei, mas não se muda o acordo com a Fifa. Veja V. Ex^a em que mundo nós vivemos: a Espanha, aos olhos do Governo brasileiro, tem menos importância do que a Fifa. Faço essa observação, apenas para corroborar o ponto de vista, a convicção de V. Ex^a de que nós não devemos mudar a lei brasileira, as leis estaduais e as leis municipais a respeito de consumo de bebida alcoólica. Nós, em São Paulo, temos uma lei estadual que proíbe esse consumo. E eu também, aqui, no Senado, à semelhança de V. Ex^a, apresentarei emendas para que a lei nacional garanta o respeito à competência dos Estados nessa matéria, como, aliás, é da Constituição.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF)

– Eu quero agradecer o aparte e complementar, dizendo o seguinte: a Fifa sabia que aqui era proibido o consumo e aceitou trazer a Copa para o Brasil. Ou a Fifa tem de aceitar isso, ou alguém prometeu à Fifa o que não era possível de acordo com a lei – o que é mais provável. Isso foi uma oferta à Fifa, rompendo-se a lei, sem se consultar o Congresso. E agora manda o fato pronto. E ainda vão dizer que estão gastando R\$50 bilhões e que, por isso, não podemos impor a vontade do povo brasileiro acima da vontade da Fifa.

Essa é uma situação constrangedora. Não podemos continuar de cabeça baixa assistindo a tudo isso. Sem falar que ninguém sabe os resultados que virão da Copa, sem falar que ninguém sabe o quanto vai ser gasto, que ninguém sabe direito como será gasto.

Mas quero, aqui, deixar registrado é a coincidência de que, na mesma semana em que fazemos essa tolerância com dois bandidos que cometem estupros contra duas meninas, nós permitimos a venda de cerveja no mesmo momento em que o Brasil está na

mídia internacional por causa da Copa. Essa é uma coincidência trágica na imagem do País no mundo.

Muito obrigado, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Cumprimento o Senador Cristovam Buarque, porque temos um desafio enorme na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o projeto de lei da Copa, na Comissão de Assuntos Econômicos e na Comissão de Constituição e Justiça, onde faremos as alterações necessárias para ajustá-lo à nossa realidade. Obrigada, Senador Cristovam.

Houve permuta entre o Senador Paim, que é o próximo inscrito, e o Senador José Pimentel. Em seguida, está inscrito o Senador Alvaro Dias, também por permuta.

Tem a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta desta sessão, Senadora Ana Amélia, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, esta semana, o Senado Federal, especialmente a Comissão de Constituição e Justiça, deverá enfrentar um debate que já vem sendo feito nesta Casa há certo tempo, que diz respeito a três temas.

Um deles é a chamada guerra dos portos, ou seja, a unificação da tarifa para as importações. Hoje, se praticam impostos diferenciados, e alguns Estados, particularmente Espírito Santo e Santa Catarina, resolveram, ao longo dos últimos anos, fazer uma política para atrair mais importadores a seus portos, e isso trouxe um grave problema para a indústria de transformação brasileira.

Um segundo tema diz respeito ao endividamento dos Estados-membros. A partir da grande negociação das dívidas estaduais feita no final dos anos 90, particularmente a partir de 1996, os indexadores e atualizadores daqueles fatores das dívidas têm sido muito desvantajosos para os Estados-membros.

Um terceiro tema diz respeito ao comércio eletrônico. Esse debate já está presente no Senado Federal e no Congresso Nacional há certo tempo, e ultimamente nós tivemos avanços significativos.

No caso concreto da chamada guerra dos portos, nós tivemos um conjunto de audiências públicas envolvendo os governadores, aqueles que eram favoráveis, representantes de Estados que eventualmente praticam essa forma de incentivo à importação, tivemos a presença de amplos setores do empresariado brasileiro e também dos setores representativos dos trabalhadores. Ao término desse debate, tivemos um conjunto de diálogos com o Ministério da Fazenda envolvendo a Casa Civil, o Governo Federal, e chegamos a um desenho que pode não obter a unanimidade, mas

acredito que obterá a ampla maioria da votação dos Senadores e das Senadoras aqui no Congresso Nacional, particularmente no Senado Federal.

Esse desenho parte do princípio de que o ICMS referente à importação, que hoje é de 12%, será fixado em 4% para todos os Estados-membros da Federação. Com isso, os Estados que praticavam o chamado incentivo à importação, conhecido como guerra fiscal, que davam um incentivo de aproximadamente 8% para os empresários importadores daqueles Estados para incentivá-los a importar por seus portos, deixarão de ter esse crédito, ou seja, esse bônus. Ao mesmo tempo, nós passaremos, com esse mecanismo, a assegurar basicamente a mesma receita que os Municípios daqueles Estados recebem hoje, que é, em média, 2,5% do ICMS de importação. Mantém-se esse mesmo percentual. Os Estados-membros – é o caso concreto do Espírito Santo – que ficam com 1,5%, mantêm também seu 1,5%, totalizando os 4%, e a diferença de 8 pontos percentuais, que hoje é transferida para alguns empreendedores importadores, deixa de existir. Com esse mecanismo, nós queremos incentivar a indústria nacional.

Nos últimos dez anos, os dados fornecidos pelas entidades representativas da indústria de transformação deixam claro para todos nós que perdemos em torno de 900 mil empregos formais, resultado dessa política de incentivo à importação que traz graves problemas para a nossa indústria e, ao mesmo tempo, premia aqueles que produzem lá fora, gera empregos nos outros países e absorve grande parte do nosso mercado nacional.

E toda a Nação, todo o povo brasileiro, as entidades da sociedade civil, os governos municipais, estaduais e federais e o nosso Congresso Nacional têm feito um conjunto de ações no sentido de fortalecer o mercado nacional, de proteger a nossa economia e, principalmente, fortalecer a nossa indústria.

Essa é uma ação que vem somar a esse conjunto de medidas que o Governo brasileiro, particularmente a Presidenta Dilma, e o Governo Federal vêm tomando para fortalecer esse segmento.

Ao mesmo tempo em que estamos tomando essa medida para diminuir a chamada guerra dos portos, também o Governo Federal está pactuando um conjunto de ações com os Governos do Espírito Santo e de Santa Catarina, por meio de sistema de investimentos, de antecipação de créditos tributários, em especial dos *royalties* do petróleo, como forma de evitar um prejuízo temporal ou momentâneo para esses dois Estados em particular.

E a esse processo também soma um conjunto de ações que beneficiará os 26 Estados da Federação e

o Distrito Federal, que fizeram uma renegociação das suas dívidas públicas nos anos de 1996, 1997 e 1998.

Esse montante da dívida pública, negociada no final dos anos 1990, somou R\$93.240 bilhões. Na época, essas dívidas foram renegociadas, tendo como fator de atualização o Índice Geral de Preço, acrescidas de juros que vão de 6% a 9%.

É bom lembrar que, nesta época, a Dívida Pública da União também tinha o mesmo indexador. Com a evolução da nossa economia, uma melhoria das condições do Estado nacional, com o resgate de um conjunto de dívidas públicas, particularmente externas, junto ao Fundo Monetário Internacional, junto aos credores externos, e também com o resgate de boa parcela dessa dívida, com o alongamento do seu perfil, nós conseguimos trazer esse fator de atualização da dívida pública federal para a chamada taxa Selic, que, lá, no final dos anos 1990, estava na casa de 40% ao ano. E, hoje, neste 2012, está em 9,75%, com viés de baixa.

Exatamente por isso, desde 2008, vários governadores têm pautado esse tema da necessidade de alterar os indexadores da dívida pública dos seus Estados como forma de reduzir o comprometimento das suas receitas estaduais. O que eles sempre nos propuseram foi exatamente a necessidade de nós mudarmos esse indexador também para a taxa Selic.

Aqui, no Senado Federal, foi apresentado o Projeto de Lei nº 334, de 2011, de autoria do nosso Senador Eduardo Braga, hoje Líder do Governo no Senado Federal, que tem trazido este debate sempre presente em nossa agenda.

Aqui ele propõe que esses indexadores sejam alterados e, nas tratativas que estamos fazendo com o pacto federativo para resolver a questão da guerra dos portos, este tema também veio à discussão e tem uma sinalização muito forte por parte do Governo Federal de também avançar nesse sentido, para que nós possamos trazer um indexador mais justo para a dívida dos Estados-membros, tendo em vista que o Governo Federal já conseguiu reduzir significativamente a taxa Selic.

É bom registrar que o terceiro tema objeto de debate entre os Estados-membros diz respeito, Srª Presidente, à questão do comércio eletrônico. Este é um tema que, na Constituinte de 1988, não era ainda tão forte na nossa economia e exatamente por isso, ao regulamentar o art. 155 da Constituição Federal, não tratamos desta matéria.

Em seguida, na década de 90, com os novos meios de comunicação, com os novos critérios do comércio eletrônico nacional e internacional, ele tem tido uma presença muito forte na nossa economia,

trazendo certo desequilíbrio entre os Estados onde essas empresas que praticam o comércio eletrônico estão sediadas com os Estados onde o consumidor tem sua residência.

Exatamente por isso, esse debate tem sido objeto de alguns acordos no Confaz, Conselho Fazendário Estadual, mas não temos previsão constitucional, o que tem resultado numa demanda crescente de ações judiciais. Tivemos, nos últimos anos, a apresentação de três propostas de emendas constitucionais tramitando na Casa: a de nº 56, a de nº 103 e a de nº 113, todas de 2011, que regulamentam este tema e trazem para o corpo da Constituição esta matéria, que até então é objeto de divergência por parte de alguns tribunais e traz muita preocupação aos nossos Governadores.

Concedo a palavra ao nosso ex-Governador e Senador Wellington Dias, convededor profundo desta matéria.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Senador Pimentel, primeiro, louvo a pauta que é colocada neste instante. Vi a posição – creio que em nome da Presidenta Dilma e, agora também, de V. Exª, como Líder do Governo no Congresso – da Ministra Ide-lli, colocando a importância de, dentro dos temas da pauta federativa, trabalharmos o chamado ICMS no destino, a Resolução nº 72, que trata da importação. Creio que aí nós temos condições de não só resolver um problema que aflige a relação dos Estados que criam conflitos, mas também de permitir o crescimento econômico. Acho que há, dentro desse eixo do Brasil Maior, a importância de se trabalhar um olhar para a estimulação e a implantação de empresas que tenham maior segurança. Hoje há uma insegurança. A guerra entre os Estados cria uma guerra jurídica além de uma insegurança muito grande. O outro é esse do comércio eletrônico. Realmente, é uma matéria que precisa, há muito, de uma regulamentação; ela vem causando grandes prejuízos aos Estados, ela desmantela as empresas estabilizadas, permanentes. Ou seja, há uma base de ficção instalada em um determinado ponto do País que dali vende e, do outro lado, há em outros países. Muitas vezes, por falta dessa regra, há empresas nacionais ou empresas, mesmo com capital estrangeiro, mas implantadas aqui no País, que estão tendo sérios prejuízos. No meu Estado, o Estado do Piauí, creio que também no Estado de V. Exª, o Ceará, nós temos já contabilizado um prejuízo enorme calculado, e que cresce ano a ano. Um dia desses, esse comércio era uma coisa muito pequena no País, que cresce, praticamente dobra a cada ano e causa grandes prejuízos. Mas queria aqui também fazer um apelo, para que a gente incluisse nessa pauta, até porque já há um debate bem amadurecido em relação à

votação da regulamentação dos *royalties* e participação especial, que está na Câmara. Acho que é uma necessidade a regra do Fundo de Participação, até por conta da decisão do Supremo. Eu creio que nós precisamos pautar. E não há nenhuma Casa que tem mais responsabilidade sobre este tema que o Senado Federal. Nós também temos aí um amadurecimento muito grande para trabalhar este tema. E queria aproveitar para dizer que, dentro dessa política do Brasil Maior – e aí eu falo aqui olhando para V. Ex^a como norte-destino também –, nós precisamos ter uma vertente de estímulo a investimentos em áreas pouco desenvolvidas. Eu não estou falando apenas de Norte e Nordeste. É qualquer região do País; seja do Rio Grande do Sul, seja do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul; seja de um Estado do Nordeste, do Norte. Ali onde houver um baixo Índice de Desenvolvimento Humano, onde houver uma economia muito fragilizada, uma renda *per capita* muito baixa, é preciso haver um diferencial, um diferencial na relação da tributação, um diferencial também em relação aos financiamentos. Eu acho que é esse somatório de coisas que V. Ex^a traz, mas com uma vertente centrada para o desenvolvimento. Senão o desenvolvimento vai acontecer, mas acontecer nas regiões já bastante desenvolvidas. E acho que esse não é o caminho que nós traçamos para um País como o Brasil. Então eu queria parabenizar V. Ex^a, que está sempre atento aos grandes temas, e dizer que estamos aqui para contribuir nessa direção. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Senador Wellington Dias, a Medida Provisória nº 563, que trata do Plano Brasil Maior 2, editada na semana passada, tem uma série de artigos voltados para essa preocupação. Trata do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste e do Fundo de Desenvolvimento do Norte, o FDA e o FDNE, que são os sucessores do Finor e do Finam, dos anos 70, 80 e 90, e ali traz todo um critério diferenciado; também autoriza os outros bancos públicos federais a atuarem com esses fundos como forma de dinamizar e dar mais capilaridade, tanto à região Norte quanto à região Nordeste. E V. Ex^a tem toda a razão quando chama a atenção para a necessidade de nós termos taxas de juros diferenciadas, garantias diferenciadas para aquelas regiões menos dinâmicas na nossa economia.

É bom lembrar que essas regiões menos dinâmicas hoje estão presentes em várias outras regiões do Brasil. Eu estive há pouco tempo acompanhando uma discussão sobre o Rio Grande do Sul, e a nossa Senadora Ana Amélia nos chamava a atenção para o fato de que ali nós temos regiões tão necessitadas como temos nas regiões Norte e Nordeste. Acompanhava uma discussão também sobre o Estado de São Paulo,

Vale do Ribeira, e ali todos chamavam a atenção para a necessidade de termos políticas voltadas para essas macrorregiões diferenciadas, para que elas pudessem se integrar e se desenvolver mais.

Acredito que nós temos um espaço nesta Medida Provisória 563, que trata do Plano Brasil Maior 2, para fazermos esses ajustes.

A nossa Senadora Ana Amélia, por exemplo, propôs que, na Comissão de Assuntos Econômicos, fizéssemos um ciclo de debates para poder enfrentar essa diferença e, a partir daí, propor um conjunto de medidas que envolvesse a economia local, a economia regional, o tratamento diferenciado, para que o Brasil pegasse essas regiões menos dinâmicas e desse a elas o tratamento necessário.

Portanto, nossa Presidenta Ana Amélia, somando com a preocupação do nosso Senador Wellington Dias, acredito que está chegando também a hora de enfrentarmos esse debate.

Mas, neste mês de abril, queríamos centrar nossos esforços em três grandes temas.

O primeiro tema refere-se à questão da chamada guerra dos portos, que está madura. Acredito que já chegamos a um processo, no qual não vamos ter a unanimidade, mas que dá para atender grande parte das preocupações daqueles Estados.

O segundo tema refere-se ao comércio eletrônico. O que estamos fazendo? Introduzindo, no art. 155 da Constituição Federal, a previsão tributária e, em seguida, por meio de uma resolução, querendo regulamentar essa matéria. Já há uma discussão muito adiantada entre os Estados por meio do Confaz, em que a empresa do comércio eletrônico, que tem a sua sede, ficaria com 60% do ICMS, e o consumidor, que tem a sua residência, ficaria com 40% do ICMS cobrado. Já há alguns Estados que fizeram esse acordo entre eles, e agora queremos dar cobertura constitucional para superar esse impasse.

E o terceiro tema é exatamente a questão do endividamento público dos nossos Estados-membros, em que fizeram esse conjunto de negociações no final dos anos 90. À época, foi um excelente entendimento do pacto federativo para enfrentar esse desequilíbrio e endividamento que tínhamos, mas hoje aqueles indexadores já são injustos. Exatamente por isso, há esse Projeto de Lei nº 334, de 2011, que altera a Lei nº 9.496, que trata dessa matéria. Não precisa mexer na Lei de Responsabilidade Fiscal, que era a grande preocupação do Executivo. E encontramos uma saída jurídica que nos permite atender às demandas dos Estados, alterando o seu indexador da dívida, sem mexer no seu comprometimento e no seu parcelamento.

Portanto, Sr^a Presidenta, acredito que, nesta semana, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal deverá adiantar bastante esse tema, e esperamos que, durante todo o mês de abril, possamos concluir esse debate.

Quero, Sr^a Presidenta, dar como lido o restante do nosso pronunciamento, para que possamos respeitar o prazo aqui previsto.

Muito obrigado, Sr^a Presidenta.

SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR JOSÉ PIMENTEL.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^ss Senadoras e Srs. Senadores, a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa deve se pronunciar nesta quarta-feira sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 72.

Ao longo dos últimos dias nós, parlamentares, governos estaduais e Governo Federal, estamos construindo um entendimento que possibilite a votação dessa Resolução sem prejuízos para qualquer Estado brasileiro.

O projeto contribui para o fortalecimento da indústria nacional e se alinha às medidas que estimulam o desenvolvimento e seus efeitos na geração de emprego e renda no país.

A proposta, de autoria do senador Romero Jucá, unifica em 4% a alíquota de cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, o ICMS, nas operações interestaduais realizadas com produtos importados.

Ao longo das últimas semanas, o Senado Federal realizou audiências públicas sobre a Resolução 72, com a participação do Ministério da Fazenda, de empresários, de entidades de trabalhadores e de governos estaduais.

É importante destacar a necessidade de aumentar a competitividade dos estados brasileiros, incentivando o desenvolvimento regional. No entanto, será impossível alcançar um bom resultado, diante do favorecimento dos produtos importados, em relação aos produtos nacionais.

Sr. Presidente, a aprovação da Resolução 72 é uma grande necessidade em função do momento econômico mundial.

Entendemos que os incentivos fiscais estaduais são válidos, mas devem ser neutros para o país, isto é, não podem provocar mais desigualdade entre unidades da Federação.

Os incentivos à importação agravam de forma pontual a competitividade dos produtos nacionais em pleno território brasileiro, o que no atual contexto econômico, é muito prejudicial à nossa indústria.

A expansão da chamada “guerra dos portos” traz prejuízos e incertezas jurídicas para os governos estaduais e para as indústrias brasileiras. Essa questão precisa ser equacionada rapidamente para fortalecer a competitividade industrial brasileira.

Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, eu sei que qualquer mudança no ICMS diz respeito ao pacto federativo e deve ser bem discutida. Por isso, no esteio desse debate da Resolução 72, considero oportuno avançarmos em outras duas questões que também se relacionam diretamente com o Pacto Federativo. Refiro-me à mudança do indexador das dívidas dos estados e da nova legislação que regulamenta a tributação do comércio eletrônico.

Em relação à dívida dos estados com a União, é importante lembrar que quando as atuais regras foram pactuadas, vivíamos outra realidade em nosso País. Os altos índices inflacionários e a elevada taxa selic tornavam o ambiente instável. Hoje, a permanência dessa sistemática compromete as finanças públicas estaduais, exigindo atenção maior de nossa parte. Queremos ajudar as unidades da federação a se planejarem melhor, diante da atual estabilidade econômica e do avanço social alcançado pelo país. Avanços que exigem cada vez mais políticas públicas essenciais para o desenvolvimento equilibrado e justo de todo o país, suas regiões, estados e municípios.

Acredito, Sr. Presidente, que uma mudança do índice atual (IGP-DI + Juros) para um índice igual a taxa Selic, principalmente com a sua tendência de queda, será benéfica para todos. Por isso, convido os meus pares ao debate na Comissão de Assuntos Econômicos, onde se encontra o Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2011, de autoria do Senador Eduardo Braga.

Destaco ainda, senhoras e senhores senadores, a importância de discutirmos a cobrança do ICMS sobre o comércio eletrônico.

Entendo que essa é outra legislação importante para o fortalecimento do Pacto Federativo e que exige a nossa atenção para que seja discutida e aprovada nesta Casa.

A atividade de comércio eletrônico vem crescendo em nosso País e o sistema atual de tributação, com a cobrança acontecendo exclusivamente na origem da operação, acaba prejudicando os demais estados brasileiros.

Por isso, espero que a nossa CCJ possa analisar conjuntamente as três propostas que tratam do comércio eletrônico: a PEC 56/2011, de autoria do senador Luiz Henrique, a PEC 103/2011, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, e a PEC 113/ 2011, de autoria do senador Lobão Filho.

Acredito, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que estaremos, com esses debates e decisões, contribuindo para o fortalecimento do nosso Pacto Federativo e colaborando para a redução dos desequilíbrios regionais e interestaduais.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Caro Senador José Pimentel, sua solicitação será atendida na forma regimental. E eu, como V. Ex^a, também acredito que um bom entendimento é melhor do que uma confrontação numa matéria tão relevante para os Estados exportadores e para aqueles que adotaram essa regulamentação especial do incentivo no caso da importação. Então, o entendimento é o melhor caminho.

Cumprimentos pela sua posição na tribuna.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Encontra-se sobre a mesa ofício do Procurador-Geral da República de nº 367, datado de 3 de abril, encaminhando ao Presidente do Senado, Senador José Sarney.

Vou ler, na íntegra, o Ofício do Procurador-Geral da República Roberto Gurgel dos Santos:

Sr. Presidente, em atenção à solicitação contida no Ofício nº 389, de 2012, de 26 de março último, informo a V. Ex^a que requeri ao Supremo Tribunal Federal, no autos do Inquérito nº 3.430, o compartilhamento com o Senado Federal dos dados sigilosos apurados com relação às autoridades com prerrogativa de foro na investigação identificada pelo nome Operação Montecarlo, sendo indeferido o pedido pelo eminentíssimo Relator Ministro Ricardo Lewandowski.

É o seguinte o ofício na íntegra:

Ofício PGR/GAB/nº 367

Brasília, 3 de abril de 2012

Senhor Presidente,

Em atenção à solicitação contida no Ofício nº SR 389/2012, de 26 de março último, informo a Vossa Excelência que requeri ao Supremo Tribunal Federal, nos autos do Inquérito nº 3.430, o compartilhamento com o Senado Federal dos dados sigilosos apurados com relação às autoridades com prerrogativa de foro na investigação identificada pelo nome “Operação Monte Carlo”, sendo indeferido o pedido pelo iminente Relator, Ministro Roberto Monteiro Gurgel dos Santos.

Atenciosamente, – **Roberto Monteiro Gurgel dos Santos**, Procurador-Geral da República.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O ofício lido vai à publicação.

O ofício a que se refere o Procurador-Geral da República foi o ofício encaminhado a pedido dos Senadores Randolfe Rodrigues, Líder do PSOL, e Pedro Taques, do PDT do Mato Grosso, em que solicitam, através do Presidente do Senado, que encaminhasse à Procuradoria Geral da República informações e documentos que dão conta do envolvimento de Parlamentares nas ações investigadas pela Operação Montecarlo da Polícia Federal e, de posse desses documentos, tomar providência no curto prazo que o caso requer.

Então, estou explicando os termos do ofício do Presidente José Sarney encaminhado ao Procurador-Geral da República, bem como a resposta encaminhada pelo Procurador ao Presidente, que esta Mesa dá conhecimento aos Srs. e Sras. Senadores.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu queria acrescentar também que o Presidente José Sarney já encaminhou cópia do referido ofício do Procurador-Geral da República aos dois Senadores requerentes, tanto ao Senador Pedro Taques quanto ao Senador Randolfe Rodrigues.

Pela ordem, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Srs. Senadores, este ofício foi endereçado ao Presidente Sarney no dia 20 de março. Requeremos ao Presidente Sarney que solicitasse ao Procurador-Geral da República informações sobre esse famoso caso Cachoeira.

Agora, S. Ex^a, o Procurador-Geral da República, dá conta de que esses documentos não podem vir ao Senado, uma vez que estariam acobertados pelo sigilo bancário, quem sabe até sigilo fiscal.

A Corregedoria do Senado não tem atribuição constitucional para afastar o sigilo bancário fiscal; o Conselho de Ética do Senado não tem atribuição constitucional também para afastar o sigilo bancário fiscal.

A meu juízo, sobra o art. 58, § 3º, da Constituição, que trata de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, porque esta Casa, Sr^a Presidente, não pode quedar-se silente diante desses fatos, que são gravíssimos. Se os documentos que fundamentam essa chamada investigação são apenas aqueles acobertados pelo sigilo bancário, cabe a uma Comissão Parlamentar de Inquérito simples, ou seja, só desta Casa, ou mista, conjuntamente com os Deputados Federais, para que nós possamos analisar essa situação, que reputo mais uma vez, aqui, grave.

O Senado da República não terá moral; nenhum Senador nesta Casa terá moral para solicitar que um cidadão venha aqui prestar depoimento se nós não

investigarmos essa situação. Cada Senador aqui é responsável. Os 81 Senadores são responsáveis pelo bom nome do Senado da República, porque o todo é bem maior que a parte; o todo é mais importante do que cada Senador da República que aqui se encontra. A Comissão Parlamentar de Inquérito – penso –, uma CPI, seja o melhor caminho neste caso. Porque o que está em jogo não é o nome do Senador “a”, “b” ou “c”, que é uma parte, porque nós, individualmente, somos insignificantes diante da história do Senado da República.

Assim, esse documento revela a necessidade de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar esse fato em toda a sua inteireza. Porque, ao que consta, aqui não estamos diante de uma investigação apenas em relação a um partido, o caso aqui é quase pluripartidário; representantes de vários partidos, do PSDB, lá na Câmara dos Deputados, do PT, na Câmara dos Deputados e, quem sabe, do PP também, lá na Câmara dos Deputados, é uma investigação pluripartidária.

Nós precisamos dar não uma resposta ao cidadão apenas, mas uma resposta a cada um de nós que aparteamos o Senador Demóstenes, no dia 6 de março, no momento em que ele ali esteve.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pois não, Senador.

Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Primeiramente, para lamentar essa decisão. Imagino que o Senado Federal deveria ter essa prerrogativa, já que a sua imagem está sendo, de certa forma, mais uma vez, achincalhada diante da opinião pública brasileira, e que há vazamentos seletivos, que pressupõem orientação política determinada para proteger determinadas figuras da República. É possível execrar alguns, mas é necessários proteger outros. Estamos autorizados a concluir dessa forma.

Por essa razão, Sr^a Presidente, o nosso apoio imediato e pronto à sugestão do Senador Pedro Taques. Não temos por que temer a instalação de uma CPI. O Governo é que teme sempre, que não possibilita nunca, que nega como rotina. Os escândalos são inúmeros, bilhões são desviados dos cofres públicos, e não se instala CPI nesta Casa.

Tenho convicção plena, Sr^a Presidente, que a ambição de Cachoeira não se limita ao Estado de Goiás. Se ele colocou um pé nos Estados Unidos, imaginem em Brasília.

Por que vazamentos seletivos? Qual a razão de se fechar em sete copas, manter uma caixa-preta que não se abre? Estariam protegendo quem? Quais são as pessoas que não podem ser expostas nesse escândalo de Carlinhos Cachoeira?

Então, que se instale nesta Casa a CPI proposta pelo Senador Pedro Taques.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Alvaro Dias, Senador Pedro Taques, não fala aqui a Presidente desta sessão, que estaria representando a instituição, que é coletiva, e não compete neste caso a manifestação. Faço a manifestação como Senadora do PP do Rio Grande do Sul, individualmente, apoiando e assinando a solicitação de V. Ex^a de uma CPI, que será o único caminho para obter as informações junto ao Supremo Tribunal Federal, já que nem a Corregedoria nem o Conselho de Ética têm prerrogativa ou competência, conforme disse o Procurador, para receber tais informações.

Então, por favor, conte com a assinatura da Senadora Ana Amélia, não da Presidente desta sessão neste momento.

Como orador inscrito, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Ana Amélia, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, pretendo abordar o tema já explorado por V. Ex^a, Presidente: o julgamento do mensalão e a entrevista alentadora do Ministro Carlos Ayres Britto a respeito desse julgamento.

Antes, porém, quero fazer dois registros.

Não pretendo voltar às denúncias de negociatas que voaram nas asas da Gol; não pretendo voltar ao noticiário policial que envolveu essa companhia aérea não há muito tempo; mas acho que tenho o dever, como representante do meu Estado e do povo do Brasil, modestamente, de chamar a atenção da Anac para o que vem ocorrendo.

A Gol é uma empresa desonesta com seus clientes, com seus usuários, mente descaradamente para enganá-los, trata-os mal, sem profissionalismo.

Ontem, fiquei, por algum tempo, ouvindo reclamações no Aeroporto Afonso Pena, lá em Curitiba, no Município de São José dos Pinhais. Reclamações as mais diversas, de descaso, de maus-tratos, de mentira, de desapreço pelas pessoas. O que faz a Anac? O Governo privatiza aeroportos, e privatiza na escuridão, sem transparência, com uma agilidade incomum para um governo lento e paralisado; privatiza os grandes aeroportos, privatiza em termos, porque o dinheiro público pagará a transferência desses aeroportos a empresas privadas.

Mas e as companhias aéreas? Estou-me referindo, especificamente, à Gol. Estou denominando essa empresa de desonesta, de desrespeitosa, de debochada. O descaso é permanente. Passageiros ficam durante uma hora e meia dentro de uma aeronave em determinado aeroporto com céu de brigadeiro, o destino também é uma cidade com céu de brigadeiro. Qual é a justificativa para o atraso de uma hora e meia? É de que estão ocorrendo problemas meteorológicos.

Ora, Srª Presidente, o povo brasileiro merece mais respeito. Não estou dizendo isso em função da Copa do Mundo, porque virão turistas de todo o mundo – e, certamente, viverão esse tipo de constrangimento –; estou dizendo e fazendo um apelo à Anac em respeito ao povo do Brasil que não merece esse tratamento.

O outro registro, Srª Presidenta, é de que estou encaminhando à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle dois requerimentos: convidando o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, para em audiência prestar esclarecimentos sobre denúncias de dinheiro público no seu Ministério.

Tenho boa impressão do Ministro Alexandre Padilha. Considero-o um ministro eficiente até este momento. No entanto, é preciso que ele venha ao Senado Federal trazer explicações sobre denúncias que envolvem o seu Ministério.

Estamos também convidando Edson Pereira de Oliveira, assessor do Ministério, que, segundo consta, a denúncia diz isso, participou de um grupo especializado em fraudar contratos com hospitais federais do Rio de Janeiro. Estamos convidando também Jonas Paulo de Oliveira, Presidente do Partido dos Trabalhadores na Bahia, em razão de ter declarado...o Presidente do PT na Bahia conta que o Ministro saiu em defesa de Edson e não mandou investigar o caso.

Essa é a síntese do fato. É evidente que os fatos que envolvem a saúde pública no Brasil são inúmeros: as denúncias são reiteradas; esta Casa se recusa a instalar CPI; o Governo não permite a instalação de CPI; os governistas não desejam investigação; bilhões são desviados; o Senado silencia; o Congresso silencia; o Governo é conivente, complacente; e, diante dessas dificuldades de investigar, estamos tentando nos valer dessa prerrogativa limitada que é de convidar para ouvir, para tentar esclarecer, para que o fato não seja ignorado, para que essa complacência não estimule a impunidade e abra ainda mais as portas da corrupção neste País.

Finalmente, Srª Presidente, o tema essencial é sobre as páginas amarelas da revista *Veja* com o título “Mensalão será o julgamento do século”, onde ouvimos palavras de esperança da parte do Ministro Carlos Ayres Britto em relação ao julgamento do mensalão,

o julgamento da história. Esse foi o maior escândalo de corrupção que a minha geração assistiu. Eu não conheço outro que tenha alguma aproximação com a dimensão que alcança o escândalo do mensalão. E o próximo Presidente do Supremo Tribunal Federal afirma: “Vou agir com brevidade. Uma vez disponibilizado o processo para julgamento, vou colocá-lo em pauta em 48 horas”. E diz o Ministro: “Os Ministros já estão estudando o processo. Tenho certeza de que cada um deles, sem exceção, está procurando cumprir seu dever com isenção. O meu papel, nesse caso, é duplo. Serei julgador, mas também presidente..”

E diz:

O que me cabe é marcar a data tão logo o processo seja liberado para pauta. Quem libera é o ministro-revisor, Ricardo Lewandowski. Estamos em ano eleitoral e, como a imprensa já anunciou com base em uma declaração do próprio ministro Lewandowski, há o risco de prescrição. Então, é evidente que eu, como presidente, vou agir com toda a brevidade. Uma vez disponibilizado o processo para julgamento, providenciarei sua inclusão na pauta em 48 horas.

O que se sabe é que o crime de formação de quadrilha prescreverá. E isso é uma lástima! Certamente, alguém escapará das malhas da Justiça em razão da prescrição. Para os crimes com penas mais leves, também, certamente, haverá prescrição. Mas o Ministro diz: “Em tese, se todos os réus forem condenados, e o forem pela pena máxima, não há o menor risco de prescrição. A possibilidade de prescrição existe, porém, para os réus que pegarem a pena mínima. Estamos fazendo estudos detalhados sobre essa e outras questões. Todavia, repito, estou falando em tese.”

E diz o Ministro:

É um julgamento incomum pelas circunstâncias em que o Ministério Pùblico diz que os crimes ocorreram, pelo número de protagonistas e pela quantidade de imputações. Tudo isso concorre para tornar o processo incomum. Há uma pressão, compreensível, da imprensa e da sociedade para que os fatos sejam postos em pratos limpos e com todo o rigor. Está certa a sociedade. Mas cada um de nós tem de se afastar das pressões e estudar o processo. A fase da denúncia foi ultrapassada, vencida. Havia elementos para receber a denúncia porque a materialidade dos crimes de formação de quadrilha, corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro estava bem documentada. Mas isso é página virada.

Página virada que queremos rememorar.

O Procurador-Geral da República Antonio Fernando, corajosamente, denunciou quarenta dos envolvidos, investigados pela CPI dos Correios no Congresso Nacional. Concluiu que havia uma organização criminosa com um complexo e sofisticado esquema de corrupção que tinha por objetivo um projeto de poder de longo prazo. Veja a gravidade das assertivas de um Procurador-Geral competente e honrado como Antonio Fernando! Tive a honra de relatar a indicação de seu nome para a Procuradoria na Comissão de Constituição e Justiça quando de sua indicação primeira.

Portanto, vejam a gravidade, a dimensão do fato, a proporção do escândalo, a responsabilidade do Supremo! Sem dúvida, um julgamento histórico, que pode revitalizar, valorizar a Suprema Corte, onde estão fincados alicerces essenciais do Estado democrático de direito, ou, lastimavelmente, poderá se constituir em enorme frustração, capaz de sepultar sonhos e esperanças do povo brasileiro de ver a impunidade derrotada neste País.

Concedo ao Senador Pedro Taques um aparte, com satisfação.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Peço apenas licença ao Senador Pedro Taques, seu aparteante, Senador Alvaro Dias, para registrar com satisfação a visita dos cadetes do curso de cavalaria da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), de Resende, Rio de Janeiro.

Bem-vindos à sessão da tarde de hoje no Senado Federal.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Uma honra para todos nós. Muito obrigado pela presença.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Quero cumprimentar os cadetes da AMAN e dizer que, para nós, do Senado, é uma honra tê-los aqui, neste momento importante por que o Senado passa de exercício da democracia. Sejam bem-vindos a esta Casa! Senador Alvaro Dias, é apenas para concordar com V. Ex^a e com as palavras do futuro Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Carlos Ayres Britto. O que nos causa espécie e estranheza é que alguns estão tentando ligar o julgamento do mensalão com o novo fato Cachoeira. Temos de entender que uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa. Esse julgamento no Supremo Tribunal Federal precisa se dar, sim, agora, porque, senão, o Supremo Tribunal Federal vai cometer um erro histórico de deixar para o ano que vem, quando teremos prescrição desses crimes. O Supremo Tribunal Federal não pode fugir à sua responsabilidade, assim como o Senado também

não pode fugir à sua responsabilidade. Temos de cobrar o Supremo Tribunal Federal para que esse julgamento se dê neste ano – este ano, sim –, sob pena de prescrição dos crimes, notadamente o de formação de quadrilha. Nós, aqui, no Senado, temos de cumprir a nossa obrigação, como o fez o Congresso Nacional por ocasião da CPI dos Correios, que resultou no inquérito do mensalão. Quem leu as alegações finais do Procurador-Geral da República, que se encontra no site do Supremo Tribunal Federal, sabe a gravidade desse fato. Eu li as alegações de S. Ex^a o Procurador-Geral da República. Ali está provado, tim-tim por tim-tim, como se diz na minha terra, em Cuiabá, no Estado de Mato Grosso, a formação de uma quadrilha para se adonar da votação de parlamentares.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques, que tem conhecimento jurídico e pode, tecnicamente, esclarecer as preocupações que, certamente, estão sacudindo a imaginação das pessoas de bem deste País, que querem um julgamento exemplar e histórico, que possa estabelecer, quem sabe, o marco de um novo rumo para este País.

Se as nossas instituições estão em escombros, que as reedifiquemos sobre os escombros da incredulidade popular, para que elas se tornem respeitadas e acreditadas e possam significar as aspirações do povo brasileiro de um país mais justo, onde prevaleçam os direitos da população diante dos seus dirigentes, diante dos seus governantes.

O Senador Pedro Taques lembra bem: não há conexão entre um escândalo e outro. A única conexão talvez seja a coincidência do período, porque foi exatamente em 2005, quando estávamos prestes a instalar a CPI ou CPMI dos Correios, que o escândalo Waldomiro Diniz ganhou manchetes no País, com uma câmara indiscreta registrando uma negociação entre o subchefe da Casa Civil do governo Lula com o Sr. Carlinhos Cachoeira, negociando os valores da propina.

Portanto, o escândalo Cachoeira não é de ontem e não tem os limites do Estado de Goiás apenas. Essa “cachoeira” afoga Brasília nesse escândalo que hoje provoca indignação, talvez porque alveja também agentes que integram a oposição política no País. Talvez por isso o tamanho dessa indignação tenha sido maior do que a indignação em relação a escândalos que derrubaram ministros como num strike do jogo de boliche. Ministros que sucumbiram um após o outro, apesar de possuírem uma advogada de defesa com o status de Presidente da República, já que a Presidente Dilma os defendeu a todos até o último momento, de forma solidária e implacável e, após a queda, os afagou com elogios, com cumprimentos e com homenagens

ao deixarem os seus ministérios e consegue, miraculosamente, passar a imagem de que faz a limpeza, quando, na verdade, se constitui em cúmplice da sujeira que há acobertada pelos tapetes dessa República.

Por isso, Srª Presidenta, não temos outra alternativa a não ser apoiar a proposta de CPI em relação ao escândalo Cachoeira.

Nós não usamos nunca dois pesos e duas medidas. Nós entendemos que a pregação da moralização dos costumes na atividade pública suplanta os limites partidários, e essa pregação deve chegar até a alma do povo brasileiro, sedento de justiça e de ética neste País.

Os valores, lamentavelmente, foram destruídos nos últimos anos. Os valores essenciais das pessoas de decência, dos homens e das mulheres de bem, esses valores foram trucidados nos últimos anos, neste País, mas há aqueles que ainda imaginam possamos ter esperanças de reabilitá-los.

É o que queremos, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Alvaro Dias.

O Senado não se furtará às suas responsabilidades, não tenho dúvida, conhecendo esta Casa.

Como orador inscrito, Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cumprimento a Srª Presidenta, Senadora Ana Amélia; os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras; os ilustres visitantes e todos que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado.

Srª Presidenta, ocupo esta tribuna e sigo a mesma linha do pronunciamento que V. Exª fez, hoje, nesta Casa, para fazer alguns registros que considero altamente necessários.

Diz a Constituição Federal que os Poderes da República devem ser independentes e harmônicos. Em nome dessas duas diretrizes, a da independência e a da harmonia, eu gostaria de pronunciar algumas palavras.

Assinalo minha felicidade cívica, Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, que acredito ser a de todos os tocantinenses e brasileiros, de poder ver, em momentos próximos, a mudança de comando dos dois Tribunais mais importantes deste País, para a manutenção do nosso regime democrático, que são o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Supremo Tribunal Federal (STF).

O TSE elegeu como sua Presidenta a Ministra Cármem Lúcia, que sucederá, nesse elevado posto, o Ministro Ricardo Lewandowski. Eminentess Senadores e Senadoras, trata-se de uma passagem especial, eis que, pela primeira vez, uma mulher ocupará o comando do Tribunal encarregado de dirigir as eleições em todo o território nacional. Não é pouco, nem é fato

corriqueiro. É mais uma constatação, em bom tempo, de que as mulheres podem ser dirigentes de qualquer espaço de administração pública e que a época das limitações, das restrições, felizmente, acabou.

Mas os méritos da Ministra Cármem Lúcia vão além de sua condição feminina. Jurista notável, tem, no TSE e no STF, adotado posturas dignas de aplauso em favor da moralidade administrativa, da lisura das eleições e da efetividade dos direitos fundamentais. Por isso, saúdo, em meu nome e, estou certo, em nome dos meus conterrâneos tocantinenses e do povo brasileiro, sua chegada à Presidência do TSE.

Mas a saudação, Srª Presidenta, não seria justa se não deixasse explicitada a admiração que nos merece também o Ministro Ricardo Lewandowski, magistrado que não mediou esforços para concluir a obra da atual sede do TSE e para dinamizar o processo eleitoral com a implantação do cadastramento biométrico dos eleitores brasileiros.

Nós, brasileiros, já estamos na vanguarda eleitoral mundial há muitos anos, desde que adotamos as urnas eletrônicas e, graças ao trabalho do Ministro Lewandowski e de seus colegas de Corte, continuamos avançando na trilha da modernidade, dando passos significativos no sentido de exterminar qualquer tipo de fraude ou manipulação eleitoral.

S. Exª, portanto, retira-se da Corte, deixando um legado administrativo digno, tão importante quanto suas decisões, que não deixavam dúvidas sobre seu brilho intelectual e sobre seu valor como juiz.

No STF, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nossa mais alta Corte, ocorrerá uma troca de comando equivalente. O Ministro Peluso deixará a Presidência do STF depois de coroar sua carreira de julgador, uma carreira completa, que começa no primeiro grau de jurisdição e que, gradativamente, alcançou o reconhecimento necessário a que culminasse no ápice da Magistratura brasileira.

S. Exª é um magistrado corajoso, capaz de enfrentar pressões da opinião pública e marés contrárias, mas é firme em suas convicções e as suporta com o destemor próprio de quem dedicou seus anos de juventude e maturidade à tarefa de dirimir conflitos, de levar a justiça a quem dela necessita.

Portanto, nossa homenagem ao Ministro Peluso! Uma nação precisa de homens assim. Ouvi de muitos juízes o louvor pelo comportamento do Ministro Peluso, que sempre procurou valorizar a Magistratura. Portanto, faço aqui coro com a voz desses juízes.

Receberá o cargo o Ministro Ayres Britto, citado já por V. Exª, nesta tarde de hoje, sergipano ilustre, nordestino forte, de voz mansa e opiniões firmes. O Brasil o conhece por seu compromisso com o que ele

mesmo chama de “constitucionalismo fraternal”, vertente jurídica segundo a qual, mais que os valores da igualdade e da liberdade, é dever do Estado e da sociedade unir os homens, fazê-los confrades, na melhor acepção do termo.

É um Ministro técnico com alma de poeta. Seus votos em prol da liberdade de expressão, da demarcação de terras indígenas, da pesquisa com células-troncos, da aplicação da Lei da Ficha Limpa – e chego ao Senado Federal nesse processo da Ficha Limpa, que altera a Lei Complementar nº 64/90; portanto, quero reconhecer todo o mérito do TSE e do STF –, da atuação ampla do Conselho Nacional de Justiça e da extirpação do nepotismo são páginas que ficarão para sempre marcadas na história da Excelsa Corte.

Aos quatro Ministros – Ministro Lewandowski, Ministra Cármem Lúcia, Ministro Peluso e Ministro Ayres Britto –, deixo, em nome do Estado do Tocantins, essas palavras de reconhecimento, para que os Anais deste Senado eternizem a gratidão pelos seus esforços e pelas suas atuações.

Mas não fico, Srª Presidenta, no justo elogio. Apresento, igualmente, um apelo, que, tenho certeza, é da maioria dos brasileiros. É um pedido simples, Srª Presidenta: o de que, juntos, trabalhemos, para encaminhar uma proposta de Lei Orgânica da Magistratura Nacional que supere a atual, datada dos anos de Governo Militar, oriunda do momento do Pacote de Abril, do Presidente Geisel.

Diversos juízes com quem travei contato no Senado já me fizeram esse apelo. Pedem que os critérios de remoção e promoção na carreira fiquem mais bem explicitados, que a primeira instância participe do processo de elaboração e execução dos orçamentos judiciários, entre outras reivindicações que o tempo não me permite detalhar.

A esse pleito, que torno meu, acrescento outro: o de que apresentem alternativas ao Poder Legislativo, para desafogar a Suprema Corte e os Tribunais, em especial, os Superiores, do acúmulo de serviços que hoje atrapalha o funcionamento desses colegiados.

Várias vezes, testemunhei, em meus anos de parlamentar federal, a cruel carga de trabalho a que esses juízes são submetidos, os quais, em vez de se concentrarem nas mais altas tarefas de julgamento, são obrigados a decidir e “redecidir” recursos que parecem não ter fim, que parecem multiplicar-se.

Portanto, na condição de Senador da República, quero contribuir para dar melhores condições, melhores meios para que a Justiça do nosso País – como citado pelo STF – seja mais célere para todos que a ela recorrerem.

Srª Presidenta, o Projeto de Código de Processo Civil, que foi elaborado pela Comissão presidida pelo Ministro Luiz Fux, que passou por esta Casa e que agora está na Câmara, já é um passo importante, como é importante também o Projeto de Código de Processo Penal, que resultou de trabalho organizado pela Comissão liderada pelo Ministro Hamilton Carvalhido.

São ideias já disponíveis ao Legislativo, que nos cabe estudar e aprovar, conforme nos parecer adequado para os bons rumos dos julgamentos.

Mas, Srª Presidenta, acredito que isso seja só o começo. É preciso repensar alguns modelos que parecem não funcionar bem: o do foro por prerrogativa de função, o dos precatórios e o do engarrafamento processual, com os milhões de processos que ficam sem solução, porque a saída de julgamentos nem sempre é maior que a entrada.

Tratarei desses temas, eminentes Pares, em outras oportunidades. Por ora, quero deixar anotada a minha alegria de ver a Justiça do Brasil permanecer em excelentes mãos e a minha disposição, reafirmo, para, modestamente, colaborar com os seus dirigentes para mitigar os problemas que a afligem.

Portanto, essas são as minhas considerações nesta sessão de hoje.

Neste instante, quero dizer também de uma preocupação que tenho como Senador da República. Vim de Tocantins após a Semana Santa e quero falar sobre o que mais nos questionaram no Estado. Inclusive, ontem, esteve na nossa residência, em Porto Nacional, o Monsenhor Jacinto, um homem com um conhecimento teológico e filosófico fantástico, uma referência na nossa comunidade. Ele estava preocupado com a imagem do Senado, com todo o problema do processo do Sr. Carlinhos Cachoeira. Sou membro do Conselho de Ética. Estarei lá de forma muito firme, muito permanente e decidida, para contribuir com esta Casa e com nosso País.

Muito obrigado, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Cumprimento V. Exª pela posição, Senador Vicentinho Alves. Aqui, todos nós temos o compromisso de preservar a instituição, porque nós passamos, mas a instituição fica. Então, fico muito feliz com a declaração de V. Exª, que faz parte do Conselho de Ética. Eu não faço parte desse Conselho, mas me alegro muito com a manifestação de V. Exª.

Eu também gostaria de mencionar, como Senadora, como mulher, representando meu Estado nesta Casa, sua referência ao espaço que as mulheres estão ocupando hoje no Poder Judiciário. Além da Ministra Cármem Lúcia, que vai assumir a Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, uma mulher está no comando

da Justiça Federal da 4ª Região – Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná –, bem como no comando da 2ª Região – Rio de Janeiro e Espírito Santo. E uma mulher já comandou o Supremo Tribunal Federal, a Ministra Ellen Gracie, egressa da 4ª Região da Justiça Federal. Assim, as mulheres estão palmilhando um caminho muito importante, que é aberto quando elas têm a oportunidade de demonstrar sua capacidade.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – É claro, Srª Presidente! Fico feliz e até muito honrado e muito alegre quando vejo a nossa Presidenta Dilma chegar aos Estados Unidos com sua presença forte, determinada, altamente decidida. Que bom é o avanço das mulheres!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – E chega ali altamente distinguida, como merece ser distinguido um Chefe de Estado brasileiro na nação mais importante do mundo sob o ponto de vista econômico. Eu também, como mulher, mesmo não tendo votado em Dilma Rousseff, fico muito orgulhosa de ver o desempenho dela nessa missão tão relevante em que vai ser recebida por outra mulher, a Secretária de Estado Hillary Clinton, nos Estados Unidos.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – E V. Exª, representando os gaúchos e os brasileiros, está à frente da Presidência desta sessão. Parabéns! Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Vicentinho Alves.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, ocupo a tribuna hoje para transmitir uma informação da máxima importância para um grupo de quase 270 refugiados haitianos que estavam isolados e em condições subumanas na cidade de Iñapari, no Peru, impossibilitados de entrar no Brasil e sem condições de regressar para sua pátria, destruída por um terremoto em 2010, cuja situação foi ainda mais agravada por um surto de cólera que afetou grande parte da população haitiana. Quero dizer que a medida a que vou fazer referência agora também vai beneficiar outros 363 haitianos que se encontram em situação irregular na cidade de Tabatinga, no Município de Tabatinga, Estado do Amazonas.

Essas famílias, que haviam entrado no Peru após o dia 13 de janeiro, data em que o Governo brasileiro decidiu barrar a entrada de haitianos, e antes do dia 31 de janeiro, data em que o governo peruano também decidiu dificultar a entrada de haitianos em suas fron-

teiras, estavam e, em rigor, ainda continuam alojadas em condições subumanas na cidade de Iñapari, que faz fronteira com o Município de Assis Brasil, no Estado do Acre. Mas graças a Deus e ao esforço humanitário do Governo da Presidenta Dilma, com a mobilização do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), vinculado ao Ministério da Justiça, ao Ministério das Relações Exteriores e a outros órgãos da diplomacia brasileira, a Polícia Federal já está autorizada, desde a última quarta-feira, 4 de abril, a permitir que esses haitianos, e apenas esses, que já se encontram na fronteira desde o mês de janeiro, possam entrar no Brasil para adquirir seus documentos de imigração por razões humanitárias e seu registro no Ministério do Trabalho para buscar um emprego formal no Brasil.

Faço questão de reforçar essa informação porque isso não está aberto a todos os haitianos. São apenas aqueles que, no período de 13 de janeiro a 31 de janeiro, entraram no Peru e acabaram ficando ilhados. Eles não podiam entrar no Brasil e, ao mesmo, não tinham como voltar para a sua pátria, o Haiti. Então, essas famílias ficaram em uma situação muito, muito difícil. Se eles estavam em dificuldade quando acampados em Brasiléia, tendo assistência do governo, tendo assistência da prefeitura, imagina a situação que essas famílias estavam enfrentando em Iñapari, uma localidade que não tinha a menor condição de dar assistência a essas famílias.

Então, a Presidenta Dilma, depois de um apelo feito com apoio das autoridades diplomáticas – e vale a pena ressaltar aqui o esforço do Embaixador do Brasil em Lima, o Sr. Carlos Teixeira, que estava permanentemente em contato; trocamos telefonemas em vários momentos a respeito dessa situação –, graças a Deus, tomou uma decisão acertada, uma decisão humana, de permitir que esses haitianos pudessem se juntar aos outros que foram recebidos no Brasil para tentar a sua sorte, uma nova vida aqui no Brasil.

E para os irmãos haitianos, que são em sua maioria cristãos evangélicos ou católicos, a notícia da autorização da entrada no Brasil chegou com a notícia da ressurreição de Cristo no domingo de Páscoa. Eles ficaram muito agradecidos à Presidenta Dilma Rousseff pela decisão em seu favor.

Quando o Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Governo do Acre, o ex-Deputado Nilson Mourão, chegou à cidade de Iñapari para lhes dar a boa notícia, houve grande emoção e contentamento por parte dos haitianos. Eles próprios fizeram a associação imediata com a ressurreição de Jesus Cristo e disseram que a Presidenta estava lhes proporcionando uma nova vida, um novo nascimento, com a decisão de aceitá-

-los em solo brasileiro para o recomeço de suas vidas até aquele momento, sem o mínimo de perspectiva.

É incrível como essas questões simbólicas mexem com a vida das pessoas. Eles são cristãos e estavam em pleno domingo de Páscoa quando obtiveram a notícia de que seriam recebidos, sim, pelo Governo brasileiro e poderiam entrar pelo Acre, para se legalizarem e buscarem emprego aqui, no Brasil.

Quero ressaltar aqui também a postura humana e resolutiva do Governador Tião Viana, do Acre, e da sua Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, que trabalharam duro para organizar toda a logística para o acolhimento e transporte dessas famílias de haitianos de Iñapari, no Peru, até Rio Branco, onde serão alojados no Parque de Exposição, no mesmo local onde as vítimas da alagação foram alojadas em fevereiro e início de março.

Vejam só como os pequenos parecem que têm maior possibilidade de se autoajudar. O mesmo alojamento que serviu de abrigo para os desabrigados da alagação em Rio Branco está agora sendo disponibilizado para receber os haitianos nesse processo de documentação e, logo em seguida, de busca de emprego. Tão logo eles sejam documentados, há várias empresas que, solidárias, estão procurando-os para os recrutarem para as suas equipes.

Toda a logística da operação está sendo coordenada pelo Secretário Nilson Mourão, com o apoio do assessor Damião e da equipe de coordenação de eventos do Governo do Estado do Rio Branco.

A partir desta terça-feira, exatamente amanhã, todos os dias sairá um ônibus de Iñapari levando 30 haitianos para Rio Branco. Serão priorizadas as mulheres com crianças, os doentes e os idosos. Mas, segundo o secretário Nilson Mourão, até sábado, todos os 267 haitianos estarão em Rio Branco, onde serão providenciados os documentos necessários para que eles possam trabalhar no Brasil para as empresas interessadas no seu trabalho.

A logística prevê que os haitianos tenham seu registro de entrada na cidade de Epitaciolândia, onde a Unidade da Polícia Federal está preparada para fazer o acolhimento de 30 pessoas todos os dias. Depois eles serão transportados para Rio Branco, onde serão cadastrados na Delegacia do Ministério do Trabalho e de onde serão levados pelas empresas interessadas nos seus serviços.

O Secretário Nilson Mourão também informou que as empresas interessadas têm que levar em conta a condição das famílias. Não é possível, por exemplo, uma empresa chegar e querer levar só o homem que vai servir como mão de obra, e deixar o restante da família. Não! Há um acordo feito no sentido de que cada

família vai ter que ser levada na integralidade, vai ser levado o homem para o trabalho ou a pessoa adulta da família, mas também serão levadas as crianças e as mulheres, de tal maneira que a família não sofra uma nova diáspora. Não pode haver diáspora dessas famílias que já sofreram tantas intempéries em suas vidas e agora precisam estar unidas para esse recomeço de vida.

Vale ressaltar que a solidariedade da Prefeita Leila Galvão, que já havia colhido mais de 2 mil haitianos ao longo de ano de 2011, no Município de Brasiléia, também precisa ser valorizada nesse momento em que os haitianos estão sendo levados diretamente para Rio Branco. Leila Galvão gostaria de ter acolhido os irmãos haitianos em seu Município, mas ficou completamente impossibilitada, devido à destruição causada pela maior enchente do rio Acre no mês de fevereiro. Exatamente por isso, o Governador Tião Viana e o Secretário de Justiça e Direitos Humanos optaram por levar as famílias diretamente para Rio Branco, onde o alojamento que serviu para o atendimento humanitário aos milhares de alagados, agora servirá de abrigo para esses haitianos.

Faço aqui um agradecimento especial à Presidenta Dilma Rousseff, ao Governador Tião Viana e ao Secretário Nilson Mourão, as equipes do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Justiça, ao Embaixador do Brasil em Lima, Sr. Carlos Teixeira, que não mediram esforços na busca de uma solução para o drama vivido por esses irmãos haitianos.

Aproveitamos a oportunidade para pedir também a solidariedade de empresários para que possam acolher esses operários haitianos em seus empreendimentos. Tenho certeza de que serão trabalhadores aplicados que saberão valorizar a oportunidade que estão recebendo.

E tenho certeza de que eles estão vivendo um momento de muita felicidade, apesar do sofrimento, porque a situação deles ainda não foi resolvida, ela está em processo de resolução, ao longo desta semana. E, até o próximo sábado, se Deus quiser, todos esses haitianos que estavam e que continuam lá, em Apari, vão estar em Rio Branco, já encaminhamos para possíveis trabalhos em empresas nacionais. Isso demonstra toda a solidariedade do Governo brasileiro e do Governo do Acre também no sentido de receptionar e tentar dar um encaminhamento para a vida desses irmãos haitianos.

E nós ficamos muito agradecidos porque este tema foi também discutido no Senado Federal, na Comissão de Relações Exteriores. Faço questão de levar essa notícia também ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores – da qual a Senadora Ana Amé-

lia também faz parte –, Senador Fernando Collor de Mello, que tem tido também uma atenção especial, que realizou audiência pública justamente para tratar desse assunto. E, finalmente, recebemos essa notícia de uma solução boa para esses irmãos haitianos, tanto para aqueles que estão em Inápari e vão entrar, através de Assis Brasil, no Acre, quanto àqueles que estão irregularmente na cidade de Tabatinga, no Amazonas, que somam hoje mais 336, fora os cinco mil haitianos que já foram regularizados no Brasil durante todo o ano de 2011.

Mas, Srª Presidenta, eu gostaria de fazer menção também neste pronunciamento e pedir a V. Exª a gentileza de determinar a publicação, na íntegra, de matéria da máxima importância para o socioambientalismo no Brasil. Refiro-me à notícia veiculada ontem na *Folha de S.Paulo*, dando conta de que o Governo Federal editará um decreto para regular a “compra verde” do Governo:

Setor público que estimular indústria a fabricar produtos sustentáveis, barateando preço para demais consumidores. Na Rio+20, Governo vai defender que empresas também adotem percentual mínimo de compras sustentáveis.

Essa é uma notícia bastante interessante, que tem tudo a ver com um projeto de Senador Tião Viana, que está em tramitação no Senado Federal; hoje está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Portanto, acho oportuno, neste momento, trazer esse assunto novamente para a pauta.

O Governo Dilma Rousseff prepara um decreto criando regras e instituindo um percentual obrigatório mínimo de compra de “produtos verdes” nas licitações públicas.

Será valorizada nas licitações a contratação de produtos e serviços que gerem menos resíduos e que tenham menor consumo de água, matérias-primas e energia em sua fabricação.

A iniciativa faz parte de uma agenda de propostas que o Governo quer levar para discussão na Rio+20, a Conferência de Desenvolvimento Sustentável da ONU, que ocorrerá, em junho, no Rio de Janeiro.

Na conferência, o Governo quer “dar o exemplo” e obter o compromisso público de alguns dos maiores consumidores do planeta – empresas, escolas, hotéis, hospitais, shoppings, setor público e outros – de adotarem cotas mínimas de compra de “produtos verdes” que agridam menos o meio ambiente.

O objetivo é criar escala de produção para esses produtos, que hoje custam mais caro por conta da demanda ainda muito restrita.

“Como o ente público é um grande comprador, ele induz todo o mercado. A idéia do Governo é incentivar o setor privado a fazer o mesmo dentro de seus programas”, afirma Samyra Crespo, Secretária de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

Srª Presidente, ao mesmo tempo que peço que seja publicada, na íntegra, essa matéria da *Folha de S.Paulo*, faço referência aqui ao Projeto de Lei nº 25, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que modifica a Lei nº 8.666, a Lei das Licitações, de 21 de junho de 1993, a fim de determinar a aplicação de critérios de sustentabilidade ambiental às licitações promovidas pelo poder público.

Esse projeto de lei do Senador Tião Viana entrou em tramitação em 2007, já passou pela Comissão de Meio Ambiente e se encontra na Comissão de Constituição e Justiça, onde seria relatado pelo Senador Renato Casagrande, que, ao término do mandato, em dezembro de 2010, devolveu-o para a Comissão de Constituição e Justiça, onde aguarda novo relator.

Quero dizer que seria muito oportuno colocarmos esse projeto do Senador Tião Viana em pauta, pois ele propõe uma mudança muito importante no art. 3º, § 2º, inciso IV, da Lei nº 8.666, a Lei das Licitações, de tal maneira que possuidores de certificação ambiental, emitida por entidade com competência reconhecida pelo órgão federal de metrologia, normalização e qualidade industrial, tenham pontuação diferenciada quando da definição de compra pelo ente público.

Dessa maneira, estaremos dando uma chance a mais aos produtos ecologicamente corretos, os chamados produtos da linha verde.

Na justificativa desse projeto, vale a pena ressaltar que o Brasil, por sua vez, aloca cerca de 30% do seu PIB para compras públicas e deve privilegiar aquelas empresas que colaborem com as metas ambientais.

Aloca cerca de 30% de seu PIB com compras públicas e deve privilegiar aquelas empresas que colaboram com as metas ambientais. O presente projeto, de autoria do Senador Tião Viana, visa proporcionar o estímulo necessário para que os empresários do País busquem, cada vez mais, a sustentabilidade ambiental no desempenho de suas atividades. Isso pode ser feito a partir de dois mecanismos.

O primeiro mecanismo é o de estabelecer, como critério de desempate entre competidores de qualquer licitação, aquele que possuir certificação ambiental reconhecida pelo órgão federal de metrologia, normaliza-

ção e qualidade industrial, o Inmetro. Essa ideia está inspirada num outro projeto do Senado, o PLS nº 40, de 2003, de autoria do Senador Osmar Dias. Então, é um assunto que vem de muito tempo e que merece ser ressuscitado neste momento de discussão do Senado. E é justamente para buscar desempenhar práticas ambientalmente saudáveis como, por exemplo, aquelas preconizadas pela série ISO-14.000. Então, as empresas que apresentarem essas possibilidades passam a ter prioridade nas licitações.

Outro critério estabelecido, outro mecanismo a ser acionado é exatamente incluir, na Lei de Licitações, requisitos de capacidade técnico-ambiental sempre que o objeto da licitação apresentar o potencial de causar dano ao ecossistema, seja por sua natureza ou pela localização das instalações que se fizerem necessárias ao atendimento do objeto da licitação. Ou seja, no momento da contratação de um serviço ou produto, levar em conta aspectos ambientais de tal maneira que vai orientar, vai induzir o empresariado brasileiro, os industriais e aqueles participantes das licitações no sentido de fornecer produtos e serviços para os

governos para que tenham práticas adequadas ambientalmente, práticas sustentáveis.

Nesse sentido, o PLS nº 25, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que se encontra em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça, deve, o mais rápido possível, ter um relator definido para que a gente possa fazer tramitar essa matéria, que já está desde 2007 na Casa. Este momento é um momento muito oportuno para que ele venha a ser aprovado no Senado e, depois, na Câmara e, quem sabe, não se transformar numa lei que oriente as licitações para compras governamentais no sentido de que essas compras ocorram também a partir de um critério socioambiental.

Era isso que tinha para esta tarde, Senadora Ana Amélia. Agradeço muito a atenção de V. Ex^a e reforço o pedido para que estes documentos sejam publicados, na íntegra, no site do Senado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Folha de São Paulo (Mercado B1)

7!0+20
8/4/2012

Decreto regulará 'compra verde' do governo

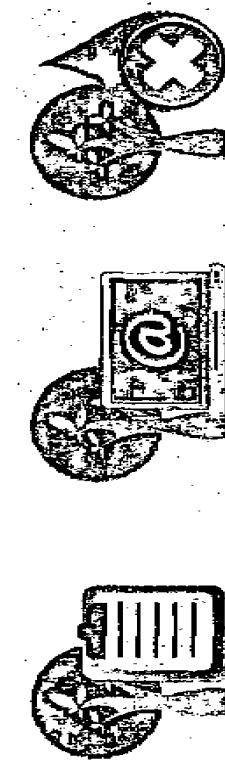
Setor público quer estimular indústria a fabricar produtos sustentáveis, barateando preços para demais consumidores

Na Rio+20, governo vai defender que empresas também adotem percentual mínimo de compras sustentáveis

CONSUMO VERDE

Governo quer implementar compra de produtos sustentáveis

FASES DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO



- 1ª FASE
Produtos de armazenamento (captação, embalagens, insufláveis etc.)

- 2ª FASE
Eletroeletrônicos (ar condicionado, computadores, impressoras etc.)

Fonte: Ministério do Meio Ambiente e Planejamento

TONI SCARABETTA
CLAUDIA ROLLI
de São Paulo

O governo Dilma Rousseff prepara um decreto criando regras e instituindo um percentual obrigatório mínimo de compra de "produtos verdes" nas licitações públicas. Será valorizada nas licitações a contratação de produtos e serviços que gerem menores resíduos e que tenham menor consumo de água, matérias-primas e energia em sua fabricação.

A iniciativa faz parte de uma agenda de propostas que o governo quer levar para discussão na Rio+20, a conferência de desenvolvimento sustentável da ONU que ocorre em junho no Rio de Janeiro. Na conferência, o governo quer "dar o exemplo" e obter o compromisso público de algumas das maiores consumidoras do planeta — empresas,



- 3ª FASE
Produtos de limpeza (detergentes, desinfetantes etc.)

Fonte: Ministério do Meio Ambiente e Planejamento

Em seguida, deve-se estender para a compra de eletrônicos, como ar-condicionado e computadores que gastam menos energia e não tenham materiais tóxicos.

DEFASOS

A terceira etapa envolverá produtos de limpeza, incluindo a compra de detergentes e produtos biodegradáveis, um dos itens que mais poluem esgoto e mananciais. "É uma visão alinhada com o que a indústria quer e com iniciativas já em desenvolvimento", diz Maria Eugenia Proenca Saldanha, presidente-executiva da Abipia, associação que reúne as indústrias de produtos de limpeza.

Um dos maiores desafios do setor de produtos de limpeza, formado 95% por empresas de pequeno e micro porte, é desenvolver o consumo consciente. "Como há muita informalidade, nossa meta é a regularização das empresas para evitar despejo irregular e o desenvolvimento de produtores adequadados", disse.

Estima-se que 55% da água sanitária usada do país seja de fábricas informais.

ESTÍMULO
Decreto editado antes da Rio+20 quer ampliar o percentual de compras de produtos sustentáveis

OBJETIVO

Valorizar nas licitações públicas produtos que geram menos resíduos e usam menos energia.

PROPOSTA NA RIO+20

O governo quer que grandes compradores adotem políticas próprias, de compras sustentáveis

dos "verdes" no catálogo de materiais do ComprasNet. Os ministérios do Planejamento e do Meio Ambiente ainda discutem qual percentual de "compras verdes" deve ser adotado, sem tornar os gastos do governo significativamente maiores.

A primeira fase de implementação focará os produtos sustentáveis em 1546 processos licitatórios desde 2010. O Programa de Contratações Públicas Sustentáveis tem 548 produtos considerados

tricíclos e salu na frente em tecnologias renováveis como ácido e biodiesel.

No ano passado, só 0,07% das compras governamentais foram de produtos considerados sustentáveis. Segundo o Ministério do Planejamento, o governo já fez R\$ 22,2 milhões em compras de produtos sustentáveis em 1546 processos licitatórios desde 2010.

Além de colocar o Brasil

como protagonista do "con-

sunto verde" global, a avalia-

ção do governo é que a pro-

posta beneficia a agroindus-

tria e a indústria automóvel.

Quando o governo é que a pro-

posta beneficia a agroindus-

tria e a indústria automóvel.

Entre outras vantagens, utili-

za energia limpa das hidrelé-

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 25, DE 2007**

Modifica a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a fim de determinar a aplicação de critérios de sustentabilidade ambiental às licitações promovidas pelo Poder Público.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art.3º
§2º
IV – possuidores de certificação ambiental, emitida por entidade com competência reconhecida pelo órgão federal de metrologia, normalização e qualidade industrial.
..... (NR)”

Art. 2º O art. 30 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a viger com a seguinte redação:

“Art.30.

V – prova de atendimento de requisitos de sustentabilidade ambiental, conforme definidos no edital convocatório de acordo com o objeto da licitação, sempre que a obra, serviço ou produto licitado envolver potencial dano ambiental, seja por sua natureza ou pela localização das instalações necessárias à sua execução ou fornecimento.

§ 13. A comprovação de atendimento aos requisitos de sustentabilidade ambiental exigidos no edital convocatório será feita por laudos técnicos ou certificações fornecidas por pessoas jurídicas habilitadas a concedê-las e versarão sobre diferentes indicadores de capacitação técnico-ambiental do licitante para a execução do objeto da licitação, tais como:

I – utilização de técnicas e procedimentos que favoreçam uma reduzida degradação ambiental ou reciclagem de produtos;

II – respeito às normas técnicas aplicáveis sobre preservação da biodiversidade e do ecossistema;

III – comprovação de experiência anterior na elaboração de projetos ou na execução de obras ou serviços ambientalmente sustentáveis;

IV – comprovação de possuir em seu quadro profissional técnicos que possuam formação específica ou habilitação ao desenvolvimento de atividades ambientalmente sustentáveis;

V – comprovação de utilização de insu-
mos produzidos ou extraídos de forma am-
bientalmente sustentável;

VI – existência de plano de manejo para
utilização de recursos naturais e manipulação
de dejetos;

VII – inexistência de sanção aplicada por
dano ambiental pendente de cumprimento;

VIII - inexistência de termo de compro-
missos de natureza ambiental que tenha sido
celebrado e descumprido. (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

No atual contexto de mudanças climáticas e pro-
fundas alterações no equilíbrio ambiental em todo o
mundo, as compras governamentais têm se mostrado
um eficiente mecanismo para promover o desenvolvi-
mento, bem como uma maior conscientização e pre-
servação do meio ambiente.

Há dois anos a União Européia elaborou o manual
“Comprando Verde!” (Buying Green!) em que instruía os
responsáveis pelas compras públicas sob sua jurisdição
a exigir a adequação ambiental de seus fornecedores
de produtos e serviços. Tal iniciativa, que surgiu já na
esteira do programa inglês de compras públicas sus-
tentáveis, vem logrando visíveis êxitos ao estimular a
adoção de práticas menos nocivas ao meio ambiente.

Isso porque as compras públicas têm o condão
de dinamizar a economia e movê-la de acordo com a
tendência demonstrada pelas políticas públicas. Isso
se dá, sobretudo, em virtude do grande volume de
aquisições, passível de promover ganhos de escala
significativos para os empresários.

O Brasil, por sua vez aloca cerca de 30% de seu
PIB com compras públicas e deve privilegiar àquelas
empresas que colaboram com as metas ambientais. E
inadmissível que o Estado compre móveis que tenham
sido fabricados com madeira extraída ilegalmente ou
resmas de papel elaboradas a partir de celulose pro-
duzida sem o devido plano de manejo.

O presente projeto de lei visa a proporcionar o
estímulo necessário para que os empresários do País
busquem cada vez mais a sustentabilidade ambien-
tal no desempenho de suas atividades. Isso se faz
por dois mecanismos: o primeiro, o de estabelecer
como critério de desempate entre competidores em
qualquer licitação aquele que possuir certificação am-
biental reconhecida pelo órgão federal de metrologia,
normalização e qualidade industrial, o Inmetro. Essa
idéia, inspirada no Projeto de Lei do Senado nº 40,
de 2003, de autoria do Senador Osmar Dias, permite

um benefício generalizado àqueles que buscarem desempenhar práticas ambientais saudáveis, como, por exemplo, aquelas preconizadas pela série ISO 14000.

O segundo mecanismo proporcionado por este Projeto de Lei é incluir na Lei de Licitações requisitos de capacidade técnico-ambiental sempre que o objeto da licitação apresentar o potencial de causar dano ao ecossistema, seja por sua natureza ou pela localização das instalações que se fizerem necessárias ao atendimento do objeto da licitação. Nessas hipóteses, o empresário que não atender aos requisitos mínimos de sustentabilidade ambiental não poderá concorrer na licitação. Fizemos essa opção por acreditar que atribuir um peso proporcional ao meio ambiente, a ser julgado juntamente com o preço, seria dizer que a preservação do ecossistema poderia ser compensada com o desconto de 5 ou 10% no preço final do produto, o que seria, evidentemente, um absurdo.

Observe-se, por outro lado, que não se feriu o princípio da ampla concorrência, uma vez que não se fez vinculação, para fins de habilitação técnica, a nenhum certificado específico, mas simplesmente exigiu-se alguma comprovação de sustentabilidade ambiental no desenvolvimento das atividades do licitante.

Dessa forma, acreditamos abrir as portas para incentivar os empresários a investir em máquinas, insumos e procedimentos ambientalmente sustentáveis e deixamos o marco regulatório brasileiro em posição de igualdade com o daqueles países que mais têm avançado no tema da preservação ambiental.

Sala das Sessões, 13 de fevereiro de 2007. – Senador **Tião Viana**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências

CAPITULO I Das Disposições Gerais

Seção I Dos Princípios

Art. 3º- A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da imparcialidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instru-

mento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se

refere a moeda, modalidade e local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte e no art. 3º da Lei nº 8248, do 23 de outubro de 1991.

§ 2º Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

I - produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional;

II - produzidos no País;

III - produzidos ou prestados por empresas brasileiras.

IV - produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)

§ 3º A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.

§ 4º (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

CAPITULO II Da Licitação

Seção II Da Habilitação

Art. 30. A documentação relativa a qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em especial, quando for o caso.

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do “caput” deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883 de 1994)

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; (Incluído pela Lei nº 8.883 de 1994)

II - (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883 de 1994)

a) (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883 de 1994)

b) (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883 de 1994)

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório. (Redação dada pela Lei nº 8.883 de 1994)

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

§ 4º Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

§ 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração fanal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de local ação prévia.

§ 7º (Vetado). (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I - (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

II - (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 8º No caso de obras, serviços e compras de grande vulto, de alta complexidade técnica, poderá a Administração exigir dos Gritantes a metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não, antecederá sempre à análise dos preços e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos.

§ 9º Entende-se por licitação de alta complexidade técnica aquela que envolva alta especialização, como fator de extrema relevância para garantir a execução do objeto a ser contratado, ou que possa comprometer a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais.

§ 10º Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional de que trata o inciso I do § ‘neste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração. (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 11º. (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 12º. (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

(Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo a última a decisão terminativa)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Na forma regimental, a solicitação de V. Ex^a será atendida, Senador Aníbal Diniz.

Queria cumprimentar a ação do Governo do seu Estado do Acre pela ação solidária e humanitária que está realizando em relação aos refugiados haitianos que estão chegando e pedindo socorro, e esse socorro está sendo dado de bom grado e com muita eficiência.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Senhora Presidente da República adotou, em 3 de abril de 2012, e publicou e retificou no dia 4 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 563, de 2012**, que “altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica, institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores, o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional, o

Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica, o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência, restabelece o Programa Um Computador por Aluno, altera o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, e dá outras providências".

Nos termos dos arts 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria, bem como estabelecido o calendário de sua tramitação:

**Composição
Senadores**

| Titulares | Suplentes |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|

**Bloco Parlamentar da Maioria
(PMDB/PP/PSC/PV)**

| | |
|---------------------|------------------|
| Renan Calheiros | 1. Vital do Rêgo |
| Francisco Dornelles | 2. Ana Amélia |
| Paulo Davim | 3. Romero Jucá |
| Eduardo Amorim | 4. Sérgio Souza |

**Bloco de Apoio ao Governo
(PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)**

| | |
|-----------------|-----------------------------|
| Walter Pinheiro | 1. Eduardo Lopes |
| Acir Gurgacz | 2. Wellington Dias |
| Lídice da Mata | 3. Pedro Taques |
| Inácio Arruda | 4. Antonio Carlos Valadares |

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)

| | |
|--------------|----------------------|
| Cyro Miranda | 1. Cássio Cunha Lima |
| Jayme Campos | 2. José Agripino |

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR)

| | |
|--------------|--------------------------|
| Gim Argello | 1. João Vicente Claudino |
| Blairo Maggi | 2. Alfredo Nascimento |

***PSOL**

Randolfe Rodrigues

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Deputados

| Titulares | Suplentes |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|

PT

| | |
|------------------|-----------------------|
| Jilmar Tatto | 1. Janete Rocha Pietá |
| Henrique Fontana | 2. Beto Faro |

PMDB

| | |
|----------------|--------------------|
| João Magalhães | 1. Marllos Sampaio |
| Pedro Novais | 2. Luiz Pitiman |

PSDB

| | |
|----------------|--------------------|
| Marcus Pestana | 1. Eduardo Barbosa |
|----------------|--------------------|

PP

| | |
|-------------|---------------------|
| Arthur Lira | 1. Jerônimo Goergen |
|-------------|---------------------|

DEM

| | |
|-------------------|----------------|
| Pauderney Avelino | 1. Felipe Maia |
|-------------------|----------------|

PR

| | |
|-----------------|----|
| Lincoln Portela | 1. |
|-----------------|----|

PSB

| | |
|---------------|----|
| Sandra Rosado | 1. |
|---------------|----|

PDT

| | |
|------------------|-------------------|
| André Figueiredo | 1. Ângelo Agnolin |
|------------------|-------------------|

Bloco (PV/PPS)

| | |
|----------------|-----------------|
| Carmen Zanotto | 1. Sarney Filho |
|----------------|-----------------|

PTB

| | |
|----------------|------------------|
| Jovair Arantes | 1. Arnon Bezerra |
|----------------|------------------|

PHS*

| | |
|---------------|----|
| José Humberto | 1. |
|---------------|----|

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Calendário

–Publicação no DO: 4-4-2012

–Designação da Comissão: até 6-4-2012(SF)

–Instalação da Comissão: 24 horas após designação

–Emendas: até 10-4-2012 (6 dias após a publicação)

–Prazo na Comissão: **

–Remessa do processo à CD:

–Prazo na CD: até 1º-5-2012 (até 28º dia)

–Recebimento previsto no SF: 1º-5-2012

–Prazo no SF: de 2-5-2012 a 15-5-2012 (42º dia)

–Se modificado, devolução à CD: 15-5-2012

–Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 16-5-2012 a 18-5-2012 (43º ao 45º dia)

–Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 19-5-2012 (46º dia)

–Prazo final no Congresso: 2-6-2012

**Declaração incidental de constitucionalidade do *caput* do art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, com eficácia *ex nunc* – Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 – DOU de 16/3/2012. Lida a comunicação do Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional na sessão do SF de 15 de março de 2012, e feita a comunicação à Câmara dos Deputados por meio do Ofício nº 102, de 2012-CN.

A matéria será publicada em avulsos.
Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS)

– Da mesma forma, a Senhora Presidente da República adotou, em 3 de abril de 2012, e publicou no dia 4 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 564, de 2012**, que altera a Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, para incluir no Programa Revitaliza do BNDES os setores que especifica, dispõe sobre financiamento às exportações indiretas, autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos e Garantias S.A. – ABGF, autoriza a União a participar de fundos dedicados a garantir operações de comércio exterior ou projetos de infraestrutura de grande vulto, altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, e da outras providências.

Nos termos dos arts. 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria, bem como estabelecido o calendário de sua tramitação.

A composição dessa Comissão:

**Composição
Senadores**

| Titulares | Suplentes |
|------------------|------------------|
|------------------|------------------|

**Bloco Parlamentar da Maioria
(PMDB/PP/PSC/PV)**

| | |
|---------------------|------------------|
| Renan Calheiros | 1. Ana Amélia |
| Francisco Dornelles | 2. Romero Jucá |
| Paulo Davim | 3. Sérgio Souza |
| Vital do Rêgo | 4. Waldemir Moka |

**Bloco de Apoio ao Governo
(PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)**

| | |
|-----------------|-----------------------------|
| Walter Pinheiro | 1. Eduardo Lopes |
| Acir Gurgacz | 2. Wellington Dias |
| Lídice da Mata | 3. Pedro Taques |
| Inácio Arruda | 4. Antonio Carlos Valadares |

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)

| | |
|--------------|------------------|
| Paulo Bauer | 1. Flexa Ribeiro |
| Jayme Campos | 2. José Agripino |

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR)

| | |
|--------------|--------------------------|
| Gim Argello | 1. João Vicente Claudino |
| Blairo Maggi | 2. Alfredo Nascimento |

PSD(*)

| | |
|-------------|-------------------|
| Kátia Abreu | 1. Sérgio Petecão |
|-------------|-------------------|

(*) Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

| Deputados | |
|------------------|--|
| Titulares | Suplentes |
| Jilmar Tatto | PT |
| Henrique Fontana | 1. Janete Rocha Pietá 2. Beto Faro |
| Leonardo Quintão | PMDB |
| Mauro Mariani | 1. Eduardo Cunha 2. Giroto |
| Rui Palmeira | PSDB |
| Arthur Lira | 1. Antonio Imbassahy |
| Mendonça Filho | PP |
| Lincoln Portela | 1. Jerônimo Goergen |
| Sandra Rosado | DEM |
| André Figueiredo | 1. Abelardo Lupion |
| Arnaldo Jardim | PR |
| Jovair Arantes | 1. Sarney Filho |
| Aureo | PSB |
| | 1. Arnon Bezerra |
| | PDT |
| | 1. Ângelo Agnolin |
| | Bloco (PV/PPS) |
| | 1. Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN. |
| | PTB |
| | 1. Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN. |
| | PRTB(*) |
| | 1. Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN. |
| | O calendário, nesse caso: |
| | –Publicação no DO: 4-4-2012; |
| | –Designação da Comissão: até 6-4-2012(SF); |
| | –Instalação da Comissão: 24 horas após designação; |
| | –Emendas: até 10-4-2012 (6 dias após a publicação); |
| | –Prazo na Comissão: (**) |
| | –Remessa do processo à CD; |
| | –Prazo na CD: até 1º-5-2012 (até 28º dia); |
| | –Recebimento previsto no SF: 1º-5-2012; |
| | –Prazo no SF: de 2-5-2012 a 15-5-2012 (42º dia); |
| | –Se modificado, devolução à CD: 15-5-2012; |
| | –Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 16-5-2012 a 18-5-2012 (43º ao 45º dia); |
| | –Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 19-5-2012 (46º dia); e |
| | –Prazo final no Congresso: 2-6-2012. |

(**) Declaração incidental de constitucionalidade do caput do art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, com eficácia ex nunc – Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/2012). Lida a comunicação do Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional na sessão do SF de 15 de março de 2012, e feita a comunicação à Câmara dos Deputados por meio do Ofício nº 102, de 2012-CN.

A matéria será publicada em avulsos.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

São os seguintes os ofícios das Lideranças:

Ofício nº 37/12-GLPSDB

Brasília, 04 de abril de 2012.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico os seguintes Senadores para integrarem a Comissão Mista para análise da Medida Provisória nº 564 de 2012.

Titular

Senador Cyro Miranda

Suplente

Senador Cássio Cunha Lima

Na oportunidade renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Álvaro Dias**, Líder do PSDB.

OF/GAB/Nº 292

Brasília, 4 de abril de 2012.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência a relação dos nomes dos Deputados do PMDB, que comporão a Comissão Especial destinada a apreciar a Medida Provisória nº 564 de 03 de abril de 2012.

Titulares

Deputado Leonardo Quintão

Deputado Mauro Marini

Suplentes

Deputado Eduardo Cunha

Deputado Giroto

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **Henrique Eduardo Alves**, Líder do PMDB.

Of. nº 388/2012/PSDB

Brasília, 4 de abril de 2012

Assunto: Indicação de Membro de Comissão

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, o Deputado Rui Palmeira, como membro titular, e o Deputado Antonio Imbassahy, como membro suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer a Medida Provisória nº 564/12, que altera a Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, para incluir no Programa Revitaliza do BNDES os setores que especifica, dispõe sobre financiamento às exportações indiretas, autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos e Garantias S.A. – ABGF, autoriza a União a participar de fundos dedicados a garantir operações de comércio exterior ou projetos de infraestrutura de grande vulto, altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009 e dá outras providências.

Respeitosamente, – Deputado **César Colnago**, Líder em Exercício do PSDB.

Ofício nº 71-L-Democratas/12

Brasília, 4 de abril de 2012

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados do Democratas que integrarão a Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 564/12.

Titular

Deputado Mendonça Filho

Suplente

Deputado Abelardo Lupion

Respeitosamente, – Deputado **Pauderney Avelino**, 1º Vice-Líder do Democratas.

OF/LID/Nº 49/2012

Brasília, 4 de abril de 2012.

Assunto: Indicação de membro para Comissão Mista

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o deputado Arnaldo Jardim – PPS/SP para integrar, como titular, a Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP 564/12, que “Altera a Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, para incluir no Programa Revitaliza do BNDES os setores que especifica, dispõe sobre financiamento às exportações indiretas, autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos e Garantias S.A. – ABGF, autoriza a União a participar de fundos dedicados a garantir operações de comércio exterior ou projetos de infraestrutura de grande vulto,

altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, e dá outras providências.”

Atenciosamente, – Deputado **Rubens Bueno**, Líder do Bloco PV, PPS.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Segue a sessão.

Como orador inscrito, concedo a palavra ao Senador Pedro Simon. (Pausa.)

Senador Pedro Simon, V. Ex^a está convidado para falar como orador inscrito, conforme a lista de oradores que temos hoje.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, afastado uns dias por um problema de saúde vim aqui, inclusive, quando ainda devia estar em repouso. Por que achei que era minha obrigação vir aqui?

Essa semana que passou... E, quando a gente está de fora, as notícias chocam mais do que quando a gente está aqui. Quando a gente está aqui sentado, conversando, é uma coisa. Quando está em casa, sozinho, no quarto, e vem uma, vêm duas, três, parecia que eu estava afundando. Mas, nunca vi a imagem do Senado tão negativa como nesses últimos tempos.

Olha, nunca vi um fato negativo sobre outro fato negativo, sobre outro fato negativo como nessa semana que passou. Talvez, repito, seja por estar vendo, assistindo de longe, mas fiz questão de vir aqui.

É provável que a sociedade tenha razão com relação ao juízo que faz da classe política, de um modo especial, do juízo que faz do Senado Federal.

Estou aqui para mais de 30 anos e não me lembro de atravessarmos uma faixa tão baixa de credibilidade como estamos vivendo agora. Juro que não me lembro! É verdade o que aconteceu no Senado foi uma situação realmente muito estranha.

Repto o que disse no meu aparte: o ilustre Senador de Goiás, nos oito anos em que esteve aqui conosco, para nós, foi uma atitude séria e responsável. De grandes projetos, entre os quais o Ficha Limpa, ele foi o relator.

Lembro-me, quando votamos nesta Casa a cassação do mandato do Presidente do Senado, que o Presidente do Senado se sentou ali na primeira fila e ficava olhando todos os parlamentares que falavam. Eu fui duro, falei, mas fiquei na tribuna e não tinha coragem de olhar. Eu nasci advogado de defesa; nunca acusei na minha vida. Eu estava machucado com aquilo.

O Senador Demóstenes saiu daqui e foi ali no meio – ali – e olhava frente a frente para o Senador Presidente, e o Senador Presidente teve que baixar o rosto. E, com o dedo em riste, dizia: “você é isso; é

mais isso, é mais isso; é mais isso; é mais isso”. Eu morria de vergonha; queria morrer.

Eu tenho dito ao meu Ilustre companheiro e amigo que sofro com o que está acontecendo com ele. Deve ser um caso típico de bipersonalidade, porque conviviam ali dois cidadãos: o que eu conheci, a quem dou nota dez na competência, na capacidade e na dignidade; e o que está aparecendo agora. Eu não sei como os dois conviviam, como um conversava com o outro, que é exatamente tudo o contrário do que a gente podia imaginar.

Eu tenho certeza de que esta Casa vai tomar uma posição. É claro que é gozação nacional o nosso Conselho de Ética. O presidente sai, afasta-se; está há não sei quanto tempo numa secretaria de estado e pronto; não aconteceu nada. Não aconteceu nada! Agora vão discutir se deve ou não deve ser nomeado um novo presidente.

Agiu muito bem o PT dizendo: “Esse aqui é o nosso candidato, o Senador Wellington, que tem condições e pode ser o Presidente; está à disposição. Não queremos tirar o lugar que é do PMDB, mas, se tem algum problema, está aqui”. E fez muito bem o líder do PMDB, dizendo: “Não; o MDB vai indicar o Presidente”. E amanhã vai ser indicado.

O Presidente Sarney está meio afastado, não o tenho visto, mas a informação é que, amanhã, às 10 horas, S. Ex^a estará aqui, e, às 10 horas, será instalada a comissão; será nomeado o presidente e será escolhido o relator. Eu, de minha parte, acho que o MDB, pegando a presidência – e deve pegar –, o Ilustre Senador do Piauí, indicado pelo PT, tem tudo para ser o relator da matéria. E a situação será tomada.

É verdade que tenho dito desta tribuna que, ultimamente, as CPIs do Senado têm sido um fiasco, uma vergonha. As duas últimas – a CPI das ONGs e a CPI dos cartões corporativos – foram uma vergonha. Não se chegou a conclusão nenhuma, não se fez nada. Na CPI dos cartões corporativos, o PMDB apresentou os cartões corporativos como um escândalo, uma barbaridade feita pelo PT e pelo Lula. Eu também que não sabia achei um escândalo. Aí veio o PT e disse que quem fez tudo isso foi o Fernando Henrique no governo dele; nós estamos apenas continuando. E é verdade!

O PSDB dizia: “Queremos investigar o Lula”. E o PT respondia: “E Fernando Henrique também”. Conclusão: não investigaram ninguém e não fizeram coisa nenhuma. Morreu a CPI dos Cartões Corporativos. Zero!

CPI das ONGs. Diziam que era um escândalo, uma barbaridade, uma indecência, uma imoralidade e aí criaram a CPI das ONGs. Então, veio o PSDB e disse que era uma vergonha a ONG de Santa Catarina que

fez toda a campanha da Senadora fulana de tal. Aí veio o PT e disse que tinha a ONG que fez não sei o quê.

Fui à comissão e disse: "Espera aí! Vamos resolver isso". Não vamos discutir o que é ONG daqui ou dali. O PSDB indica cinco, o PT indica cinco e nós vamos analisar essas dez ONGs. Até hoje, o PSDB não indicou as cinco do PT e, até hoje, o PT não indicou as cinco do PSDB. Morreu a CPI.

Então, a imprensa está gozando com isso, achando que vai acontecer a mesma coisa agora. Não vai acontecer. Não vai acontecer! Eu dizia isso e a ilustre jornalista Dora Kramer publicou no *Estadão* de ontem. Tenho a convicção de que não vai acontecer, porque hoje já é outro momento.

É aquilo que eu tenho dito: não confio nem no Congresso, nem no Judiciário e nem no Executivo. Eu confio é no povo, na manifestação do povo, na ação do povo. E, hoje, isso está acontecendo.

A Ficha Limpa foi votada pela unanimidade dessa Casa, porque o povo estava cercando o Congresso.

Atrevo-me a dizer que o Supremo, que diz – e está certo – que não se sujeita a pressões – e deve ser assim –, mas a gurizada estava lá no Supremo, quando, para surpresa de muitos, a decisão foi de aceitar a Ficha Limpa.

Pois, hoje, essa opinião pública está olhando para nós do Senado.

Da CPI dos cartões corporativos e daquela outra CPI, a imprensa nem tomou conhecimento e a sociedade muito menos.

As ONGs, agora, estão aparecendo – naquela altura ainda não apareciam – os exageros e os absurdos que muitas cometem.

Agora o Senado, eu diria que está engolindo água. Saturou. Não que nós tenhamos a obrigação de tomar uma decisão, incriminando quem quer que seja sem lhe dar o amplo direito de defesa. Quanto a isso não há dúvida nenhuma.

Mas eu sinto, Deus me perdoe, que essa defesa aparecerá e nos surpreenderá a todos e nós teremos que respeitá-la, mas botar na gaveta igual às ONGs, sem ter relatório, ou que nem os cartões corporativos, não vai acontecer.

O MDB vai indicar o Presidente, os membros da Comissão de Ética do MDB hoje são o líder do Senado, o Senador Renan, realmente uma pessoa muito preocupada com a ética, está lá, faz bem; o líder do Governo até então, Senador Jucá, outra pessoa também muito preocupada com a ética, está lá também, e o Sarney se fez representar pelos dois Senadores do Maranhão. Os dois Senadores integram o Conselho de Ética. Um é suplente, seu pai é Ministro e ele

está. Inclusive ele declarou há pouco tempo que ele não tem vocação para julgar companheiro.

Aliás, eu também não tenho. Criticaram ele, mas eu... Não é, Senador

Taques, que eu não aceite uma posição e aceite fazer, mas eu não busco essa posição. Se me é dada, é-me dada e eu aceito. Agora, buscar não.

Quando ele diz que não tem vocação, ele tem razão. Agora, por que aceitou, então? Mas na hora de indicar o Presidente o Senador Renan está esperando uma pessoa que tenha condições e haverá de escolher. Ele vai aceitar e nós vamos adiante.

Não será um Conselho de Ética, como há pouco tempo atrás, esse que é Presidente, que saiu agora, recebeu uma denúncia e engavetou, mandou arquivar sem dar satisfação para ninguém, e ficou por isso mesmo. E nem reuniu o Conselho de Ética, nem para ele tomar a decisão de mandar arquivar e nem depois que ele tomou a decisão de mandar arquivar.

Isso é o que a imprensa está publicando, dizendo que não vai dar em nada. Vai dar sim. O Presidente Sarney deve estar pensando agora, o Lula podia estar pensando também... Eu não me lembra e aí me disseram: é o mesmo. Esse Dr. Cachoeira foi aquele Cachoeira que chegou lá no Waldomiro, Subchefe da Casa Civil, que a televisão publicou mil vezes, o Cachoeira pegando dinheiro, botando no bolso e entregando para o Waldomiro, tanto mais tanto, e discutindo a comissão! Isso saiu na televisão mil vezes.

Naquela época se falava que eu pegaria inclusive a liderança do PT. Eu tinha votado no Lula, o Lula ganhou, eu era muito amigo, jantou na minha casa, eu estava íntimo. Falei desta tribuna, denunciei esse fato na tribuna e disse: saio daqui e vou no Palácio. Hoje mesmo eu tenho certeza que o Presidente vai demitir esse filho da mãe. Esse filho da mãe eu não disse, mas esse cidadão. Ele não demitiu.

É, pois é, não sei o quê, e não demitiu. Não sei, não posso afirmar, mas vou ver se o Ministro da Justiça era o Sr. Thomaz Bastos. Não sei se não era o Ministro da Justiça. Esse Thomaz Bastos, hoje, é o advogado do Cachoeira. Quinze milhões ele está ganhando. Ontem, o Supremo já tomou uma decisão: já liberou o Sr. Cachoeira de mandar... Eu tinha muito respeito pelo Sr. Thomaz Bastos, acho que foi um grande Ministro e um grande advogado. Quinze milhões é muito dinheiro! Não sei o que um homem com o respeito, com a credibilidade dele – e todo mundo diz que os últimos ministros do Governo Lula foram indicação dele, foram orientação dele, a palavra final foi dele – quer pegando a defesa de um Cachoeira, que é o símbolo da corrupção neste País. Todo cidadão tem direito a um ad-

vogado. Principalmente com R\$15 milhões, consegue qualquer advogado, até o Thomaz Bastos.

Como o Lula não mexeu no Sr. Waldomiro, pedi a CPI, entrei para a CPI. O Sr. Sarney, Presidente do Senado, sob determinação do Senhor Lula, Presidente da República, não deixou criar a comissão. Tivemos de ir ao Supremo. Eu e o querido e falecido Governador do Amazonas fomos ao Supremo. Ganhamos, mas um ano depois. Quando abriu a CPI do Cachoeira e do Waldomiro, não era mais a CPI do Cachoeira e do Waldomiro, era a CPI do Mensalão. Como Lula não deu o exemplo, não demitiu o Waldomiro, não mandou prender o Cachoeira, o negócio se alastrou e tomou conta de tudo. Foi o mensalão.

Agora, está aí o mesmo Cachoeira. Talvez, daí a alguns dias saia da cadeia, porque o advogado é muito bom, é um advogado muito competente. Ele entrou com um argumento muito forte dizendo que ele tem de ser solto. O problema de ele estar numa cadeia lá no Rio Grande do Norte é que está tornado muito difícil a convivência com a esposa dele. É o argumento profundo que o ex-Ministro da Justiça deve levar adiante para ser analisado. A imprensa está dizendo que não tem como. Esta Casa não vai fazer nada. A própria grande jornalista Dora Kramer é muito pessimista com relação a isso. Se perguntarem a mim por que estou otimista, por que acho que vai acontecer, é que, modéstia à parte, minha idade me dá a sensação de conhecer, pelo ar, quando chove ou quando não vai chover. Eu sinto que esse é o momento. Não é aquele momento em que o Presidente do Conselho de Ética pega e manda arquivar e não dá bola para ninguém. Não! Não é aquele momento em que se absolve o fulano de tal, não se condensa e não acontece nada. Não! Esse é o momento que nós estamos na capa. E o Brasil olha para esta Casa. E quando o Brasil olhou para essa Casa, foi na hora do Ficha Limpa. Esta Casa votou por unanimidade. Não sobrou um que votasse contra. Unanimidade! E olha que, quando eu estive aqui nesta tribuna, Senador Pedro Taques, era eu quem tinha mais emenda na Ficha Limpa. O Ficha Limpa foi um projeto que veio errado para cá, veio cheio de equívocos. E a gente sabe como é que veio. A Câmara votou para vir para cá. Está na hora de o Senado apresentar um montão de emenda para modificar, para melhorar, e voltaria para a Câmara e ficaria na gaveta da Câmara até hoje. Nunca sairia da gaveta da Câmara! Foi o que eu disse desta tribuna na hora da votação. “Sr. Presidente, eu retiro as minhas emendas e faço um apelo para que todos retirem essas emendas e vamos votar já, para amanhã a Presidenta sancionar, porque aí entra em vigor. Se voltar para a Câmara, morreu”. Por unanimidade. Bota o povo lá ali fora. A sociedade es-

tava se movimentando e nós entendemos que a hora era aquela. Agora é a mesma coisa.

Perdoe-me o meu amigo Demóstenes, que o meu juízo não é definitivo, e daqui a pouco, vai ver que essas gravações são tudo mentira, e eu não vi nada, quer dizer, podem provar? Não sei. Eu vejo o que está acontecendo, o que o Brasil inteiro está enxergando. É isso? É isso. Eu, se fosse ele, renunciava. Eu acho que ele, a família dele não pode ficar sob esse desgaste que ele vai ter nesse mês inteiro. Ainda mais que, agora, a renúncia não é para escapar, que nem fizeram os seus colegas anteriores, porque renunciando não pode ser candidato. Renúncia é um ato de preservação. Mas se não fizer isso, nós vamos até o fim. E se daqui ao fim as coisas forem que nem são hoje, não há Dr. Bastos nenhum na vida que vá mudar a ação desta Casa.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Senador Pedro Simon, nesse caso envolvendo esse cidadão Cachoeira – e o Senado está fazendo água, junto com a Câmara dos Deputados –, envolvendo um Senador da República, nós temos que separar o espaço judicial. O espaço judicial está sendo feito no Supremo Tribunal Federal. Muito bem. O Procurador-Geral da República solicitou instauração de uma investigação. Lá, no Supremo Tribunal Federal, essa investigação é acobertada pelo sigilo judicial, porque existem dados de comunicação telefônica e informações bancárias que estão lá, acobertadas. Nós fizemos um pedido ao Presidente Sarney, o Presidente Sarney solicitou ao Procurador-Geral da República, que, ao seu turno, pediu ao Ministro Lewandowski esses documentos. Ao que consta, o Corregedor-Geral desta Casa, o Senador Vital, também havia feito um pedido ao Supremo Tribunal Federal para que os documentos fossem compartilhados com a Corregedoria. A pergunta que se faz é: o Supremo Tribunal Federal vai compartilhar documentos acobertados pelo sigilo telefônico com um órgão administrativo, como a Corregedoria, como o Conselho de Ética? Ele pode fazer isso? Essa é uma questão que tem que ser respondida. Se a resposta for negativa, não existe outro caminho a esta Casa...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – CPI.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – ... a não ser a Comissão Parlamentar de Inquérito, porque senão estaremos aqui acobertando o sol, e isso nós não podemos fazer. E temos de nos recordar de que esse caso, ao que consta até agora, não envolve só um Senador da República, envolve Deputados Federais. Ao menos quatro já foram citados.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Tem que ser mista.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Tem que ser uma comissão parlamentar mista, conjunta. Ao que

já foi revelado pela imprensa, existe uma relação no mínimo estranha com dois governadores de Estado: o Governador do Estado de Goiás e o Governador do Distrito Federal. Isso é fato, já foi revelado pela imprensa. Ou nós vamos ficar aqui fazendo de conta que não estamos ouvindo? Não interessa se esse governador é do partido A ou B. O que interessa é que o Senado da República tem que tomar providências nesse caso. Concordo com V. Ex^a: sem prejulgamentos, sem condenar, mas também sem absolver quem quer que seja. O Senado tem que cumprir a sua função. Perguntaram-me, no meu Estado, nesse final de semana, o que eu entendo deste caso Demóstenes/Cachoeira, qual é a minha sensação. A sensação, eu já disse e aqui repito, é um misto de tristeza e alegria. Por que tristeza?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – A minha, eu repito, são duas personalidades. Eu conheci só um lado, o outro eu não conhecia.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Muito bem. É um misto de tristeza e alegria. Tristeza porque, sendo comprovados os fatos – e nós estamos caminhando nessa direção –, um Senador da República tombou diante de uma organização criminosa. Esse é o ponto da tristeza. Agora, o ponto da alegria, Senador Pedro Simon, é que as instituições estão funcionando. O Ministério Público está funcionando, a Polícia está funcionando, a Justiça está funcionando, a imprensa está funcionando. Imaginem se essa podridão ficasse na escuridão pelo resto de nossas vidas! Portanto, temos que nos louvar, temos que cumprimentar os órgãos de investigação porque as instituições estão funcionando. Isto faz parte de uma república democrática: as instituições funcionando. Parabéns pela fala de V. Ex^a, mas não existe outra forma de investigarmos isso, a não ser por meio de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Concordo com V. Ex^a na importância de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, mas V. Ex^a há de concordar comigo que uma comissão de ética funcionando como deve funcionar, fazendo o que deve fazer, é um passo muito importante. Se não temos nem uma comissão de ética, que faz parte do estatuto da Casa, como vamos querer fazer funcionar uma Comissão Parlamentar de Inquérito? Acho que, se nós entrarmos com o Conselho de Ética, no caminho certo, a CPI é uma consequência.

Eu já assinei a CPI. Com toda a sinceridade, assinei. Na primeira vez que o Senador Alvaro Dias veio falar comigo, eu assinei imediatamente. Assinei na primeira vez e assinei na segunda vez. Parece que a primeira seria só do Senado, depois seria mista, não sei o quê, mas eu assinei as duas, a do Senado e a mista.

Agora, às vezes acontece isso. Este vai ser um momento de definição. Não é um momento de... O

nossa colega Demóstenes está no episódio, mas o episódio vai muito além dele; é muito mais profundo. E esta Casa vai... Eu digo com profunda seriedade: confio nesta Casa, com todos os nossos equívocos, com toda a nossa lengalenga de ir devagarzinho.

Amanhã, vamos votar na Comissão de Justiça a tal da reforma administrativa. Eu não vou votar. Fiz parte da primeira Comissão, fizemos um trabalho, escrevi um livro sobre isso. Mas o negócio que querem votar é de mentirinha, é de mentirinha, não tem conteúdo e não tem seriedade. Essas coisas são assim, esta Casa vai levando ao extremo e não toma uma decisão. Mas, a um determinando momento, a decisão é tomada. Agora, nós chegamos a esta conclusão: vai acontecer!

Olha, no meu leito doentio, eu li com emoção essa entrevista de Carlos Ayres Britto. É um grande orgulho um brasileiro como esse. Vai ficar sete meses na Presidência do Supremo, mas, pelo sentimento, pela profundidade de conteúdo e pela disposição com que vai, tenho a convicção de que vai ser realmente muito importante. O mensalão vai ser o grande julgamento. O problema não são os quarenta réus, uns presos, outros condenados, outros absolvidos; o importante é chegar à conclusão, o importante é não cair no esquecimento, é não cair no fato de ser arquivado por decurso de prazo. Ao relator, uma pessoa excepcional, e agora ao Presidente que está entrando, com o conceito e o conteúdo das aulas de sabedoria que ele nos dá realmente, meus cumprimentos. Meus cumprimentos, Ministro Carlos Ayres Britto, Presidente do Supremo, pela aula de civismo que o senhor nos dá.

Tenho certeza de que também o Supremo viverá um grande momento, um importante momento e que, na hora de decidir, essa questão do julgamento vai ser a sepultura definitiva. O velório começou com a decisão das fichas limpas, e a sepultura será com a decisão do mensalão, sem cair em arquivo por falta de número.

Por isso, Sr^a Presidente, venho a esta Casa e subo a esta tribuna, ainda que debilitado, mas cumprindo exatamente a obrigação de minha consciência. E quero dizer a alguns senhores da imprensa que estão fazendo um belo papel que talvez eles estejam exagerando. Sinto que, com todos os erros que possamos ter cometido, com todos os equívocos e as questões que possam apontar nesta Casa, eu vejo aqui grandes nomes, vejo aqui o sentimento que, no final, pairará acima de nossas divergências. Nós vamos julgar, nós vamos decidir e nós vamos dar um rumo ao Senado da República.

Muito obrigado a V. Ex^a.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Meu caro Senador Pedro Simon, o seu talento político e a sua sensibilidade crescem nas crises ain-

da mais, como se já não fossem fortes. É uma sensibilidade tão grande que V. Ex^a não espera terminar o período de repouso de seu mal-estar físico e vem à tribuna para tratar de temas tão relevantes, sintonizado com a voz das ruas, com a voz do povo.

Fico mais confortada com a declaração de fé final de V. Ex^a na Instituição, porque, no meio do discurso, V. Ex^a disse que as instituições estavam falhando, Executivo, Judiciário e Congresso Nacional. Mas a sua palavra final é confortadora, e eu tenho a convicção de que nós daremos uma resposta adequada para que a Instituição não se fragilize.

Cumprimento o Senador Pedro Simon.

Orador inscrito, Senador Antonio Russo.

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr^a Presidente.

Eu não poderia deixar de cumprimentá-lo pelos 30 anos e dizer do orgulho que a gente tem de ter um companheiro igual ao mestre Pedro Simon.

Eu gostaria de falar, hoje, sobre a importância do turismo, Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores.

Atividades das mais variadas, como lazer, negócios, eventos culturais, desportivos e religiosos ou mesmo a visita a amigos e parentes, movimentam volumes espantosos de viajantes e de receitas. Portanto, não é preciso muito esforço para perceber a importância do setor de turismo na moderna economia globalizada.

Segundo a Organização Mundial do Turismo, apenas em 2010, a receita cambial com o setor foi de quase um trilhão de dólares. Esse montante não considera as receitas advindas do turismo doméstico.

Além disso, o impacto direto das atividades do turismo na economia representou aproximadamente 2,8% do PIB mundial, em 2011, de acordo com levantamento do Conselho Mundial de Viagens e Turismo.

A mesma entidade estima as expectativas de crescimento médio do setor em torno de 4,2% ao ano, para um período de 10 anos, o que elevará a contribuição total do setor para a economia planetária à casa dos 2,9 bilhões de dólares, em 2021, traduzindo uma variação acumulada de 55% ao longo desta década.

Não há dúvida, portanto, acerca da crescente influência do turismo nas economias dos países e nem do seu destacado papel na integração das diversas culturas nacionais mundo afora.

No Brasil, a representatividade do setor no nosso PIB é ainda maior que a média mundial. Suas dimensões, equivalente a aproximadamente 3,3% do Produto Interno Bruto, apresentam nítido viés de crescimento, a despeito de algumas repercussões da crise internacional que chegaram a impactar o desempenho nacional.

Da mesma forma que no resto do mundo, o turismo brasileiro é um grande gerador de empregos, sendo responsável, neste momento, por cerca de 2,8 milhões de empregos diretos contabilizados no Brasil e por mais um sem-número de colocações laborais nas cadeias produtivas que apoiam indiretamente o setor turístico.

Todavia, esse panorama aparentemente positivo não nos deve enganar. Sem enérgicas medidas adicionais de estímulo, o setor turístico brasileiro não ocupará lugar à altura do potencial de atratividade que efetivamente tem o País.

De fato, ao compararmos o desempenho nacional com o de outros países, alguns deles muito menores e muito menos bem aquinhoados em termos de capacidade de atrair turistas, obtemos um resultado que se revela até mesmo decepcionante.

Inicialmente, temos que o posicionamento no ranking mundial de atratividade de visitantes estrangeiros é surpreendentemente modesto, sendo que a participação nacional no volume total do turismo internacional mal supera a casa de 0,5%. Isso é ainda mais lamentável – repito – quando observamos que, em países bem menores e com potencial menor que o nosso, apresentam números superiores. Exemplos disso são a Turquia, a Malásia e a Ucrânia, cuja participação no mercado mundial é de 2,9%, 2,7% e 2,4% respectivamente.

É preciso, portanto, diagnosticar com precisão os problemas de competitividade que mais, e mais negativamente, impactam a atratividade turística brasileira e encaminhar políticas setoriais capazes de solucioná-los e aproximar, ao menos em parte, o Brasil turístico real do Brasil turístico potencial que queremos alcançar.

É preciso, sobretudo, investir mais na profissionalização do setor, avaliar os diferenciais competitivos e as práticas correntes nos grandes destinos mundiais e entender a lógica do seu sucesso, o que permitiria incorporar à infraestrutura brasileira tudo que fosse considerado útil e adequado à nossa realidade.

Um dado positivo, no quadro geral, é o fato de que os gastos dos turistas estrangeiros vêm crescendo no Brasil, tendo apresentado montante de 14,4% maior, em 2011, em relação ao ano anterior. Outra boa notícia é a de que o Rio de Janeiro tornou-se a cidade líder em destino turístico no Hemisfério Sul.

Sim, é verdade que Brasil tem avançado, mas creio que não o suficiente. Somente em 2009, o País veio a ocupar a primeira posição entre os destinos turísticos da América do Sul. Essa vantagem, porém, ainda não é proporcional à dimensão econômica brasileira e, muito menos, ao potencial de atratividade turística do Brasil.

Também é fundamental corrigir fatores que tornam os destinos turísticos no exterior mais atrativos aos turistas brasileiros que a maioria dos destinos domésticos. Esse aspecto, aliás, é um dos que mais vêm comprometendo a balança comercial do turismo brasileiro. Em 2010, por exemplo, o saldo cambial líquido alcançou déficit de mais de US\$10 bilhões. A despesa com a saída de turistas brasileiros cresceu espantosos 51% em relação ao exercício anterior.

Segundo o Banco Central, os gastos dos turistas brasileiros lá fora bateram recorde no primeiro bimestre deste ano, somando US\$3,7 bilhões, ante US\$3,1 bilhões em igual período de 2011. Só em fevereiro, os brasileiros gastaram 31% a mais em relação ao mesmo mês do ano passado.

Grande parte dessa perda de competitividade certamente se deve à grande apreciação do câmbio – situação que, aliás, demanda urgente correção, em virtude dos prejuízos que o atual nível de preço do real vem trazendo a toda a economia. Mas certamente não é o câmbio um fator único, isolado.

É também necessário aproveitar de modo mais completo a grande oportunidade que o País terá com a notável sequência de eventos prevista para os próximos anos: a Copa das Confederações da Fifa, em 2013; a Copa do Mundo de 2014; e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Esse conjunto de eventos traduz, em verdade, uma grande chance que o País tem de avançar no mercado do turismo internacional.

Sra Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é fato que o setor nacional do turismo tem avançado. No entanto, a riqueza turística brasileira está longe de ser bem explorada. Por exemplo: o turismo ecológico tem vastas oportunidades inaproveitadas. Acredito que deveria haver mais incentivos ao turismo na região Amazônica e do Pantanal, por exemplo.

O meu Estado, o Mato Grosso do Sul, tem inúmeras alternativas belíssimas, sem contar o turismo cultural, histórico, de negócios e serviços. Aliás, quando se fala em Mato Grosso do Sul, as imagens que vêm à mente são das araras azuis, das capivaras, onças-pintadas, tucanos, das inúmeras espécies de peixes, enfim da nossa fauna e flora esplendorosas. Não é por acaso que o Pantanal é considerado pela Unesco Patrimônio Natural Mundial e Reserva da Biosfera.

Na capital, Campo Grande, o Governo do Estado está com o belíssimo projeto do Aquário do Pantanal, no Parque das Nações Indígenas. Será o maior aquário de água doce do mundo, com 6,6 milhões de litros de água, 263 espécies e sete mil animais.

O Governador André Puccinelli tem tomado inúmeras iniciativas para divulgar o turismo do nosso Estado. Um exemplo é a participação dele na mostra de

turismo denominada “Mato Grosso do Sul, o turismo nas suas cores e sabores”, nesta segunda-feira, hoje, no Rio de Janeiro. O evento apresenta os principais destinos, a cultura e a gastronomia do nosso Estado ao resto do País e ainda será uma excelente oportunidade de negócios para os empresários do setor. Hoje, Mato Grosso do Sul destaca-se como um dos principais destinos de ecoturismo e do turismo de aventura do País.

Também fiquei muito satisfeito ao tomar conhecimento de que o Mato Grosso do Sul será beneficiado com mais recursos da Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional, provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

Vejo, com esperança, iniciativas para impulsivar o turismo. No entanto, em todo o Brasil, ainda existem carências e talvez falta de visão para encarar o setor como prioritário para o nosso avanço social e econômico.

Alternativas não faltam. Temos o turismo de negócios, cujo volume cresceu cerca de 30% em São Paulo, no ano passado, mas carece de apoios fundamentais na área de infraestrutura. Temos também o turismo de veraneio, preponderante ao longo da imensa costa brasileira. Temos o turismo cultural, que tem pontos altos, entre outros, no carnaval, em praticamente todos os Estados da Federação; nas festividades do Boi, no Amazonas; e no São João, principalmente no Nordeste do Brasil. Há também destinos muito importantes para o turismo religioso, representado nos grandes centros de peregrinação religiosa, cujo maior exemplo é Aparecida do Norte, em São Paulo, bem como em Juazeiro do Norte, na Amazônia, em Belém do Pará e em Macapá, por ocasião da festa do Círio de Nazaré. E, por fim, outros focos absolutamente relegados, como é o caso do turismo cívico e institucional, cujo caso mais evidente me parece ser propriamente Brasília.

Finalizo minha reflexão, Sra Presidente, certo de que podemos fazer um esforço maior do que o atualmente despendido da fundamentação, da qualidade e da competitividade do turismo brasileiro. Reconheço os avanços, é certo, mas entendo justo registrar que podemos e devemos fazer muito mais em prol deste que é não somente um dos setores econômicos que mais crescem em todo o mundo, neste terceiro milênio, mas um dos que efetivamente mais cria emprego, gera renda e distribui oportunidades.

Muito obrigado pela atenção.

Era o que tinha a dizer, Sra Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Caro Senador Antonio Russo, de fato, o turismo, especialmente em regiões como o seu Estado, tem muito a oferecer não só aos brasileiros que não conhecem a

beleza da região em todos os seus aspectos: a beleza geográfica, urbanística, a hospitalidade, a gastronomia e a cultura, mas, especialmente, aos turistas estrangeiros que visitam o nosso Brasil.

O Brasil, grande e bonito, ainda não recebe tantos turistas. A República Dominicana recebe mais turistas do que o Brasil.

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS) – É verdade.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Meus cumprimentos pela abordagem do tema, Senador Antonio Russo.

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS) – Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/ PP – RS) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, orador inscrito.

Enquanto aguardamos o Senador Paulo Paim, gostaria de dizer que a Casa acolhe com muita alegria a visita do Ministro da Agricultura, Deputado Mendes Ribeiro Filho, a quem saudamos e damos as boas-vindas, nesta tarde, ao Senado Federal.

Caro Ministro Mendes Ribeiro Filho, parabéns pelo trabalho que vem realizando à frente do Ministério da Agricultura. Cumprimentos.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Ana Amélia, Ministro Mendes Ribeiro Filho, Senador Simon, eu teria inúmeros assuntos a tratar. Não sei se conseguirei falar de todos, porque V. Ex^a irá dizer: “Se ficar dentro do tempo regimental, tudo bem”.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Mas V. Ex^a terá o tempo necessário, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Permita-me começar meu pronunciamento falando do seu Partido. V. Ex^a poderá perguntar: “Mas o que o Paim vai falar do meu Partido?”, porque, normalmente, eu não falo dos outros partidos. Falo do meu Partido, bem ou mal, para criticar ou para elogiar, mas falo do meu Partido.

Senadora Ana Amélia, por que venho à tribuna?

Tenho uma admiração muito grande pelo ex-Deputado Federal Jarbas Lima. Para mim, Jarbas Lima foi o maior tribuno que conheci na Câmara dos Deputados. Fiquei sabendo, no dia de hoje, que ele perdeu uma filha e sei que ele é tão emotivo que escreveu um artigo que foi publicado no *Correio do Povo*, jornal de Porto Alegre.

Pelo carinho que tenho, confesso que, quando menino, votei no Jarbas Lima. Lembro-me de que, na época, só havia dois partidos. Jarbas Lima foi a minha casa inúmeras vezes. Ele tinha uma relação direta com meus pais – já falecidos.

Enfim, resolvi ler o artigo dele aqui na tribuna hoje numa homenagem a ele e à família dele.

Sr^a Presidenta, morreu no hospital Moinhos de Vento, em Porto Alegre, a Professora Gisela Martins Lima Cupertino, de 47 anos, filha do ex-Deputado Federal, ex-Secretário da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Jarbas Lima, e da Professora Jane Lima.

Gisela era professora, pedagoga, da Creche Cejuquinha, do Centro de Funcionários do Tribunal de Justiça há quase 20 anos. Era casada com André Cupertino e mãe de Pedro e Victória. Deixa também três irmãs, Liamara, Thirsa e Ana, e quatro sobrinhas.

Deixo aqui meus sentimentos ao meu amigo Jarbas Lima e a sua esposa D^a Jane, ao marido, aos filhos e a todos os familiares e amigos da Professora Gisela. Ontem, domingo, o meu amigo Jarbas Lima, pai que perdeu a filha, escreveu um artigo no jornal *Correio do Povo*, com o título “Perdi minha filha Gisela”. Leio o artigo porque estou lendo como todos aqueles pais que perdem um filho ou uma filha. E senti, embora, não estavesse lá, as lágrimas do Jarbas caindo e também da mãe Jane. Que esse artigo seja uma homenagem a todos os pais.

Diz Jarbas Lima:

Perdi um pedaço de mim e da Jane. Perdimos muito da alegria de viver. A perda de Gisela nos feriu profundamente. Ela era muito especial. Doce, meiga, carinhosa, frágil, delicada. Era como uma graça de Deus. Era dessas criaturinhas que gostam mesmo dos pais. Tinha por natureza continuar criança, ser abraçada e ser protegida. Era sensível, pequena, uma bonequinha que não perdia a doçura. Era esposa, mas não queria deixar de ser o nenê dos pais. Era mãe dedicada, mas não renunciava o direito à filhinha mimada. Que saudades, minha filhinha. Você, Gisela, inverteu a ordem natural da vida. Foi-se antes de nós. Deixou-nos quando a hora era mais nossa de partir [diz o Jarbas]. Não aproveitou a família maravilhosa que construiu. Você partiu, você partiu do convívio de suas colegas da Creche Cejuquinha, das crianças que você amava como filhos e que elas nunca deixaram de retribuir. Você, minha filhinha, fez e deixou amigos verdadeiros

Os filhos se ligam a nós pelo respeito e pela doçura. O paraíso dos pais, é natural, vai do berço, à vida adulta dos filhos. Os corações dos pais parecem trocar de corpo. Os filhos perdem os pais.

Gisela, minha filhinha, está doendo muito! Pensei como meu pai, que homem não chora.

Chorei sim. Estamos, com a tua mãe, chorando muito, a dor e o sofrimento para dentro, profundo, incontrolável. Dor que sufoca. Dor só compreendida por quem padece. Na dor ficamos crianças, nestas horas é bom ter a família, os amigos ao nosso lado. Quem não sofreu, nada sabe da vida. Seus laços são mais estreitos que os da felicidade. Só a dor é real. A dor não dorme. A dor não fala. A dor só se processa no silêncio. Como Arthur de Azevedo, Gisela minha boneca, quando beijarmos teu túmulo, beijaremos, eu e tua mãe, a nossa própria sepultura.

Logo estaremos contigo.

Agradecemos ao Dr. Telmo Reis o carinho e a competência. A Victória e o Pedro, teus filhos, o André, teu esposo, nos confortamos na tua lembrança".

Jarbas, é uma pequena homenagem que te faço. Você, Jarbas, que, em uma oportunidade, por eu ter bradado, na Câmara dos Deputados, com a Constituição, que ninguém ia arrancar o direito dos trabalhadores, fui provocado – confesso, Senadora – e arremessei em direção a outro Deputado e, por isso, quiseram cassar meu mandato. Aí o Jarbas foi à tribuna e disse: "Se alguém quiser cassar o mandato desse Senador negro, eu serei o advogado". E arquivaram o processo.

Faço isso como uma lembrança bonita do meu amigo Jarbas.

Mas, Srª Presidenta, eu quero também aproveitar o momento para registrar que esse mês de abril é um mês em que a gente lembra a luta internacional contra as doenças e acidentes no trabalho.

Segundo o Anuário Estatístico de Acidente de Trabalho de 2010, construído pela Previdência Social, acidente de trabalho é aquele que ocorre durante o serviço ou no trajeto entre a casa e o local de trabalho.

Em 2010 o Ministério da Previdência Social registrou um total de 701.496 acidentes de trabalho; em 2009, o número foi de 733.365; em 2008, 755.980 pessoas se acidentaram.

Dado que também preocupa muito, Srª Presidenta, é que, de cada cinco acidentes do trabalho, quatro são com morte, quatro são de empresas terceirizadas; de cada dez acidentes no trabalho, oito são de empresas terceirizadas.

Passa-me a impressão de que há uma discriminação ou um não acolhimento, um não atendimento da mesma forma do trabalhador contratado e aquele que vem de uma empresa terceirizada, o que preocupa a todos.

Quem perde mais é o trabalhador porque perde a vida ou fica com sequelas, mas também perde a sociedade.

Os acidentes laborais custam R\$32 bilhões aos cofres públicos.

Diz aqui também que 50% do setor terceirizado não paga a previdência dos seus trabalhadores.

A remuneração do trabalhador terceirizado, em média, é 27% a menos do que a daquele servidor que é efetivo.

No tocante a acidentes de trabalho, no ranking internacional, o Brasil é o 4º maior do mundo.

Veja bem, de acordo com a OIT, ocorrem anualmente 270 milhões de acidentes de trabalho em todo o mundo. Aproximadamente 2,2 milhões de acidentes com mortes.

No Brasil, segundo o relatório, 1,3 milhão de casos tem como principais causas o descumprimento de normas básicas de proteção ao trabalhador.

O Brasil ocupa o 4º lugar em relação ao número de mortes no mundo, com 2.503 óbitos. O País perde apenas para a China, para os Estados Unidos e para a Rússia.

Na década de 70, o Brasil registrava uma média de 3.604 óbitos para 12.428.826 trabalhadores.

Dados do Ministério do Trabalho, Srª Presidenta, ainda mostram que a maioria dos acidentes são na área do transporte e na área da construção civil. Por isso que, nas obras da Copa, está havendo tantas greves e paralisações, e muitas delas ocorrem especificamente devido aos acidentes no trabalho.

Srª Presidenta, faço este registro dizendo que já fizemos uma audiência pública com esse objetivo. Faremos outra audiência pública, ainda neste mês de abril, para aprofundar o debate sobre doenças e acidentes no trabalho.

Srª Presidenta, eu vou agora aproveitar os últimos dez minutos para falar de outro tema. Quero aproveitar esses dez minutos, Senador... Eu ia chamá-lo Senador, mas V. Exª é Ministro. Ministro Mendes Ribeiro, eu vou falar um pouco do vinho, mas fique bem à vontade. V. Exª conhece mais do que ninguém a realidade do vinho gaúcho.

Mas como recebi um documento do Rio Grande, e veja bem o meu carinho com o setor do vinho... Eu, naquele desfile da escola Imperadores do Samba, em Porto Alegre, perdi exatamente para o vinho, porque foi homenageado o vinho, via escola Restinga, e a escola de que eu participava perdeu por um décimo – fazia homenagem ao nosso trabalho.

Mas eu recebi deles, com quem tenho uma relação excelente, sei que a Senadora Ana Amélia tem também, como tinha o Senador Zambiasi, e o Sena-

dor Simon, e quero dar alguns dados sobre o Instituto Brasileiro do Vinho (Ibravin), a União Brasileira de Viti-vinicultura (Unibra), a Federação das Cooperativas de Vinho (Fecovinho) e o Sindicato da Indústria do Vinho do Rio Grande do Sul (Sindivinho).

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Senador, sinta-se em casa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza. Com quatro gaúchos aqui, vou defender o vinho gaúcho com a maior tranquilidade.

Essas entidades, Sr^a Presidenta, solicitaram, em 1º de julho de 2011, ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior a aplicação de salvaguardas sobre as importações brasileiras de vinho.

Por outro lado, os importadores, *chefs*, donos de restaurantes, donos de lojas de bebidas e até consumidores contestaram essa posição, o que, segundo eles, acarretará uma barreira nas vendas.

Os representantes da indústria nacional, que aqui citei, argumentam que uma salvaguarda de três anos seria necessária para que a indústria vinícola brasileira pudesse promover ajustes de produção e de distribuição, tornando-se capaz, assim, de produzir vinhos mais competitivos, tanto em termos de preço como de qualidade – e, com certeza, nossa já é muito, muito boa.

Uma salvaguarda, definida pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, daria à indústria nacional a possibilidade de reerguer e fortalecer um setor que perde espaço, ano após ano, para a concorrência estrangeira.

Já os comerciantes de vinho, por sua vez, duvidam que a salvaguarda represente tudo isso que aqui estou falando, segundo argumentos que me mandaram.

Sr^a Presidenta, acredito que, diante de conflitos como esse, o melhor caminho é sempre a busca do entendimento, a busca do consenso, a busca de uma solução criativa que, na medida do possível, ampare as demandas de todos os setores.

Nesse conflito específico, está bem claro que as duas partes envolvidas têm lá os seus argumentos.

O que precisamos buscar é um ponto de equilíbrio, em que tanto produtores quanto comerciantes se sintam amparados e possam continuar produzindo e crescendo em seus respectivos negócios.

É importante mantermos a defesa de um mercado equilibrado e justo respeitando as boas práticas do comércio internacional.

Os produtores, por exemplo – claro que estou aqui falando muito mais pela provocação positiva; seria ouvida a tribuna dos produtores – estão certos em temer pelo futuro da indústria nacional, o nosso produto tem tudo para ser competitivo. Há uma década,

os vinhos brasileiros respondiam por 50% do total de vinhos consumidos no Brasil.

Em 2005, a participação do vinho nacional nessa conta já havia caído para 35%. Em 2011, caiu para 21%.

A curva, portanto, é descendente, e é mais do que natural que os produtores brasileiros – e não só os gaúchos – estejam apreensivos em relação ao que pode acontecer nos próximos dez, vinte anos.

Também pesam contra a vinicultura nacional os gargalos da infraestrutura fraca brasileira.

O frete, por exemplo, agrava custos altos ao produto final. Os principais polos de produção do vinho brasileiro se encontram no Sul e no Nordeste, mas é no Sudeste que se concentra o consumo. Os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro respondem, sozinhos, por praticamente a metade do vinho nacional consumido no País.

O vinho importado, que chega diretamente aos principais centros consumidores sem percorrer grandes distâncias no interior do País, tem um custo relativo de transporte muito menor, levando em conta os milhares de quilômetros que percorre o nosso, entre a fonte e o consumidor final no Brasil.

Sr^a Presidenta, apesar de contarmos com vinhos excelentes e com premiação internacional, por exemplo, na Europa, nos Estados Unidos, vinhos produzidos na Serra Gaúcha, e por que não dizer também, no Vale do São Francisco (Pernambuco), no Planalto Catarinense, no sul de Minas Gerais, em São Paulo, no Paraná.

Apesar disso, a indústria nacional tem dificuldades, devido ao preço, de competir com os vinhos chilenos, argentinos, franceses, italianos, sul-africanos, norte-americanos, australianos, portugueses, alemães, que têm um preço considerado mais em conta porque não têm toda a dificuldade dos tributos que aqui pagamos.

É um problema que demanda uma solução urgente, um problema que ameaça a indústria nacional, essa indústria que tanto se fortaleceu gerando emprego, que tanto tem lutado pelo crescimento da qualidade do vinho brasileiro. Por isso, é destaque já em nível internacional.

Creio eu que medidas mais simples e menos drásticas poderiam ser feitas. Os problemas da infraestrutura são de solução lenta, mas há soluções que podem ser adotadas imediatamente. E aqui lembro, como dizia antes, reduzir os impostos para o setor é uma opção. E temos bons precedentes, inclusive na própria indústria de vinho.

Em 2005, o IPI para a produção do espumante foi reduzido de 30% para 10%. Resultado: o resultado foi o aumento da competitividade do espumante nacional, que hoje é uma referência pela sua qualidade

mundial, além de ser vendido a preços acessíveis. E isso só foi alcançado, frisemos, sem a necessidade de que houvesse grandes mudanças.

Repto que não quero entrar aqui na polêmica instalada. Quero apenas que haja um espaço para que o produtor nacional possa colocar o seu produto aqui, principalmente no território nacional e, pela sua competência, também no exterior.

Somos contra a prática de concorrência desleal, contra o *dumping*, contra procedimentos ilegítimos, pois tais medidas são predatórias à indústria, aos empregos e ao consumidor.

O que quero reforçar, porém, é a necessidade de um amplo diálogo para o bem de todos. Essa posição entre produtores e comerciantes, que estão nesse momento em conflito, não é interessante.

Voltamos ao ponto de vista inicial: temos que pensar no bem da indústria brasileira. É preciso que se avance nesse sentido o mais rápido possível.

Faço votos de que o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior consiga apontar caminhos que fortaleçam o emprego aqui no nosso País.

Era isso, Sra Presidenta, que eu aqui, de forma resumida, tentei abreviar e não fiz toda a leitura do documento, inclusive do pronunciamento na íntegra. Mas faço esse registro na linha do entendimento e do bom senso. Mas V. Ex^a atua muito nessa área e, quando me lembro de V. Ex^a, eu me obrigo a lembrar também do nosso Senador Zambiasi, que atuava muito na área também da agricultura e do vinho; um Senador também respeitadíssimo por todos nós, como é V. Ex^a.

Fiz esse meu pronunciamento muito nesta visão de fortalecer a produção e a indústria nacional.

Era isso, Senadora.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Paulo Paim, Parabéns! Na semana passada, quando o Governo lançou o programa de estímulo à industrialização, eu fiz referência a essa questão. Ela tem dois aspectos, como bem ressalta V. Ex^a: o aspecto do direito do consumidor de escolher o que quer tomar e, do outro lado, o interesse nacional de preservar o emprego e uma indústria que se modernizou com muita coragem, com muita audácia, em várias regiões brasileiras, não só na Serra Gaúcha, mas em Santa Catarina e também no Vale do São Francisco.

Portanto, exatamente o melhor caminho é o entendimento entre os donos dos restaurantes, os chefes de cozinha do centro do País, que é o maior mercado consumidor, e a indústria nacional. Apenas uma medida do governo seria capaz de resolver o problema: reduzir o imposto incidente sobre o vinho brasileiro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É o que eu espero.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Como foi o caso, bem lembrado por V. Ex^a, sobre a questão do espumante. Antes de haver essa redução do imposto, Senador Paim, de cada dez garrafas de espumante consumidas no Brasil, oito eram estrangeiras. Depois dessa medida, houve uma inversão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Exatamente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – De cada dez garrafas, oito são nacionais, e apenas duas estrangeiras. Veja como uma medida singela – a redução do imposto – afeta o mercado brasileiro e preserva o emprego.

Mas tem outro detalhe que não está sendo falado, Senador Paim, que é o aspecto de que essa é uma cláusula que está dentro dos acertos do Mercosul para terceiros mercados.

Portanto, essa salvaguarda é de interesse da Argentina e do Uruguai, que são, como o Brasil, produtores de vinho, e, portanto, querem, porque nos acessos a outros mercados, o vinho da região não tem acesso. Então, é uma espécie de reciprocidade para os vinhos de países, especialmente da Europa, que não aceitam a entrada dos vinhos argentinos, uruguaios e brasileiros.

Na hora em que houver reciprocidade, tudo bem, cai a salvaguarda. Esse é o espírito do que está previsto no âmbito do Mercosul, já aprovado. São cem produtos que podem se valer dessa salvaguarda. Um deles é o vinho, que é de interesse também da Argentina, do Uruguai, e, claro, do Brasil.

Mas V. Ex^a foi pelo caminho correto do entendimento entre as partes, porque precisamos continuar desenvolvendo para os dois setores: o de serviços, na área de restaurante; e o da indústria e do emprego, na área dos vinhos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço o complemento que V. Ex^a faz ao meu pronunciamento, enfatizando inclusive essa questão do Mercosul, nós três que fizemos do Parlasul. Eu, inclusive, vou tomar posse nesta sexta-feira, já que na primeira reunião eu não pude me deslocar para aquele espaço tão importante da integração.

Meus cumprimentos a V. Ex^a.

Pedirei que o seu aparte – considero um aparte, se me permitir assim – seja inserido no meu pronunciamento e que V. Ex^a considere lido na íntegra o resumo que fiz de cada um deles aqui.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – V. Ex^a será atendido na forma do regimento.

Senador Paim, quero que o senhor me represente na reunião, porque, infelizmente, não estarei lá, só no dia 23.

Portanto, V. Ex^a me representará na reunião do Mercosul neste final de semana.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Provavelmente V. Ex^a me represente na reunião do dia 23.

SEGUIM, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, registro que faleceu na madrugada do dia 2 de abril, no Hospital Moinhos de Vento, em Porto Alegre, a professora Gisela Martins Lima Cupertino, de 47 anos.

Filha do ex-deputado federal e ex-secretário de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Jarbas Lima, e da professora Jane Lima.

Gisele era professora (pedagoga) da Creche Cejuquinha, do Centro dos Funcionários do Tribunal de Justiça (Cejud) havia quase 20 anos.

Ela era casada com André Cupertino e mãe de Pedro e Vitória. Deixa, também, três irmãs (Liamara, Thirsa e Ana), e quatro sobrinhos.

Deixo meus sentimentos ao meu amigo Jarbas Lima, a sua esposa, dona Jane, ao marido, aos filhos e a todos familiares e amigos da professora Gisele.

Sr. Presidente, ontem, domingo, o jornal Correio do Povo, de Porto Alegre, publicou artigo assinado por Jarbas Lima, com o título “Perdi minha filha Gisela”.

“Perdi um pedaço de mim e da Jane. Perdemos muito da alegria de viver. A perda da Gisela nos feriu profundamente. Ela era muito especial, doce, meiga, carinhosa, frágil, delicada.

Era como uma graça de Deus. Era destas criaturinhas que gostam mesmo dos pais, tinha por natureza continuar criança, ser abraçada, protegida.

Era sensível, pequena, uma bonequinha que não perdia a docura. Era esposa, mas não queria deixar de ser o nenê dos pais. Era mãe dedicada, mas não renunciava o direito de filhinha mimada.

Que saudades minha filhinha! Você, Gisela, inverteu a ordem natural da vida, foi-se antes de nós, deixou-nos quando a hora era mais nossa de partir.

Não aproveitou a família maravilhosa que constituiu. Você partiu do tempo do convívio de tuas colegas da Creche “Cejuquinha”, das crianças que você amava como filhos e elas nunca deixaram de retribuir.

Você, minha filhinha, fez e deixou amigos verdadeiros. Eu queria que você viajasse, passeasse, mas você se foi! Dói, boneca, dói muito!

São os filhos, quando Deus nos ajuda, que nos imortalizam, por gerações e pelo tempo. Os filhos são, por natureza, proteção e fortaleza dos pais.

Os filhos se ligam a nós pelo respeito e pela docura. O paraíso dos pais, é natural, vai do berço, à vida adulta dos filhos.

Os corações dos pais parecem trocar de corpo. Os filhos perdem os pais.

Gisela, minha filhinha, está doendo muito! Pensei como meu pai que homem não chora. Chorei sim. Estamos, com a tua mãe, chorando muito, a dor e o sofrimento para dentro, profundo, incontrolável.

Dor que sufoca. Dor só compreendida por quem padece. Na dor ficamos crianças, nestas horas é bom ter a família, os amigos ao nosso lado. Quem não sofreu, nada sabe.

Seus laços são mais estreitos que os da felicidade. Só a dor é real. A dor não dorme. A dor não fala. A dor só se processa no silêncio.

Como Arthur de Azevedo, Gisela, minha boneca, quando beijarmos seu túmulo, beijaremos, eu e tua mãe, a nossa própria sepultura.

Logo estaremos contigo. Agradecemos ao Dr. Telmo Reis o carinho e a competência. A Victória e o Pedro, teus filhos, o André, teu esposo, nos confortamos na tua lembrança”.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, utilizarei o nobre espaço desta tribuna no dia de hoje para falar um pouco sobre a questão do vinho, que nos últimos dias vem pautando uma discussão nacional.

O Instituto Brasileiro do Vinho (Ibravin), a União Brasileira de Vitivinicultura (Unibra), a Federação das Cooperativas do Vinho (Fecovinho) e o Sindicato da Indústria do Vinho do RS (SindiVinho) solicitaram em 1º de julho de 2011 ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior a aplicação de salvaguardas sobre as importações brasileiras de vinho.

Por outro lado, os importadores, chefs, sommeliers, donos de restaurantes, donos de lojas de bebidas e até consumidores, não aceitam que os importados tenham salvaguardas o que, segundo eles, acarretará uma barreira nas vendas.

Os representantes da indústria nacional que aqui citei, argumentam que uma salvaguarda de três anos seria necessária para que a indústria vinícola brasileira pudesse promover ajustes de produção e de distribuição, tornando-se capaz, assim, de produzir vinhos mais competitivos, tanto em termos de preço quanto em termos de qualidade.

Uma salvaguarda, definida pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, daria à indústria nacional a possibilidade de reerguer um setor que perde espaço, ano após ano, para a concorrência estrangeira.

Já os comerciantes de vinho, por sua vez, duvidam que a salvaguarda represente essa panaceia para os males enfrentados pela indústria vinícola nacional.

Sr. Presidente, eu acredito que, diante de conflitos como esse, o melhor caminho é sempre a busca do entendimento, a busca do consenso, a busca de uma solução criativa que, na medida do possível, ampare as demandas de ambos os lados.

Nesse conflito específico, está bem claro que as duas partes envolvidas têm razão em determinados pontos de suas argumentações.

O que precisamos buscar é um ponto de equilíbrio, em que tanto produtores quanto comerciantes fiquem satisfeitos e possam continuar produzindo e crescendo em suas respectivas atividades.

É importante mantermos a defesa de um mercado equilibrado e justo respeitando as boas práticas do comércio internacional.

Os produtores, por exemplo, estão certos em temer pelo futuro da indústria nacional, o nosso produto deve ser competitivo. Há uma década, os vinhos brasileiros respondiam por 50% do total de vinhos consumidos no Brasil.

Em 2005, a participação do vinho nacional nessa conta já havia caído para 35%. Em 2011, foi menor ainda, na casa dos 21%.

A curva, portanto, é descendente, e é mais do que natural que os produtores brasileiros estejam apreensivos em relação ao que pode acontecer nos próximos dez, vinte anos.

Também pesam contra a vinicultura nacional os gargalos da infraestrutura brasileira.

O frete, por exemplo, agrava custos altos ao produto final. Os principais polos de produção do vinho brasileiro se encontram no Sul e no Nordeste, mas é no Sudeste que se concentra o consumo. Os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro respondem, sozinhos, por praticamente a metade do vinho nacional consumido no País.

O vinho importado, que chega diretamente aos principais centros consumidores sem percorrer grandes distâncias no interior do País, tem um custo relativo de transporte muito menor, levando em conta os milhares de quilômetros que percorre entre o produtor estrangeiro e o consumidor final no Brasil.

Sr. Presidente, apesar de contarmos com vinhos excelentes e com premiação internacional... Europa, Estados Unidos... produzidos na Serra Gaúcha, no Vale do São Francisco (Pernambuco), no Planalto Catarinense, no sul de Minas Gerais, em São Paulo, no Paraná —...

Apesar disso, a indústria nacional tem dificuldade de competir com os vinhos chilenos, argentinos, franceses, italianos, sul-africanos, norte-americanos, australianos, portugueses, alemães — que têm alta qualidade e preços menores.

É um problema que demanda uma solução urgente, um problema que ameaça a indústria nacional, essa indústria que tanto se fortaleceu nos últimos anos, que tanto tem lutado pelo crescimento da qualidade do vinho brasileiro.

Creio eu que medidas mais simples e menos drásticas poderiam ser feitas. Os problemas da nossa infraestrutura são de solução lenta, mas há ações que podem ser adotadas imediatamente.

Reducir os impostos para o setor, por exemplo, é uma opção. E temos bons precedentes, inclusive na própria indústria do vinho.

Em 2005, o IPI para a produção de espumantes foi reduzido de 30% para 10%.

O resultado foi o aumento da competitividade do espumante nacional, que hoje já é uma referência mundial de qualidade, além de ser vendido a preços acessíveis.

E isso foi alcançado, frisemos, sem a necessidade de qualquer salvaguarda.

Repto que não quero entrar no mérito do pleito dos produtores, Senhor Presidente. Pode ser que a salvaguarda seja uma medida emergencial necessária e imprescindível no contexto atual.

Somos contra as práticas de concorrência desleal, contra o dumping, contra protecionismos ilegítimos, pois tais medidas são predatórias à indústria, aos empregos e ao consumidor de qualquer nação.

O que quero reforçar, porém, é a necessidade de que ambas as partes envolvidas nessa disputa cheguem a um acordo que conte com, na medida do possível, os interesses de todos.

Essa oposição entre produtores e comerciantes não é interessante nem aos produtores, nem aos comerciantes, e muito menos aos consumidores.

Pelo bem da indústria brasileira, é preciso que essas diferenças se resolvam o mais rápido possível.

Faço votos de que o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior consiga encontrar uma solução satisfatória para todos mas que, ao mesmo tempo, estimule e fortaleça a indústria nacional, que tem nos dado vinhos cada vez melhores, apesar de todas as dificuldades e de todos os desafios que nossos produtores enfrentam cotidianamente.

Era o que tinha a dizer.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Presidência comunica ao Plenário que, tendo em vista o recebimento de Ofício de Lideranças de indicação de membros para comporem as Comissões Mistas encarregadas de emitirem pareceres sobre as

Medidas Provisórias números 563 e 564, de 2012, com referência ao Senado Federal, ficam assim constituídas as respectivas comissões.

Medida Provisória nº 563, de 2012:

| Titulares | Suplentes | Composição Senadores |
|---------------------|--------------------------|---|
| | | Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PV) |
| Renan Calheiros | 1. Vital do Rêgo | |
| Francisco Dornelles | 2. Ana Amélia | |
| Paulo Davim | 3. Romero Jucá | |
| Eduardo Amorim | 4. Sérgio Souza | |
| | | Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) |
| José Pimentel | 1. Anibal Diniz | |
| Walter Pinheiro | 2. Angela Portela | |
| Wellington Dias | 3. Ana Rita | |
| Acir Gurgacz | 4. Lídice da Mata | |
| | | Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) |
| Paulo Bauer | 1. Flexa Ribeiro | |
| Jayme Campos | 2. José Agripino | |
| | | Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR) |
| Gim Argello | 1. João Vicente Claudino | |
| Blairo Maggi | 2. Alfredo Nascimento | |
| | | *PSD |
| Kátia Abreu | 1. Sérgio Petecão | |

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Medida Provisória nº 564, de 2012:

| Titulares | Suplentes | Composição Senadores |
|---------------------|------------------|---|
| | | Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PV) |
| Renan Calheiros | 1. Vital do Rêgo | |
| Francisco Dornelles | 2. Ana Amélia | |
| Paulo Davim | 3. Romero Jucá | |
| Eduardo Amorim | 4. Sérgio Souza | |
| | | Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) |
| José Pimentel | 1. Anibal Diniz | |

Walter Pinheiro
Wellington Dias
Lídice da Mata
2. Angela Portela
3. Ana Rita
4. Acir Gurgacz

**Bloco Parlamentar Minoria
(PSDB/DEM)**
Cyro Miranda
Jayme Campos
1. Cássio Cunha Lima
2. José Agripino

**Bloco Parlamentar União e Força
(PTB/PR)**
Gim Argello
Blairo Maggi
1. João Vicente Claudino
2. Alfredo Nascimento

***PSOL**
Randolfe Rodrigues
1.

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Essas são as informações das lideranças para a composição das comissões especiais das **Medidas Provisórias nº 563 e 564, de 2012.**

São os seguintes os ofícios das Lideranças:

Ofício nº 46/2012 – GLBAG

Brasília, 9 de abril de 2012

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico, conforme tabela abaixo, os Senadores representantes do Bloco de Apoio ao Governo para integrarem, na qualidade de titulares e suplentes, a Comissão Temporária para análise da MP 563/2012.

| Titulares | Suplentes |
|------------------|-------------------|
| José Pimentel | 1. Anibal Diniz |
| Walter Pinheiro | 2. Angela Portela |
| Wellington Dias | 3. Ana Rita |
| Acir Gurgacz | 4. Lídice da Mata |

Senador **Walter Pinheiro**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo

Ofício nº 47/2012 – GLBAG

Brasília, 9 de abril de 2012

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico, conforme tabela abaixo, os Senadores representantes do Bloco de Apoio ao Governo para integrarem, na qualidade de titulares e suplentes, a Comissão Temporária para análise da MP 564/2012.

Titulares

José Pimentel
Walter Pinheiro
Wellington Dias
Acir Gurgacz

Senador **Walter Pinheiro**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Presidência designa o Deputado Antonio Imbassahy, como membro titular, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, para integrar a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, conforme o Ofício nº 401, de 2012, do Vice-Líder do PSDB na Câmara dos Deputados, no exercício da Presidência.

É o seguinte o ofício:

Of. nº 401/2012/PSDB

Brasília, 9 de abril de 2012

Assunto: Indicação de Membro de Comissão

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, como membro titular, para integrar a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC.

Respeitosamente, – Deputado **César Colnago**, Líder do PSDB em Exercício.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não havendo mais oradores inscritos, darei por encerrada a presente sessão, lembrando às Sr^{as}s e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se, amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 63, DE 2011**
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.

Parecer sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

Suplentes

1. Anibal Diniz
2. Angela Portela
3. Ana Rita
4. Lídice da Mata

Relator ad hoc: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

2

REQUERIMENTO Nº 114, DE 2012

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 114, de 2012, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando que sejam transmitidos ao Governo dos Estados Unidos da América o apelo e a manifestação do Senado Federal, no sentido de que os Estados Unidos da América suspendam o bloqueio econômico e comercial a Cuba, libertem os presos políticos, bem como fechem definitivamente a prisão instalada na base de Guantânamo.

Parecer sob nº 335, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Pedro Simon, favorável, com a alteração que propõe.

3

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2012

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 9, de 2012)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2012, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando que sejam transmitidos ao Governo de Cuba o apelo e a manifestação do Senado Federal, no sentido de que Cuba providencie o indulto geral aos aprisionados por posicionamentos políticos ou de consciência e autorize todos os seus habitantes a poderem entrar e sair de seu país, mesmo aqueles que criticam o regime político estabelecido na ilha.

Parecer contrário, sob nº 227, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Randolfe Rodrigues.

4

REQUERIMENTO Nº 183, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 183, de 2012, do Senador Vital do Rêgo, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (concessão de seguro desemprego).

5

REQUERIMENTO Nº 185, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 185, de 2012, do Senador Vital do Rêgo, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 28, de 2012, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (envio de documento de cobrança de débitos por meio eletrônico).*

6

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2012, do Senador Acir Gurgacz, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2012, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição,*

seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (tratamento tributário, previdenciário e trabalhista do turismo rural).

7

REQUERIMENTO Nº 187, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 187, de 2012, do Senador Acir Gurgacz, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 591, de 2011 - Complementar, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (veda o contingenciamento de recursos orçamentários para sanidade animal e vegetal).

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 57 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

PSD - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,12)

RELATORA: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(15,16)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

Prazo prorrogado: 30/06/2012

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾ | |
| Lídice da Mata (PSB-BA) ^(2,4,6) | 1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(2,7,9) |
| Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾ | 2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾ |
| Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽²⁾ | |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Paulo Davim (PV-RN) | 1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES) |
| VAGO ⁽⁸⁾ | 2. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹³⁾ |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| VAGO ^(1,14) | 1. |
| Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR) | |
| (3,11) | |

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

**. Em 20.03.2012, foi lido o Requerimento nº 163, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2011 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDABAG).

3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.
6. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
12. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
14. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
15. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
16. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 3/12-SSCEPI, comunicando que a Senadora Lídice da Mata foi designada Relatora.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 061 33033514

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

Prazo final: 22/12/2011

Prazo prorrogado: 31/05/2012

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾ | |
| Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾ | 1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾ |
| VAGO ^(6,13) | 2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁴⁾ |
| Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾ | |
| Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2) | |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁴⁾ | 1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ^(4,15) |
| Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁴⁾ | 2. VAGO ^(4,17) |
| Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,16) | |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Demóstenes Torres (DEM-GO) ⁽⁵⁾ | 1. VAGO ^(7,8) |
| VAGO ^(10,12) | |
| Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR) | |
| João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽³⁾ | 1. Gim Argello (PTB-DF) ⁽³⁾ |

Notas:

*. Em 14.12.2011, foi lido o Requerimento nº 1.550, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias, a partir de 23.12.2011.

**. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (OF. Nº 67/2011-GLDBAG).

2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).

3. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
4. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).
5. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).
6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 14.09.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) (Of. nº 168/11-GLPSDB).
13. Vago em virtude da indicação da Senadora Lídice da Mata para vaga de suplente na Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente da Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
17. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT)⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB)⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB)⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Gilson Dipp ⁽¹⁾

RELATOR: Luiz Carlos Gonçalves

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

Designação: 21/09/2011

Instalação: 18/10/2011

Prazo final: 25/05/2012

MEMBROS

Gilson Dipp

VAGO ⁽²⁾

Antonio Nabor Areias Bulhões

Emanuel Messias Oliveira Cacho

Gamil Föppel El Hireche

José Muñoz Piñeiro Filho

Juliana Garcia Belloque

Luiza Nagib Eluf

Luiz Carlos Gonçalves

Luiz Flávio Gomes

Marcelo André de Azevedo

Marcelo Leal Lima Oliveira

Marcelo Leonardo

VAGO ⁽³⁾

Técio Lins e Silva

Tiago Ivo Odon

Marco Antonio Marques da Silva

Notas:

*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

**. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.

***. Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.

****. Em 31.10.2011, foi lido o Of. nº 032/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 18.10.2011, bem como a designação, como Relator, do Dr. Luiz Carlos Gonçalves, Procurador Regional do Estado de São Paulo.

*****. Acrescida de uma vaga, conforme proposta da Presidência do Senado, aprovada na sessão de 20.10.2011, a ser ocupada pelo Desembargador Marco Antonio Marques da Silva, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.

2. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CJECP, comunicando o afastamento dos trabalhos da Ministra Maria Tereza Moura, em virtude de problemas de saúde em sua família.

3. Em 2.04.2012, foi lido o Ofício nº 022/2012-CJECP, comunicando a solicitação do Doutor René Ariel Dotti de seu afastamento dos trabalhos a partir de 21 de março do corrente.

3) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾

Senador Paulo Paim (PT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)

Senador Sérgio Souza (PMDB) ⁽²⁾

Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).
2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).
3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).
4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).

4) COMISSÃO EXTERNA PARA REPRESENTAR O SENADO NA CONFERÊNCIA DA ONU - RIO+20

Finalidade: Representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20

- Requerimento nº 39, de 2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- Requerimento nº 40, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/02/2012

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) | 1. Senador Cristovam Buarque (PDT) |
| Senador Jorge Viana (PT) | 2. Senador Eduardo Lopes (PRB) |
| Senador Lindbergh Farias (PT) | 3. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B) |
| Senador Acir Gurgacz (PDT) | 4. Senador João Capiberibe (PSB) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Senador Luiz Henrique (PMDB) | 1. |
| Senador Eduardo Braga (PMDB) | 2. |
| Senador Sérgio Souza (PMDB) | 3. |
| | 4. |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽¹⁾ | 1. Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾ |
| Senador Demóstenes Torres (DEM) ⁽³⁾ | 2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽³⁾ |
| Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR) | |
| Senador Fernando Collor (PTB) ⁽²⁾ | 1. Senador Gim Argello (PTB) ⁽²⁾ |
| Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾ | 2. Senador Vicentinho Alves (PR) ⁽⁴⁾ |

Notas:

*. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 34/2012 - GLDBAG, designando os Senadores Rodrigo Rollemberg, Jorge Viana, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz como membros titulares e os Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Lopes, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão.

**. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 25/2012 - GLPMDB, designando os Senadores Luiz Henrique, Eduardo Braga e Sérgio Souza como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicaram a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 12.03.2012, os Senadores Cássio Cunha Lima e Paulo Bauer são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria, na Comissão. (Ofício nº 21/2012-GLPSDB)

2. Em 13.03.2012, os Senadores Fernando Collor e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 56/2012-GLPTB).

3. Em 14.03.2012, os Senadores Demóstenes Torres e Jayme Campos são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 010/12-GLDEM).

4. Em 21.03.2012, os Senadores Blairo Maggi e Vicentinho Alves são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão (Of. nº 009/2012-GLPR).

5) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| 1. | |
| 2. | |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| 1. | |
| 2. | |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾ | 1. |

Notas:

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS COM O OBJETIVO DE ANALISAR QUESTÕES FEDERATIVAS

Finalidade: Analisar e propor, no prazo de sessenta dias, a partir da instalação, soluções para questões relacionadas ao Sistema Federativo.

(Ato do Presidente do Senado nº 11, de 2012)

Número de membros: 14

PRESIDENTE: Nelson Jobim

Ato do Presidente do Senado Federal: 15/03/2012

Designação: 15/03/2012

MEMBROS

Nelson Jobim

Bernardo Appy

João Paulo dos Reis Veloso

Everardo Maciel

Ives Gandra da Silva Martins

Adib Jatene

Luís Roberto Barroso

Michal Gartenkraut

Paulo de Barros Carvalho

Bolívar Lamounier

Fernando Rezende

Sérgio Prado

Manoel Felipe do Rêgo Brandão

Marco Aurélio Marrafon

7) COMISSÃO EXTERNA PARA PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹³⁾ | |
| Delcídio do Amaral (PT) | 1. Zeze Perrella (PDT) ^(10,14) |
| Eduardo Suplicy (PT) | 2. Angela Portela (PT) |
| José Pimentel (PT) ^(9,10) | 3. Marta Suplicy (PT) |
| Humberto Costa (PT) | 4. Wellington Dias (PT) |
| Lindbergh Farias (PT) | 5. Jorge Viana (PT) |
| Acir Gurgacz (PDT) | 6. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁸⁾ |
| Lídice da Mata (PSB) | 7. Antonio Carlos Valadares (PSB) |
| Vanessa Grazziotin (PC DO B) | 8. Inácio Arruda (PC DO B) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Casildo Maldaner (PMDB) | 1. Vital do Rêgo (PMDB) |
| Eduardo Braga (PMDB) | 2. Sérgio Souza (PMDB) ^(17,22) |
| Valdir Raupp (PMDB) | 3. Romero Jucá (PMDB) |
| Roberto Requião (PMDB) | 4. Ana Amélia (PP) |
| Eunício Oliveira (PMDB) | 5. Waldemir Moka (PMDB) |
| Luiz Henrique (PMDB) | 6. Clésio Andrade (PMDB) ^(4,7,16,27,28) |
| Lobão Filho (PMDB) | 7. Benedito de Lira (PP) |
| Francisco Dornelles (PP) | 8. Ciro Nogueira (PP) |
| Ivo Cassol (PP) ^(11,12,18,20) | 9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾ |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾ | 1. Alvaro Dias (PSDB) |
| Cyro Miranda (PSDB) | 2. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾ |
| Flexa Ribeiro (PSDB) | 3. Paulo Bauer (PSDB) |
| José Agripino (DEM) | 4. Jayme Campos (DEM) |
| Demóstenes Torres (DEM) | 5. Clovis Fecury (DEM) ^(5,15) |
| Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR) | |
| Armando Monteiro (PTB) | 1. Fernando Collor (PTB) |
| João Vicente Claudino (PTB) | 2. Gim Argello (PTB) |
| Antonio Russo (PR) ^(26,27,28) | 3. Blairo Maggi (PR) |
| João Ribeiro (PR) | 4. Alfredo Nascimento (PR) ⁽²¹⁾ |

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

PSD PSOL ⁽²⁴⁾

Kátia Abreu (PSD) (23,25)

1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- **. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antônio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
 3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
 4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
 7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).
 9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).
 11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
 13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).
 15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
 16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
 17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
 20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
28. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDDB nº 32/2012).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|---------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾ | |
| Marta Suplicy (PT) | 1. Acir Gurgacz (PDT) |
| José Pimentel (PT) | 2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Eduardo Braga (PMDB) | 1. Romero Jucá (PMDB) |
| Luiz Henrique (PMDB) | 2. Armando Monteiro (PTB) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) | 1. Flexa Ribeiro (PSDB) |

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2012

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|---------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾ | |
| Lindbergh Farias (PT) (4,7) | 1. Angela Portela (PT) |
| Clésio Andrade (PMDB) (8) | 2. Cristovam Buarque (PDT) (6) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Francisco Dornelles (PP) | 1. Ciro Nogueira (PP) |
| Valdir Raupp (PMDB) | 2. Waldemir Moka (PMDB) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Cyro Miranda (PSDB) (1) | 1. Armando Monteiro (PTB) (2,3) |

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 2. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
 4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 6. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
 7. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
 8. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾ | |
| Paulo Paim (PT) | 1. Eduardo Suplicy (PT) |
| Angela Portela (PT) | 2. Marta Suplicy (PT) |
| Humberto Costa (PT) | 3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁹⁾ |
| Wellington Dias (PT) | 4. Ana Rita (PT) |
| João Durval (PDT) | 5. Lindbergh Farias (PT) |
| Rodrigo Rollemberg (PSB) | 6. Cristovam Buarque (PDT) |
| Vanessa Grazziotin (PC DO B) | 7. Lídice da Mata (PSB) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Waldemir Moka (PMDB) | 1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(7,18) |
| Paulo Davim (PV) ⁽²⁾ | 2. Pedro Simon (PMDB) |
| Romero Jucá (PMDB) ^(3,5) | 3. Lobão Filho (PMDB) |
| Casildo Maldaner (PMDB) | 4. Eduardo Braga (PMDB) |
| Ricardo Ferraço (PMDB) | 5. Roberto Requião (PMDB) |
| Lauro Antonio (PR) ^(15,16,17) | 6. Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹¹⁾ |
| Ana Amélia (PP) | 7. Benedito de Lira (PP) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Cícero Lucena (PSDB) | 1. Aécio Neves (PSDB) |
| Lúcia Vânia (PSDB) | 2. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(10,12,14) |
| Cyro Miranda (PSDB) ^(8,10) | 3. Paulo Bauer (PSDB) |
| Jayme Campos (DEM) | 4. Maria do Carmo Alves (DEM) |
| Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR) | |
| Mozarildo Cavalcanti (PTB) | 1. Armando Monteiro (PTB) |
| João Vicente Claudino (PTB) ^(1,6) | 2. Gim Argello (PTB) |
| Vicentinho Alves (PR) | 3. Antonio Russo (PR) ^(20,21) |

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

19. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,3)

Instalação: 24/03/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾ | |
| Lindbergh Farias (PT) | 1. Rodrigo Rollemberg (PSB) |
| Wellington Dias (PT) | 2. Lídice da Mata (PSB) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Waldemir Moka (PMDB) | 1. Ana Amélia (PP) |
| Casildo Maldaner (PMDB) | 2. VAGO ⁽⁶⁾ |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| VAGO ⁽⁴⁾ | 1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽²⁾ |

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 14/2011-PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Lindbergh Farias e da Senadora Marisa Serrano para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Lindbergh Farias e Wellington Dias como membros titulares, e Rodrigo Rollemberg e Lídice da Mata como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Waldemir Moka e Casildo Maldaner como titulares, e Ana Amélia e Eduardo Amorim como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Marisa Serrano como titular e Cyro Miranda como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: ^(2,5,6)

Instalação: 12/04/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|-------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾ | |
| Humberto Costa (PT) | 1. João Durval (PDT) |
| Ana Rita (PT) ⁽¹⁾ | 2. Wellington Dias (PT) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| VAGO ^(5,6) | 1. VAGO ⁽³⁾ |
| Waldemir Moka (PMDB) | 2. Ana Amélia (PP) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Lúcia Vânia (PSDB) | 1. Maria do Carmo Alves (DEM) |

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Humberto Costa e Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e João Durval e Wellington Dias como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Eduardo Amorim e Waldemir Moka como titulares, e Vital do Rego e Ana Amélia como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Lúcia Vânia como titular e Maria do Carmo Alves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 29/03/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾ | |
| Paulo Paim (PT) | 1. Vicentinho Alves (PR) |
| Lídice da Mata (PSB) | 2. VAGO ⁽²⁾ |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Casildo Maldaner (PMDB) | 1. VAGO ⁽⁵⁾ |
| Ricardo Ferraço (PMDB) | 2. Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾ |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Paulo Bauer (PSDB) | 1. Aécio Neves (PSDB) |

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício 15/2011 - PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata como membros titulares, e Vicentinho Alves e João Pedro como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Casildo Maldaner e Ricardo Ferraço como titulares, e Eduardo Amorim e Sérgio Petecão como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Paulo Bauer como titular e Aécio Neves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Marta Suplicy (PT-SP) ⁽¹⁾

Instalação: 07/03/2012

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|-----------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Paulo Paim (PT) | 1. Wellington Dias (PT) |
| Marta Suplicy (PT) | 2. Rodrigo Rollemberg (PSB) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Ana Amélia (PP) | 1. Waldemir Moka (PMDB) |
| Casildo Maldaner (PMDB) | 2. Lauro Antonio (PR) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Cyro Miranda (PSDB) | 1. Paulo Bauer (PSDB) |

Notas:

1. Em 07.3.2012, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relatora a Senadora Marta Suplicy (Of. nº 23/2012 - CAS).

*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²³⁾ | |
| José Pimentel (PT) | 1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁰⁾ |
| Marta Suplicy (PT) | 2. Ana Rita (PT) ⁽¹⁰⁾ |
| Pedro Taques (PDT) | 3. Anibal Diniz (PT) ^(10,12) |
| Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾ | 4. Acir Gurgacz (PDT) ^(24,25) |
| Antonio Carlos Valadares (PSB) | 5. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁹⁾ |
| Inácio Arruda (PC DO B) | 6. Rodrigo Rollemberg (PSB) |
| Eduardo Lopes (PRB) ^(34,35) | 7. Humberto Costa (PT) ⁽¹³⁾ |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Eunício Oliveira (PMDB) | 1. Roberto Requião (PMDB) ^(3,4,17,21,26) |
| Pedro Simon (PMDB) ^(2,16) | 2. Clésio Andrade (PMDB) ^(5,17,38) |
| Romero Jucá (PMDB) | 3. Eduardo Braga (PMDB) ^(14,17) |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,17) |
| Renan Calheiros (PMDB) ⁽²¹⁾ | 5. Lobão Filho (PMDB) |
| Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁷⁾ | 6. Waldemir Moka (PMDB) |
| Francisco Dornelles (PP) | 7. Benedito de Lira (PP) |
| Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁸⁾ | 8. Lauro Antonio (PR) ^(30,31,32) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Aécio Neves (PSDB) | 1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²²⁾ |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) | 2. Flexa Ribeiro (PSDB) |
| Alvaro Dias (PSDB) | 3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹¹⁾ |
| Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁹⁾ | 4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁸⁾ |
| Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR) | |
| Armando Monteiro (PTB) | 1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁸⁾ |
| Gim Argello (PTB) | 2. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁷⁾ |
| Magno Malta (PR) | 3. João Ribeiro (PR) ^(20,36,37) |
| PSOL | |
| Randolfe Rodrigues | 1. VAGO ⁽³³⁾ |

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

- ***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).
- ****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- *****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.
- *****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.
- *****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- *****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- *****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
 3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
 4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)
 5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)
 6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
 7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
 8. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
 9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
 10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
 11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
 12. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
 13. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
 14. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
 15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 16. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
 17. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
 18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
 19. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
 22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
 23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
29. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
34. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
35. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
36. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
37. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
38. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF.GLPMDB nº 45/2012).

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Pedro Taques (PDT) | |
| Lindbergh Farias (PT) | |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Eduardo Braga (PMDB) | |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) | |
| Demóstenes Torres (DEM) | |
| Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR) | |
| Armando Monteiro (PTB) | |
| PSOL | |
| Randolfe Rodrigues | |

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,14,16)

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁷⁾ | |
| Angela Portela (PT) | 1. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁰⁾ |
| Wellington Dias (PT) | 2. Anibal Diniz (PT) |
| Ana Rita (PT) | 3. Marta Suplicy (PT) |
| Paulo Paim (PT) | 4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(13,25) |
| Walter Pinheiro (PT) | 5. Pedro Taques (PDT) |
| Cristovam Buarque (PDT) | 6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾ |
| Lídice da Mata (PSB) | 7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁸⁾ |
| Inácio Arruda (PC DO B) | 8. João Capiberibe (PSB) ⁽³²⁾ |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Roberto Requião (PMDB) | 1. Romero Jucá (PMDB) ^(2,21) |
| Lauro Antonio (PR) ^(28,29,31) | 2. Valdir Raupp (PMDB) |
| VAGO ^(7,12,27) | 3. Luiz Henrique (PMDB) |
| Ivonete Dantas (PMDB) ^(30,33) | 4. Waldemir Moka (PMDB) |
| João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁹⁾ | 5. Vital do Rêgo (PMDB) |
| Pedro Simon (PMDB) | 6. Sérgio Petecão (PSD) ⁽²²⁾ |
| Ricardo Ferraço (PMDB) | 7. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹¹⁾ |
| Benedito de Lira (PP) | 8. |
| Ana Amélia (PP) | 9. |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾ | 1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁵⁾ |
| Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(15,24) | 2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁴⁾ |
| Paulo Bauer (PSDB) | 3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁶⁾ |
| Maria do Carmo Alves (DEM) | 4. Clovis Fecury (DEM) ⁽²⁰⁾ |
| José Agripino (DEM) ⁽⁹⁾ | 5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁸⁾ |
| Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR) | |
| Armando Monteiro (PTB) | 1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) |
| João Vicente Claudino (PTB) | 2. ⁽¹⁾ |
| Magno Malta (PR) ⁽²⁶⁾ | 3. Antonio Russo (PR) ^(38,39) |
| João Ribeiro (PR) ⁽²⁶⁾ | 4. Vicentinho Alves (PR) |
| PSD PSOL ⁽³⁷⁾ | |
| Kátia Abreu (PSD) ^(34,36) | 1. Randolfe Rodrigues (PSOL) |

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- **. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
- 1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
- 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
- 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
- 5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).
- 6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).
- 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
- 9. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
- 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
- 12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
- 13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- 14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
- 15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
- 16. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
- 17. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- 18. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
- 19. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
- 20. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
- 21. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).
- 22. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
- 23. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
- 24. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
26. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
27. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
29. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
30. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 330/2011).
34. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
35. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
36. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
37. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
38. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
39. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
40. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,19)

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾ | |
| Anibal Diniz (PT) | 1. Ana Rita (PT) |
| Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16) | 2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾ |
| Jorge Viana (PT) | 3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) |
| Pedro Taques (PDT) | 4. Cristovam Buarque (PDT) |
| Rodrigo Rollemberg (PSB) | 5. Antonio Carlos Valadares (PSB) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁷⁾ | 1. Valdir Raupp (PMDB) |
| Waldemir Moka (PMDB) ^(21,22) | 2. Lobão Filho (PMDB) |
| Eunício Oliveira (PMDB) | 3. Romero Jucá (PMDB) ^(22,23) |
| Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾ | 4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾ |
| Eduardo Braga (PMDB) | 5. Ivonete Dantas (PMDB) ^(32,34) |
| Ivo Cassol (PP) ^(13,14,24,25) | 6. Lauro Antonio (PR) ^(9,30,31,33) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) | 1. Cícero Lucena (PSDB) |
| Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11) | 2. Flexa Ribeiro (PSDB) |
| José Agripino (DEM) ^(20,28,29) | 3. Clovis Fecury (DEM) ⁽²⁸⁾ |
| Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR) | |
| Gim Argello (PTB) ^(1,27) | 1. João Vicente Claudino (PTB) ⁽²⁾ |
| Vicentinho Alves (PR) | 2. Blairo Maggi (PR) |
| PSD PSOL ⁽³⁵⁾ | |
| Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁵⁾ | 1. Kátia Abreu (PSD) ^(5,6,10,36) |

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgálio e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolph Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).
20. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(OF nº 059/2011-GLDEM).
21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)
23. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
24. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
25. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
26. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
27. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
28. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
29. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
33. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
35. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
36. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ^(1,3,6,9,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ^(1,6)

Instalação: 15/03/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾ | |
| Jorge Viana (PT) | 1. Antonio Carlos Valadares (PSB) |
| Vanessa Grazziotin (PC DO B) | 2. Cristovam Buarque (PDT) |
| Anibal Diniz (PT) ^(4,12) | 3. Rodrigo Rollemberg (PSB) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| VAGO ⁽¹¹⁾ | 1. Eduardo Braga (PMDB) |
| Sérgio Souza (PMDB) ⁽¹⁰⁾ | 2. Waldemir Moka (PMDB) ^(7,11) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(2,13) | 1. Kátia Abreu (PSD) |
| Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR) | |
| (8) | 1. João Vicente Claudino (PTB) |

Notas:

1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
7. Em 08.11.2011, vago em virtude do Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
8. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
9. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
10. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
11. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
12. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
13. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
14. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 50/2012/CMA comunicando a eleição do Senador Sérgio Souza para Presidente da Subcomissão.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicaram a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

Instalação: 15/03/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾ | |
| Blairo Maggi (PR) | 1. Rodrigo Rollemberg (PSB) |
| Pedro Taques (PDT) | 2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(1,5) |
| Anibal Diniz (PT) | 3. Vicentinho Alves (PR) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 1. Valdir Raupp (PMDB) |
| Eunício Oliveira (PMDB) | 2. Waldemir Moka (PMDB) |
| Eduardo Braga (PMDB) | 3. Lobão Filho (PMDB) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Cícero Lucena (PSDB) | 1. Flexa Ribeiro (PSDB) |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) | 2. Jayme Campos (DEM) |
| Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR) | |
| (4) | 1. João Vicente Claudino (PTB) |

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|----------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾ | |
| Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾ | 1. VAGO ⁽⁸⁾ |
| Rodrigo Rollemberg (PSB) | 2. Pedro Taques (PDT) |
| Delcídio do Amaral (PT) | 3. |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Sérgio Souza (PMDB) ^(2,3,5,6,9) | 1. Lobão Filho (PMDB) |
| Valdir Raupp (PMDB) | 2. Eduardo Braga (PMDB) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Flexa Ribeiro (PSDB) | 1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) |
| Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR) | |
| (7) | 1. João Vicente Claudino (PTB) |

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
8. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
9. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ^(1,3,9)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,12)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 05/05/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾ | |
| Cristovam Buarque (PDT) ^(4,8) | 1. Vanessa Grazziotin (PC DO B) |
| Rodrigo Rollemberg (PSB) | 2. Antonio Carlos Valadares (PSB) |
| Pedro Taques (PDT) | 3. Jorge Viana (PT) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Eduardo Braga (PMDB) | 1. Valdir Raupp (PMDB) |
| Sérgio Souza (PMDB) ^(5,7,10,14) | 2. Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁵⁾ |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Cícero Lucena (PSDB) | 1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(2,13) |
| Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR) | |
| (11) | 1. João Vicente Claudino (PTB) |

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nº's 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
8. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
9. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
10. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
11. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
12. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
13. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
14. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
15. Em 27.2.2012, o Senador Luiz Henrique é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- *. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 05.05.2011 os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.
- **. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾ | |
| Ana Rita (PT) | 1. Angela Portela (PT) |
| Marta Suplicy (PT) | 2. Eduardo Suplicy (PT) (14,24) |
| Paulo Paim (PT) | 3. Humberto Costa (PT) |
| Wellington Dias (PT) | 4. Anibal Diniz (PT) (15,25,27) |
| Cristovam Buarque (PDT) | 5. João Durval (PDT) |
| Eduardo Lopes (PRB) (12,38,40) | 6. Lídice da Mata (PSB) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Pedro Simon (PMDB) | 1. Roberto Requião (PMDB) (8,10,26,33) |
| Lauro Antonio (PR) (2,13,28,29,30) | 2. VAGO (39) |
| Ivonete Dantas (PMDB) (31,34) | 3. Ricardo Ferraço (PMDB) |
| Casildo Maldaner (PMDB) (18,32) | 4. VAGO (21) |
| Sérgio Petecão (PSD) (20) | 5. VAGO (13) |
| Paulo Davim (PV) | 6. |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (7,9,17,36) | 1. Cássio Cunha Lima (PSDB) (6,23) |
| VAGO (5) | 2. Cyro Miranda (PSDB) |
| Demóstenes Torres (DEM) (19,37) | 3. José Agripino (DEM) |
| Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR) | |
| Mozarildo Cavalcanti (PTB) (1) | 1. |
| Gim Argello (PTB) (11) | 2. |
| Magno Malta (PR) | 3. Vicentinho Alves (PR) |
| PSOL | |
| VAGO (35) | 1. Randolfe Rodrigues (4) |

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela

Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB).

5. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).

8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).

10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

11. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

12. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).

13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

27. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

29. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

30. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

32. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

33. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivenete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 324/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
37. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
38. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
39. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
40. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾ | |
| Angela Portela (PT) | 1. Marta Suplicy (PT) |
| Lídice da Mata (PSB) | 2. Ana Rita (PT) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾ | 1. VAGO ⁽⁴⁾ |
| VAGO ⁽¹⁾ | 2. |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁾ | 1. |

Notas:

- Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
- Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
- Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(1,8)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 19/05/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾ | |
| VAGO ⁽⁷⁾ | 1. Ana Rita (PT) |
| Marcelo Crivella (PRB) ⁽⁹⁾ | 2. Lídice da Mata (PSB) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| VAGO ⁽⁵⁾ | 1. Garibaldi Alves (PMDB) ⁽⁶⁾ |
| Paulo Davim (PV) | 2. VAGO ⁽⁴⁾ |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| VAGO ⁽³⁾ | 1. Cyro Miranda (PSDB) |

Notas:

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
6. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
7. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
8. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
9. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾ | |
| Ana Rita (PT) | 1. Angela Portela (PT) |
| Wellington Dias (PT) | 2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾ |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾ | 1. VAGO ⁽⁵⁾ |
| Paulo Davim (PV) | 2. Ricardo Ferraço (PMDB) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Cyro Miranda (PSDB) | 1. Cristovam Buarque (PDT) |

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- *. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾ | |
| Anibal Diniz (PT) | 1. Delcídio do Amaral (PT) |
| Eduardo Suplicy (PT) | 2. Jorge Viana (PT) |
| Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7) | 3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾ |
| Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10) | 4. Eduardo Lopes (PRB) ^(18,19) |
| Cristovam Buarque (PDT) | 5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁷⁾ |
| Antonio Carlos Valadares (PSB) | 6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁶⁾ |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Jarbas Vasconcelos (PMDB) | 1. Lobão Filho (PMDB) |
| Luiz Henrique (PMDB) | 2. Romero Jucá (PMDB) |
| Valdir Raupp (PMDB) | 3. Ana Amélia (PP) |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 4. Roberto Requião (PMDB) |
| Pedro Simon (PMDB) | 5. Ricardo Ferraço (PMDB) |
| Francisco Dornelles (PP) | 6. Lauro Antonio (PR) ^(13,14,15) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) | 1. Aécio Neves (PSDB) |
| Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾ | 2. Cyro Miranda (PSDB) |
| José Agripino (DEM) | 3. Clovis Fecury (DEM) ⁽¹¹⁾ |
| Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR) | |
| Fernando Collor (PTB) | 1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) |
| Gim Argello (PTB) | 2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾ |
| Blairo Maggi (PR) | 3. João Ribeiro (PR) ^(20,21) |
| PSOL | |
| Randolfe Rodrigues | 1. |

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

13. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

14. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

15. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

16. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

17. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

18. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

19. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 19/04/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾ | |
| Cristovam Buarque (PDT) | 1. Blairo Maggi (PR) |
| Lindbergh Farias (PT) | 2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Luiz Henrique (PMDB) | 1. Eduardo Lopes (PRB) ^(6,7) |
| Francisco Dornelles (PP) | 2. Inácio Arruda (PC DO B) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) | 1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾ |

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
6. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
7. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.
- ***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

Instalação: 11/08/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾ | |
| Blairo Maggi (PR) | 1. Jorge Viana (PT) |
| Delcídio do Amaral (PT) | 2. Eduardo Lopes (PRB) ^(4,5) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Luiz Henrique (PMDB) | 1. Ana Amélia (PP) |
| Francisco Dornelles (PP) | 2. VAGO |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| VAGO | 1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾ |

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
4. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
5. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
- ***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

Instalação: 01/03/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|---------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾ | |
| Blairo Maggi (PR) | 1. Eduardo Lopes (PRB) (12,13) |
| Jorge Viana (PT) | 2. VAGO (11) |
| Delcídio do Amaral (PT) | 3. Cristovam Buarque (PDT) |
| Vanessa Grazziotin (PC DO B) (5,9) | 4. Sérgio Souza (PMDB) (3,6,10) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Valdir Raupp (PMDB) | 1. Lobão Filho (PMDB) |
| Ana Amélia (PP) | 2. Jarbas Vasconcelos (PMDB) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2) | 1. VAGO (1,8) |
| Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR) | |
| Mozarildo Cavalcanti (PTB) | 1. Randolfe Rodrigues (PSOL) |

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011, foi lido o Ofício nº 29/2011-CREPRES comunicando a eleição do Senador Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
10. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
11. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
12. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
13. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾ | |
| Lindbergh Farias (PT) | 1. Humberto Costa (PT) |
| Delcídio do Amaral (PT) | 2. José Pimentel (PT) |
| Jorge Viana (PT) | 3. Wellington Dias (PT) |
| Walter Pinheiro (PT) | 4. Eduardo Lopes (PRB) ^(21,22) |
| Acir Gurgacz (PDT) | 5. Pedro Taques (PDT) |
| João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁹⁾ | 6. Rodrigo Rollemberg (PSB) |
| Inácio Arruda (PC DO B) | 7. Vanessa Grazziotin (PC DO B) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Valdir Raupp (PMDB) | 1. Romero Jucá (PMDB) |
| Waldemir Moka (PMDB) | 2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,4,11) |
| Lobão Filho (PMDB) | 3. Roberto Requião (PMDB) |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁰⁾ |
| Ricardo Ferraço (PMDB) | 5. Clésio Andrade (PMDB) ^(12,23,24) |
| Eduardo Braga (PMDB) | 6. Casildo Maldaner (PMDB) |
| Ciro Nogueira (PP) | 7. Lauro Antonio (PR) ^(16,17,18) |
| Francisco Dornelles (PP) | 8. Ivo Cassol (PP) ^(6,7,13,15) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Flexa Ribeiro (PSDB) | 1. Aécio Neves (PSDB) |
| Lúcia Vânia (PSDB) | 2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) |
| Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5) | 3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8) |
| Demóstenes Torres (DEM) | 4. Jayme Campos (DEM) |
| Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR) | |
| Fernando Collor (PTB) | 1. Armando Monteiro (PTB) |
| Mozarildo Cavalcanti (PTB) | 2. João Vicente Claudino (PTB) |
| Blairo Maggi (PR) | 3. Vicentinho Alves (PR) |
| PSOL | |
| (20) | 1. (20) |

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).
2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).
12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
16. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
17. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
18. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)
20. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 20/2012-GSRR).
21. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pescaria e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
22. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).
23. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
24. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 36/2012).

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,5)

RELATOR: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ^(4,5)

Instalação: 15/02/2012

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|----------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) | |
| Walter Pinheiro (PT) | 1. José Pimentel (PT) |
| Vicentinho Alves (PR) ⁽¹⁾ | 2. Delcídio do Amaral (PT) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 1. Ivo Cassol (PP) |
| Eduardo Braga (PMDB) | 2. Valdir Raupp (PMDB) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Flexa Ribeiro (PSDB) | 1. Lúcia Vânia (PSDB) |

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (OF. nº 002/2012-GLDBAG).
2. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 11/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Vicentinho Alves para Presidente da Subcomissão.
3. Em 05.03.2012, foi lido o Ofício nº 22/2012-CI comunicando a eleição do Senador Vital do Rêgo para Vice-Presidente da Subcomissão.
4. Em 05.03.2012, foi lido o Of. nº 22/12-CI, comunicando que o Senador Eduardo Braga foi designado Relator.
5. Em 27.03.2012, foi lido o Ofício nº 037/2012-CI comunicando a renúncia do Senador Vital do Rêgo ao cargo de Vice-Presidente da Subcomissão e sua indicação ao cargo de Relator.
- *. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Notas:

- *. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lauro Antonio (PR-SE) ^(1,22,23,28)

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾ | |
| Wellington Dias (PT) ⁽³⁾ | 1. Paulo Paim (PT) |
| Ana Rita (PT) | 2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12) |
| Vanessa Grazziotin (PC DO B) | 3. José Pimentel (PT) ⁽²⁾ |
| João Durval (PDT) | 4. Acir Gurgacz (PDT) |
| Lídice da Mata (PSB) | 5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹⁵⁾ |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Ana Amélia (PP) | 1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁴⁾ |
| Lauro Antonio (PR) ^(22,23,24,25) | 2. Lobão Filho (PMDB) |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 3. VAGO ⁽⁴⁾ |
| VAGO ⁽¹⁷⁾ | 4. VAGO ⁽³⁰⁾ |
| Ciro Nogueira (PP) | 5. Ivo Cassol (PP) ^(9,10,18,19) |
| Benedito de Lira (PP) | 6. Ivonete Dantas (PMDB) ^(26,27) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,13,21) | 1. Lúcia Vânia (PSDB) |
| Cícero Lucena (PSDB) | 2. VAGO ⁽⁷⁾ |
| Maria do Carmo Alves (DEM) | 3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾ |
| Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR) | |
| Mozarildo Cavalcanti (PTB) | 1. Armando Monteiro (PTB) |
| Vicentinho Alves (PR) | 2. Magno Malta (PR) |
| PSD PSOL ⁽²⁹⁾ | |
| | 1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁶⁾ |

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgálio, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 001/2011 - PRES/CDR).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
16. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
22. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
23. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
24. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
25. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
26. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
27. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
28. Em 14.12.2011, foi lido o Ofício nº 342/2011-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio, no dia 13.12.2011, para Vice-Presidente da Comissão.
29. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
30. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: terças-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lauro Antonio (PR-SE) ^(6,7)

Instalação: 29/03/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|-------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾ | |
| Wellington Dias (PT) | 1. José Pimentel (PT) |
| Lídice da Mata (PSB) | 2. Magno Malta (PR) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Lauro Antonio (PR) ^(4,5) | 1. Ciro Nogueira (PP) |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 2. VAGO ⁽³⁾ |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Maria do Carmo Alves (DEM) | 1. Cícero Lucena (PSDB) |

Notas:

1. Em 04.04.2011, foi lido o Ofício nº 01/2011-CDR comunicando a eleição dos Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
5. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
6. O Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/11, aprovados na sessão de 30.11.2011, e foi substituído na Subcomissão pelo Senador Lauro Antonio, em 21.12.2011 (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.02.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio para Vice-Presidente da Subcomissão.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|-------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾ | |
| Vanessa Grazziotin (PC DO B) | 1. Acir Gurgacz (PDT) |
| Vicentinho Alves (PR) | 2. VAGO ⁽³⁾ |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Ana Amélia (PP) | 1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) |
| Ivo Cassol (PP) (4,6,7,8) | 2. Lobão Filho (PMDB) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| VAGO (2) | 1. Lúcia Vânia (PSDB) |

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 041/2011-CDR/PRES).
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
8. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,5,6)

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|-------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾ | |
| Zeze Perrella (PDT) ^(2,7) | 1. José Pimentel (PT) |
| Lídice da Mata (PSB) | 2. |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 1. VAGO ⁽⁹⁾ |
| VAGO ⁽⁸⁾ | 2. VAGO ⁽¹⁰⁾ |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,11) | 1. Cícero Lucena (PSDB) |

Notas:

1. Em 06.07.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição da senadora Lídice da Mata e do senador Ataídes Oliveira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente (Ofício nº 099/2011-PRES/CDR).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
5. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
6. Em 20.09.2011, foi lido o Ofício nº 221/2011-PRESCDR comunicando a eleição do Senador Zeze Perrella para vice-presidente da Subcomissão.
7. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
8. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
9. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
10. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
11. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
- *. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olímpíada e Paraolímpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|-----------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾ | |
| Delcídio do Amaral (PT) | 1. Angela Portela (PT) |
| Antonio Russo (PR) (8,11,23,24) | 2. Eduardo Suplicy (PT) |
| Zeze Perrella (PDT) (12,17) | 3. Walter Pinheiro (PT) |
| Acir Gurgacz (PDT) | 4. João Durval (PDT) |
| Rodrigo Rollemberg (PSB) (5) | 5. Antonio Carlos Valadares (PSB) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Waldemir Moka (PMDB) | 1. Ivonete Dantas (PMDB) (29,30) |
| Casildo Maldaner (PMDB) | 2. Roberto Requião (PMDB) |
| Lauro Antonio (PR) (26,27,28) | 3. Valdir Raupp (PMDB) |
| Ana Amélia (PP) | 4. Luiz Henrique (PMDB) |
| Ivo Cassol (PP) (13,14,20,22) | 5. Ciro Nogueira (PP) |
| Benedito de Lira (PP) | 6. João Alberto Souza (PMDB) (18) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Flexa Ribeiro (PSDB) (4) | 1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) |
| Cyro Miranda (PSDB) | 2. Alvaro Dias (PSDB) (3,10,15) |
| Jayme Campos (DEM) | 3. Clovis Fecury (DEM) (7,19) |
| Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR) | |
| Sérgio Souza (PMDB) (1,9) | 1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (6) |
| Alfredo Nascimento (PR) (25,34,35) | 2. Blairo Maggi (PR) (25) |
| PSD PSOL ⁽³³⁾ | |
| Sérgio Petecão (PSD) (31) | 1. Kátia Abreu (PSD) (32) |

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nº's 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
25. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|------------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾ | |
| Angela Portela (PT) | 1. Delcídio do Amaral (PT) |
| Aníbal Diniz (PT) | 2. Paulo Paim (PT) |
| Walter Pinheiro (PT) | 3. Cristovam Buarque (PDT) (11,13) |
| João Capiberibe (PSB) (9,10,18) | 4. Lídice da Mata (PSB) |
| Rodrigo Rollemberg (PSB) | 5. Eduardo Lopes (PRB) (1,22,23) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV) | |
| Eduardo Braga (PMDB) | 1. Sérgio Souza (PMDB) (3,4,12) |
| Valdir Raupp (PMDB) | 2. Luiz Henrique (PMDB) |
| Vital do Rêgo (PMDB) | 3. Ricardo Ferraço (PMDB) |
| Lobão Filho (PMDB) | 4. Renan Calheiros (PMDB) |
| Ciro Nogueira (PP) | 5. Ivo Cassol (PP) (6,7,14,15) |
| Eunício Oliveira (PMDB) | 6. Benedito de Lira (PP) |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | |
| Cyro Miranda (PSDB) | 1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) |
| Flexa Ribeiro (PSDB) | 2. Cícero Lucena (PSDB) |
| José Agripino (DEM) | 3. Maria do Carmo Alves (DEM) |
| Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR) | |
| Gim Argello (PTB) | 1. Fernando Collor (PTB) |
| Alfredo Nascimento (PR) (17) | 2. João Ribeiro (PR) (17) |
| PSD PSOL ⁽²¹⁾ | |
| (5) | 1. Sérgio Petecão (PSD) (19,20) |

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.nº 026/2011-GLDBAG).

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Randolph Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).

6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

7. Em 14.07.2011, o Senador Redentário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).

10. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)

11. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).

12. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 270/2011 - GLPMDB).

13. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).

14. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Redentário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

16. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

17. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).

19. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

20. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).

21. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

22. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

23. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

| SENADORES | CARGO |
|---------------------------------|-----------------------|
| Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) | CORREGEDOR |
| | CORREGEDOR SUBSTITUTO |
| | CORREGEDOR SUBSTITUTO |
| | CORREGEDOR SUBSTITUTO |

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995 **5^a Eleição Geral:** 23/11/2005

2^a Eleição Geral: 30/06/1999 **6^a Eleição Geral:** 06/03/2007

3^a Eleição Geral: 27/06/2001 **7^a Eleição Geral:** 14/07/2009

4^a Eleição Geral: 13/03/2003 **8^a Eleição Geral:** 26/04/2011

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|-------------------------------|
| PMDB | |
| Lobão Filho (MA) | 1. |
| João Alberto Souza (MA) ⁽³⁾ | 2. VAGO ⁽⁴⁾ |
| Renan Calheiros (AL) | 3. Valdir Raupp (RO) |
| Romero Jucá (RR) | 4. Eunício Oliveira (CE) |
| PT | |
| Humberto Costa (PE) | 1. Anibal Diniz (AC) |
| Wellington Dias (PI) | 2. Walter Pinheiro (BA) |
| José Pimentel (CE) | 3. Angela Portela (RR) |
| PSDB | |
| Mário Couto (PA) | 1. Paulo Bauer (SC) |
| Cyro Miranda (GO) | 2. VAGO ⁽²⁾ |
| PTB | |
| Gim Argello (DF) | 1. João Vicente Claudino (PI) |
| DEM | |
| Jayme Campos (MT) | 1. Maria do Carmo Alves (SE) |
| PR | |
| Vicentinho Alves (TO) | 1. |
| PP | |
| Ciro Nogueira (PI) | 1. |
| PDT | |
| Acir Gurgacz (RO) | 1. |
| PSB | |
| Antonio Carlos Valadares (SE) | 1. |
| Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93) | |

Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Atualização: 08/11/2011

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
2. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago(PMDB-PB) ter deixado o mandato.

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

| SENADOR | BLOCO / PARTIDO |
|-------------------------------|------------------------|
| Waldemir Moka (PMDB/MS) | PMDB |
| Delcídio do Amaral (PT/MS) | PT |
| Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) | PTB |
| Demóstenes Torres (DEM/GO) | DEM |
| Benedito de Lira (PP/AL) | PP |

Atualização: 26/04/2011

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 03/12/2001

2^a Designação: 26/02/2003

3^a Designação: 03/04/2007

4^a Designação: 12/02/2009

5^a Designação: 11/02/2011

MEMBROS

PMDB

Ivonete Dantas (RN) ⁽⁹⁾

PT

Ana Rita (ES) ⁽¹⁰⁾

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽²⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾

PR

Lauro Antonio (SE) ^(8,14)

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾

PDT

Zeze Perrella (MG) ⁽¹³⁾

PSB

Lídice da Mata (BA)

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾

PSOL

VAGO ^(4,11)

PRB

Eduardo Lopes (RJ) ⁽¹²⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁷⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (PSD-AC)

PV

Paulo Davim (RN)

Atualização: 21/03/2012

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.
7. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
8. Indicado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº 020/2011-GLPR, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
9. Indicada para ocupar a vaga do PMDB, conforme OF.GLPMDB nº 323, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
10. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 063/2011-GLDPT, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
11. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
12. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 003/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
13. Indicado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GSAGUR nº027/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
14. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 005/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Waldemir Moka (MS) ⁽⁶⁾

PT

Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽¹⁰⁾

PTB

Armando Monteiro (PE) ⁽⁹⁾

DEM

José Agripino (RN) ⁽⁸⁾

PR

Lauro Antonio (SE) ^(11,20)

PP

Ivo Cassol (RO) ⁽¹⁶⁾

PDT

Acir Gurgacz (RO) ⁽¹⁸⁾

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾

PSOL

VAGO ^(14,15)

PRB

Eduardo Lopes (RJ) ^(1,19,21)

PSC

Eduardo Amorim (SE) ^(3,17)

PPS

PMNSérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾**PV**Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾**Atualização:** 21/03/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Ofs. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
16. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
17. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
18. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. nº 023/2012-GSAGUR, de 29/02/2012, lido na Sessão do Senado Federal de 01/03/2012.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 006/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
21. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 004/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 14 titulares

PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

MEMBROS

PMDB

PT

Humberto Costa (PE) ⁽⁶⁾

PSDB

Cícero Lucena (PB) ⁽⁷⁾

PTB

Gim Argello (DF) ⁽⁹⁾

DEM

PR

Vicentinho Alves (TO) ⁽⁴⁾

PP

Ana Amélia (RS) ⁽¹¹⁾

PDT

Cristovam Buarque (DF) ⁽⁸⁾

PSB

João Capiberibe (AP) ⁽¹²⁾

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁵⁾

PRB

Eduardo Lopes (RJ) ⁽³⁾

PSD

Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾

PV

Atualização: 03/04/2012

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of.GLPCB nº 020/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
2. Designado para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of.009/2012-GLPSD, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
3. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.05/2012-GSMC, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
4. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.Leg. nº 010/2012/GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
5. Designado para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of.GSRR nº 00030/2012, de 14.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
6. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.nº006/2012-GLDPT, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
7. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.nº 14/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
8. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GSAGUR-026/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
9. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.049/2012/GLPTB, de 13.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
10. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.GSPDAV nº 005/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
11. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. 18/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, nos termos do Of.GLPSB nº 0024/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleita na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.
14. Eleito na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 14 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽⁶⁾

PTB

João Vicente Claudino (PI) ⁽²⁾

DEM

PR

Vicentinho Alves (TO) ⁽¹⁾

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽⁹⁾

PDT

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹⁰⁾

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽⁷⁾

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁸⁾

PRB

Eduardo Lopes (RJ) ⁽³⁾

PSD

Kátia Abreu (TO) ⁽⁴⁾

PV

Atualização: 02/04/2012

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme OF. Leg. nº 008/2012-GLPR, de 15/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
2. Designado para ocupar a vaga do PTB, conforme OF. nº 048/2012/GLPTB, de 13/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
3. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme OF. nº 06/2012-GSMC, de 06/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
4. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme OF. nº 0008/2012-GLPSD, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme OF. GSPDAV nº 006/12, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
6. Designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme OF. nº 15/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
7. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme OF. GLPCB nº 021/2012, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
8. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme OF. GSRR nº 00031/2012, de 14/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
9. Designado para ocupar a vaga do PP, conforme Of. nº 019/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of.GLPSB nº 0025/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 Fax:(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

| MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS | MESA DO SENADO FEDERAL |
|---|---|
| PRESIDENTE Marco Maia (PT/RS) | PRESIDENTE José Sarney (PMDB/AP) |
| 1º VICE-PRESIDENTE Rose de Freitas (PMDB/ES) | 1ª VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy (PT/SP) |
| 2º VICE-PRESIDENTE Eduardo da Fonte (PP/PE) | 2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka (PMDB/MS) ¹ |
| 1º SECRETÁRIO Eduardo Gomes (PSDB/TO) | 1º SECRETÁRIO Cícero Lucena (PSDB/PB) |
| 2º SECRETÁRIO Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP) | 2º SECRETÁRIO João Ribeiro (PR/TO) |
| 3º SECRETÁRIO Inocêncio Oliveira (PR/PE) | 3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino (PTB/PI) |
| 4º SECRETÁRIO Júlio Delgado (PSB/MG) | 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira (PP/PI) |
| LÍDER DA MAIORIA Jilmar Tatto (PT/SP) ² | LÍDER DA MAIORIA Renan Calheiros (PMDB/AL) |
| LÍDER DA MINORIA Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³ | LÍDER DA MINORIA Jayme Campos (DEM/MT) ⁴ |
| PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Ricardo Berzoini (PT/SP) ⁵ | PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Eunício Oliveira (PMDB/CE) |
| PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵ | PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Fernando Collor (PTB/AL) |

(Atualizada em 19.03.2012)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

2- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

| Lei nº 8.389/91, artigo 4º | Titulares | Suplentes |
|---|------------------|------------------|
| Representante das empresas de rádio (inciso I) | | |
| Representante das empresas de televisão (inciso II) | | |
| Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III) | | |
| Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV) | | |
| Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V) | | |
| Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI) | | |
| Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII) | | |
| Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII) | | |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | | |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | | |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | | |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | | |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | | |

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião⁶

Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame⁶

Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

| Titulares | Suplentes |
|--|--------------------------------|
| PT | |
| Benedita da Silva | Bohn Gass |
| Dr. Rosinha | Newton Lima |
| vago ¹⁰ | Sibá Machado |
| Jilmar Tatto | Weliton Prado |
| Paulo Pimenta | Zé Geraldo |
| PMDB | |
| Íris de Araújo | Fátima Pelaes |
| Marçal Filho | Gastão Vieira |
| André Zacharow ⁹ | Lelo Coimbra |
| Raul Henry | Valdir Colatto |
| PSDB | |
| Eduardo Azeredo | Duarte Nogueira ³ |
| Antonio Carlos Mendes Thame ² | Luiz Nishimori ³ |
| Sergio Guerra | Reinaldo Azambuja ³ |
| PP | |
| Dilceu Sperafico | Afonso Hamm |
| Renato Molling | Raul Lima |
| DEM | |
| Júlio Campos | Marcos Montes ⁴ |
| Mandetta | Augusto Coutinho ⁵ |
| PR | |
| Paulo Freire | Giacobo |
| | Henrique Oliveira |
| PSB | |
| José Stédile | Antonio Balhmann |
| Ribamar Alves | Audifax |
| PDT | |
| Vieira da Cunha | Sebastião Bala Rocha |
| Bloco PV / PPS | |
| Roberto Freire (PPS) | Antônio Roberto (PV) |
| PTB | |
| Sérgio Moraes | Paes Landim |
| PSC | |
| Nelson Padovani | Takayama |
| Manuela D'ávila | Assis Melo |
| PRB | |
| George Hilton | Vitor Paulo |
| PMN | |
| Dr. Carlos Alberto | Fábio Faria |
| PTdoB | |
| Luis Tibé ⁸ | |

Senadores

| Titulares | Suplentes |
|--|-------------------------|
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV) | |
| Pedro Simon (PMDB) | Casildo Maldaner (PMDB) |
| Roberto Requião (PMDB) | Waldemir Moka (PMDB) |
| Luiz Henrique (PMDB) ⁷ | Valdir Raupp (PMDB) |
| Ana Amélia (PP) | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB) | |
| Paulo Paim (PT) | Eduardo Suplicy (PT) |
| Inácio Arruda (PCdoB) | Humberto Costa (PT) |
| Antonio Carlos Valadares (PSB) | Cristovam Buarque (PDT) |
| | Magno Malta (PR) |
| Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM) | |
| Paulo Bauer (PSDB) | José Agripino (DEM) |
| PTB | |
| Mozarildo Cavalcanti | Fernando Collor |

(Atualizada em 16.3.2012)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

7- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 9, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em virtude de o Senador Wilson Santiago não mais se encontrar no exercício do mandato.

8- Vaga cedida pelo PR.

9- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 8, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em vaga existente em virtude do falecimento do Deputado Moacir Micheletto em 30-1-2012.

10- Em 15-3-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Emiliano José (PT/BA).

Câmara dos Deputados

| Titulares | Suplentes |
|--|--|
| PT | |
| Dr. Rosinha (PT/PR) | 1. Dalva Figueiredo (PT/AP) |
| Marina Santanna (PT/GO) | 2. Luci Choinacki (PT/SC) |
| PMDB | |
| Teresa Surita (PMDB/RR) | 1. Elcione Barbalho (PMDB/PA) |
| Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹ | 2. Fátima Pelaes (PMDB/AP) |
| PSDB | |
| Eduardo Azeredo (PSDB/MG) | 1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸ |
| PP | |
| Rebecca Garcia (PP/AM) | 1. Aline Corrêa (PP/SP) |
| DEM | |
| Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO) | 1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵ |
| PR | |
| Gorete Pereira (PR/CE) | 1. Neilton Mulim (PR/RJ) ^{2 e 4} |
| PSB | |
| Keiko Ota (PSB/SP) ⁷ | 1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷ |
| PDT | |
| Sueli Vidigal (PDT/ES) | 1. Flávia Morais (PDT/GO) |
| Bloco PV, PPS | |
| Carmen Zanotto (PPS/SC) | 1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶ |
| PTB | |
| Celia Rocha (PTB/AL) | 1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³ |

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Fulan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputada Perpétua Almeida
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor

| CÂMARA DOS DEPUTADOS | SENADO FEDERAL |
|---|--|
| LÍDER DA MAIORIA Jilmar Tatto (PT/SP) ¹ | LÍDER DA MAIORIA Renan Calheiros (PMDB/AL) ² |
| LÍDER DA MINORIA Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³ | LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Jayme Campos (DEM/MT) ⁴ |
| PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵ | PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Fernando Collor (PTB/AL) |

(Atualizada em 29.03.2012)

Notas:

- 1- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.
- 2- Indicado Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros (PMDB), Eduardo Amorim (PSC), Francisco Dornelles (PP) e Paulo Davim (PV).
- 3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.
- 4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- 5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011

Designação da Comissão: 14-12-2011

Instalação da Comissão: 8-2-2012

Prazo final da Comissão: 19-8-2012

Presidente: Deputada Jô Moraes

Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota

Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

| Titulares | Suplentes |
|--|-------------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB) | |
| Ana Rita (PT/ES) | 1. Humberto Costa (PT/PE) |
| Marta Suplicy (PT/SP) | 2. Wellington Dias (PT/PI) |
| Lídice da Mata (PSB/BA) | 3. Pedro Taques (PDT/MT) |
| Angela Portela (PT/RR) | 4. ⁶ |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV) | |
| Ivonete Dantas (PMDB/RN) ² | 1. |
| Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{3 e 4} | 2. |
| | 3. |
| | 4. |
| Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM) | |
| Lúcia Vânia (PSDB/GO) | 1. |
| Maria do Carmo Alves (DEM/SE) | 2. José Agripino (DEM/RN) |
| PTB | |
| Armando Monteiro (PTB/PE) | 1. Gim Argelo (PTB/DF) ⁷ |
| PSOL¹ | |
| 5 | 1. |

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim Argelo, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

Edição de hoje: 154 páginas
(OS: 11241/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

